



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**Direito à literatura como direito humano: a literatura de ficção científica de autoria de
mulheres em uma perspectiva de educação em direitos humanos**

RISLA LOPES MIRANDA

Brasília, agosto de 2019.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Direito à literatura como direito humano: a literatura de ficção científica de autoria de mulheres em uma perspectiva de educação em direitos humanos

RISLA LOPES MIRANDA

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da Linha de Pesquisa Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Sinara Pollom Zardo

Brasília, agosto de 2019.

A reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M672d Miranda, Rísla Lopes
Direito à literatura como direito humano: a literatura de ficção científica de autoria de mulheres em uma perspectiva de educação em direitos humanos / Rísla Lopes Miranda; orientador Sinara Pollom Zardo. -- Brasília, 2019.
115 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Direito à literatura. 2. Educação em direitos humanos. 3. Literatura de ficção científica. 4. Representação e representatividade. 5. Literatura de ficção científica. I. Zardo, Sinara Pollom, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania, da Linha de Pesquisa Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz.

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Sinara Pollom Zardo (PPGDH/CEAM – UnB)
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino (PPGDH/CEAM – UnB)
(Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Cintia Carla Moreira Schwantes (PÓSLIT/TEL – UnB)
(Examinadora externa)

Prof^a. Dr^a. Nair Heloisa Bicalho de Sousa (PPGDH/CEAM – UnB)
(Examinadora interna - suplente)

Brasília, agosto de 2019.

*Para todas as mulheres que fazem das palavras
um mundo cheio de possibilidades e de
resistência.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por reconhecerem e respeitarem quem eu sou. Ao meu irmão pelo apoio na minha decisão de mudança de carreira. À minha irmã pelo apoio na vida e nessa dissertação. À Erica pelo cuidado e companhia que me fez durante os meses de licença capacitação para a escrita da dissertação. À Vera por me fazer sentir que fiz certo ao escolher o Programa de Direitos Humanos.

À Mônica que não importa o tanto que nos afastemos, sinto que posso contar com ela a qualquer momento. Obrigada por ser uma inspiração profissional e pessoal para mim. Dedico essa dissertação a você também. À Naty, amiga e confidente de trabalho, que torceu por mim desde sempre. Obrigada, “amiga”! À Cris, orientadora do meu trabalho final na pós-graduação em história que se tornou uma grande amiga. Obrigada, Cris, pela conversa no bar do Conic, você foi essencial para eu estar onde estou hoje.

À Bruna, minha amiga paulista e parceira de luta na cultura. Você foi importante para essa dissertação não só por abrir sua casa para que eu ficasse os dias necessários para minha entrevista, mas também pela torcida e apoio constantes. Quero que saiba o tanto que sua amizade é importante para minha vida. À Carol e à Day, por serem essas amigas maravilhosas e preciosas que me apoiam tanto. Não sei o que seria da minha vida sem vocês.

Às meninas do Devs Java Girl, obrigada por me acolherem em um momento tão delicado. Agradeço especialmente à Gleice por ser inspiração e apoio. Às amigas da Secretaria do Audiovisual, especialmente Monique, Sylvia, Gabi, Lígia, Patrícia e Lucimar, por fazerem a rotina do trabalho mais leve. À minha terapeuta por ter me apoiado nas decisões de pensar diferente para escrever essa dissertação.

À Tuti e à Vanessa por me apoiarem no meu crescimento profissional e pessoal. Tuti, obrigada, não me esqueço da ajuda e apoio que você me deu na preparação para a seleção do mestrado. À Luana e à Verônica, melhores amigas que carrego no meu coração. O apoio e a amizade de vocês são muito importantes para mim, tenho muito orgulho de ter mulheres tão maravilhosas como vocês na minha vida.

À Iara, ao Guilherme e à Joice por me proporcionarem a sensação de que é possível manter amizade com pessoas que fizeram parte da infância. Vocês são pessoas muito especiais para mim e fico feliz em tê-los aqui comigo para dividir o processo do mestrado. Aos colegas da 6ª turma do PPGDH, particularmente Lídia, Karen, Nara e Caio por serem apoio nessa solidão que é o mestrado. Dedico, de maneira especial, ao Isaac, por ter permanecido na minha memória e ter sido também um parceiro nesse processo.

À Anne e demais colegas e funcionários do PPGDH, por terem sido excepcionais no atendimento e organização do programa de mestrado. À Lucia e à Cintia, por aceitarem em participar da banca de qualificação e agora da banca de defesa do mestrado. Vocês foram fundamentais para a escrita, principalmente no meu processo de compreender qual era o meu caminho e proposta. Não consigo imaginar outra escolha para a banca a não ser vocês. Obrigada pelo acolhimento, respeito e construção que tivemos!

À Sinara que topou esse desafio junto comigo. Obrigada por ter sido uma ótima orientadora. Seu apoio, presença, crítica e acolhimento foram essenciais para eu chegar até aqui. Fico feliz de termos trabalhado tão bem juntas e agradeço imensamente por acreditar no projeto e em mim. Fico orgulhosa e com um quentinho no coração por termos professoras como você na universidade pública.

Ao Arte Aberta por ter sido a semente para construir e pensar essa pesquisa. À Lina por dividir comigo sua experiência no mestrado e também compartilhar os medos e anseios das mudanças que estamos buscando; à Luciana pelo apoio e por me fazer criticar até as pequenas coisas; à Barbara pela compreensão e por dividir experiências de ansiedade, que a gente consiga tudo que queremos! Ao Rafael pelo apoio no trabalho e por entender meu processo regado a estresse e empolgação.

Por fim, ao meu companheiro e amor, João, por ser esse homem incrível que me apoiou nos momentos mais difíceis. Obrigada por ter acreditado em mim e ter respeitado meu processo. Você é a pessoa mais maravilhosa que já conheci e não conseguiria ter passado por tudo que passei sem você ao meu lado. Obrigada por compartilhar essa vida comigo, e que ao fechar esse capítulo chamado mestrado, possamos escrever juntos outros momentos da nossa vida.

“Enquanto tateio as palavras e uma voz para falar do escrever, olho para minha mão escura, segurando a caneta, e penso em você a milhas de distância segurando sua caneta. Você não está sozinha.”

Gloria Anzaldúa

AGRADECIMENTOS ÀS ESCRITORAS/PERSONAGENS

Achei por bom uma página especial a elas. Não que elas sejam mais ou menos importantes que todas as pessoas da página de agradecimentos, é que elas são as personagens desta ficção acadêmica que você está prestes a ler. Elas são escritoras profissionais, e no auge da minha audácia, construir essa dissertação com uma roupagem ficcional foi um grande desafio. Calma, você poderá ler todas as minhas referências bibliográficas ao final da história, digo, da dissertação!

Eu espero que elas leiam esta dissertação que escrevi com tanto carinho, mas também com muito estresse e suor. Vocês duas me tocaram de uma maneira tão profunda e sou muito grata por tê-las conhecido pessoalmente. Passamos uma tarde no café da escolha de cada uma de vocês, pois gostaria de criar um espaço seguro no qual fizesse nossa conversa fluir e não demonstrar meu nervosismo.

Obrigada do fundo do meu coração e alma pela oportunidade, pelo carinho, pelo cuidado, pela conversa, pelo abraço no final da entrevista. Espero que eu tenha retribuído de alguma forma, aqui, em nível escrito, o que vocês me concederam. Construí as duas heroínas dessa história após a análise profunda dos dados que vieram das entrevistas de vocês. Assim, espero que as tenha construído direito e que meu amadorismo na escrita de ficção não apague a luz que eu gostaria de dar a essas personagens, tentando alcançar toda a luminosidade que vocês emanam.

Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação vincula-se à Linha de Pesquisa de Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz, do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. A pesquisa teve como objetivo geral compreender, a partir das narrativas das autoras de ficção científica a relação entre o direito à literatura, a educação em direitos humanos e a representação e representatividade nos seus livros e na literatura. Como objetivos específicos foram definidos: discutir a literatura como direito à narrativa e como direito humano; evidenciar de que forma as relações de poder e as questões de gênero são tratadas na literatura de ficção científica; e analisar a representatividade e a representação de mulheres na literatura de ficção científica como direito humano, a partir das narrativas de escritoras contemporâneas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que utilizou como instrumento de geração de dados entrevistas narrativas com duas escritoras de literatura de ficção científica, Lina e Júlia. Para escolha das participantes da pesquisa, foram utilizados critérios relacionados à visibilidade que elas possuem no campo, disponibilidade de encontro entre a entrevistadora e a escritora e que tenham livros publicados. A análise dos dados foi realizada a partir das orientações relativas à análise de conteúdo de Bardin (2009; 2016). Os dados evidenciaram que o direito à literatura é fundamental para uma vida digna e permite visibilizar e questionar a estrutura de sistemas de opressão e de marginalização impostos às mulheres. Como resultados identificamos que o direito à literatura é possibilitado e materializado através do direito à narrativa, à memória e à representação e à representatividade.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos. Literatura de ficção científica. Mulheres escritoras. Representação. Representatividade.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the Research Line of Education in Human Rights and Culture of Peace, of the Graduate Program in Human Rights and Citizenship of the University of Brasilia. The research aims to understand, from narratives of science fiction female authors, the relation between the right to literature, human rights education, as well as representation and representativeness in their books and literature. Specific objectives are: discussing literature as narrative right and as human right; highlighting how power relations and gender issues are addressed in science fiction literature; and analyzing representativeness and representation of women in the science fiction literature as a human right, from narratives of contemporary Brazilian female writers. This is a qualitative approach research that used narrative interviews with two writers of science fiction literature, Lina and Julia, as an instrument for data generation. To choose the research participants, the criteria used was related to the visibility they have in their field, the availability of them meeting the interviewer and their published books. Data analysis was based on content analysis of Bardin's (2009; 2016) guidelines. Data has showed that the right to literature is fundamental for a dignified life and allows the visibility and questioning of the structure of oppression and marginalization systems imposed on women. As a result, we identified that the right to literature is made possible and materialized through the right to narrative, memory, representation and representativeness.

Keywords: Human rights education. Science fiction literature. Female writers. Representation. Representativeness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
O ENCONTRO COM AS HEROÍNAS.....	23
CAPÍTULO 1 – DE ONDE VIERAM AS HISTÓRIAS QUE ELAS CONTAM E VIVEM?.....	24
1.1 Direito à literatura como direito humano.....	26
1.2 Literatura como capital cultural.....	31
1.3 As narrativas de mulheres importam.....	39
CAPÍTULO 2 – EXPERIÊNCIAS NOS ESPAÇOS E ENCONTROS CIBERNÉTICOS.....	43
2.1 A educação em direitos humanos e o direito à literatura.....	44
2.2 O papel da internet e da fanfic.....	52
2.3 Para não silenciarmos as mulheres.....	59
NÃO ESTOU SOZINHA.....	64
CAPÍTULO 3 – AS HEROÍNAS NÃO QUEREM SABER DE CAIXINHAS.....	65
3.1 Criando histórias.....	68
3.2 Representação e representatividade.....	73
3.3 A educação em direitos humanos e o representar da diversidade de mulheres.....	88
RUMO AO FINAL DESSA HISTÓRIA.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
APÊNDICE A.....	114
APÊNDICE B.....	115

INTRODUÇÃO

Ficcionalizar a vida pode parecer uma proposta baseada em fugir da realidade. Eu proponho que seja uma forma de contar boas histórias, aquelas que acalmam ou fazem pular nosso coração. Não sou escritora de ficção, muito menos me considero uma escritora acadêmica. Aqui me porto como uma pessoa audaciosa que encontrou na ficção uma possibilidade de contar histórias, ainda que dentro da academia.

Essa proposta certamente vai encontrar buracos e percalços, mas foi a forma que eu encontrei de organizar as narrativas e o referencial teórico que fui lendo e avaliando nos dois anos de mestrado. Referencial este que é repleto de poesia, ficção, dados e histórias. Também fica a discussão sobre novas formas de construir um trabalho acadêmico, prezando por dados e metodologia, mas subvertendo a lógica de escrita distante e impessoal, tal qual como as escritoras entrevistadas para este trabalho.

Uma pesquisa realizada na Universidade de Brasília, especificamente no âmbito do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, organizou um mapeamento de romances brasileiros publicados entre 1965 e 2014. A pesquisa, a partir de três grandes e expressivas editoras brasileiras (Companhia das Letras, Rocco e Record), traçou o perfil do escritor brasileiro: homem, branco, entre 40 e 59 anos, diploma de nível superior, morando no Rio de Janeiro ou São Paulo (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 162).

Se esse é o perfil recorrente dos escritores, a proposta aqui é então trazer mulheres e questionar essas ausências na literatura em geral e na literatura de ficção científica em específico. A marginalização e a invisibilização da literatura escrita por mulheres indicam uma estrutura muito bem construída baseada na lógica patriarcal e também racista. A ideia dessa dissertação é exaltar a narrativa de escritoras, tendo a educação em direitos humanos como possibilidade real da democratização da leitura e do fazer literário.

A importância de se falar sobre representatividade e representação na literatura ganha forças, inclusive no âmbito educacional, como é o caso do Projeto Mulheres Inspiradoras, idealizado pela Prof.^a Gina Vieira da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O projeto já ganhou diversos prêmios, incluindo o Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos¹ em

¹ O Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos é uma iniciativa da Organização de Estudos Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério dos Direitos Humanos. O Prêmio objetiva fortalecer as políticas e as práticas educacionais que promovem e executam ações voltadas para a construção de uma cultura de paz e universal dos Direitos Humanos. A atual edição (5ª) foi dividida em três categorias, a saber: Educação Formal, Organizações da Sociedade Civil e de Educação não

2014. O objetivo do projeto é trazer a literatura feita por mulheres para a sala de aula, para discutir-se questões de gênero na rede pública de ensino². Este é um exemplo local, mas necessário para apresentar-se como parte importante do processo de entendimento da importância do direito à literatura, à representatividade e à representação literária. O destaque se dá pelos resultados alcançados e pela importância de se trazer essa discussão para dentro da sala de aula, o que acabou por virar política pública no âmbito do DF³ e conta também com a questão da autoria das alunas e alunos nos processos de leitura e escrita.

Outra questão necessária para a discussão é a retirada do termo gênero da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e do Plano Nacional de Educação (PNE), demonstrando as disputas (MENDES, 2016) envolvidas no tratamento de questões relacionados ao sexismo, igualdade de gênero, orientação sexual e outros aspectos fundamentais que permitem o debate e a construção mais igualitária da presença da diversidade nos mais diversos espaços.

Assim, a literatura de autoria de mulheres não encontra espaço nos mercados editoriais, demonstrando as disputas de narrativas existentes na lógica editorial e mercadológica. Sendo que as mulheres protagonizam a produção de uma literatura dos mais diversos gêneros, desde a poesia até à ficção científica.

Compreender a diversidade de escrita dessas mulheres é reconhecer que não há um tipo de literatura específica que é “literatura de mulher”. Além do que a publicação de sua literatura é um quebrar da linha de poderio dos homens escritores, fazendo com que a mulher marque sua produção em um objeto simbólico de alcance. O recorte de gênero é importante para analisarmos a linguagem de reconhecimento e a representação envolvidas na literatura produzida por essas mulheres. Esse trabalho, portanto, justifica-se pela ausência de mulheres no mercado editorial e também da importância de se falar sobre representatividade e representação na literatura, baseando-se no direito à cultura, à narrativa e à memória.

Ademais, houve a necessidade de se escolher o gênero literário para o propósito da pesquisa. A ficção científica foi a decisão tomada por preencher três pontos importantes para o objetivo geral: 1) número reduzido de mulheres brasileiras que escrevem ficção científica contemporânea; 2) esse gênero literário tem em seu histórico a presença muito forte de homens escritores (ROBERTS, 2018 e GINWAY, 2005); 3) conseqüentemente, a representação de

Formal, e Secretarias de Educação e Secretarias de Direitos Humanos ou homólogas. Para saber mais, acesse: <http://www.educacaoemdireitoshumanos.org.br>.

² Para mais informações assistir à entrevista da UnBTV com a Prof.^a. Gina Vieira: <https://www.youtube.com/watch?v=M2WDafnX-XU>.

³ Ver: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2018/03/25/ensino_educacaobasica_interna.668451/projeto-mulheres-inspiradoras-vira-politica-publica-em-escolas-do-df.shtml.

mulheres cai em estereótipos e as mulheres escritoras de ficção científica são invisibilizadas (MELLO, 2017). Outro ponto importante é trazer à tona o porquê de se falar ficção científica como possibilitador de se pensar o direito à literatura como direito humano. A análise busca compreender aspectos de uma educação em direitos humanos em uma perspectiva da representatividade e da representação, além de compreender o livro escrito como ato simbólico frente às disputas de poder no campo literário.

O tema da dissertação também se alinha a minha experiência pessoal, a partir do momento em que busquei a literatura, ou melhor, retomei a leitura para afastar os fantasmas de culpa e de vergonha de um relacionamento abusivo de 4 anos. Após o término, fiz uma lista para ler 50 livros escritos por mulheres. Não foi fácil. Olhei na minha estante, pesquisei em livrarias e me perguntava constantemente cadê as mulheres que escrevem. Elas existiam, mas não estavam lá. Foi quando descobri Chimamanda Ngozi Adichie, Lady Sybylla, Sarah J. Maas, N. K. Jemisin, Charlotte Perkins, Tatiana Nascimento, dentre tantas outras mulheres que me tocaram profundamente com suas obras.

Ainda nem cheguei perto da marca que me desafiei. Mas já nos primeiros livros me deparei com personagens mulheres de todos os tipos. E com eles foi passando a dor, aumentando a autoestima. Encontrei mulheres na guerra, outras que estavam liderando exércitos de bruxas ou de semifeéricos, mulheres que questionam as responsabilidades que foram dadas a elas. E a ficção científica? Somente no audiovisual. Sempre fui apaixonada por literatura fantástica. Li e muito. Mas comecei lendo apenas homens – até meu desafio.

Na época da graduação fiz uma disciplina chamada Literatura e Educação e li “Fahrenheit 451” escrito por Ray Bradbury. Foi minha primeira obra de ficção científica. Aquele livro me empurrou para outros universos e me fez questionar tanto sobre a sociedade! De lá pra cá li apenas contos de ficção científica, poucas obras. Mas não de mulheres, até encontrar Aline Valek e Lady Sybylla.

Aline e Sybylla são duas escritoras brasileiras de ficção científica: a primeira publicou o livro *As águas-vivas não sabem de si*, pela editora Rocco, sendo que esta editora foi considerada como uma das mais importantes do país, segundo Dalcastagnè (2012); a segunda escreve regularmente para o blog Momentum Saga. As duas, juntas, criaram o selo Universo Desconstruído⁴ que é para organizar contos de ficção científica feminista. Assim, lendo os contos, os livros e outros escritos de mulheres escrevendo em uma perspectiva feminista, pude me envolver, de fato, com ficção científica por me sentir representada. Isso foi importante para

⁴ Para mais informações acessar o site: <http://universodesconstruido.com>.

meu processo de escrita no coletivo feminista Arte Aberta que objetiva discutir o audiovisual e mulheres⁵.

Portanto, os processos de representação, de representatividade e de escrita na cultura pop, e especificamente, na ficção científica me envolvem em níveis bastante profundos. A garota *nerd*, que joga *videogames* e nunca pensou que poderia ser líder-pilota de uma nave espacial ou ser uma mulher em uma distopia na qual seus direitos como mulher livre foram retirados, se vê representada na capitã Rosa da nave Amaterasu⁶ e pela Offred⁷.

Para verificar pontos de partida, em abril de 2018, realizei uma pesquisa na plataforma BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (www.bdttd.ibict.br) com o intuito de fazer um mapeamento, ainda que superficial, dos trabalhos defendidos sobre ficção científica. Assim sendo, 396 trabalhos foram encontrados ao fazer uma busca simples com a palavra chave “ficção científica”, entre aspas, para fazer com que os resultados mostrassem apenas os títulos que traziam os dois termos juntos. Alguns resultados dizem respeito a obras específicas, e muitos outros falam da ficção científica e aspectos da sociedade moderna, como inteligência artificial, tecnologias, mundos pós-apocalípticos.

Diversos trabalhos elencados na pesquisa discutem a ficção científica e suas traduções para o cinema, assim como análise literária de obras (cf. MELLO, 2017; RODRIGUES, 2015; RÜSCHE, 2015). Algumas também se referem especificamente a subgêneros da ficção científica, como o *cyberpunk* (cf. ALMEIDA, 2015; LONDERO, 2011). Outros trabalhos analisam a ficção científica brasileira (cf. LEONARDO, 2007; CARDOSO, 2009). Os trabalhos que estão em língua estrangeira foram desconsiderados – quatro no total. Além do título, buscou-se no sumário e no resumo indicativos de aproximação com os assuntos relacionados à literatura de ficção científica, à representatividade e à representação de mulheres e aos direitos humanos. Os resultados foram elencados a partir da relevância, portanto, os primeiros resultados se aproximam mais com o tema proposto nesta dissertação.

Considerando, assim, a cultura como direito e a literatura como exercício de direito cultural, a literatura de autoria de mulheres deve ser pensada enquanto protagonismo de produção literária e para a luta nas disputas de poder do campo literário. A educação em direitos humanos é base para questionar a representatividade presente nas produções literárias, disputando narrativa e questionando as representações de mulheres na ficção científica. A

⁵ O coletivo foi fundado em 2016 por um grupo de amigas e um amigo que queriam evidenciar os processos de representação e representatividade de mulheres no audiovisual. O coletivo produz conteúdo e publica no site <https://arteaberta.com>.

⁶ Personagem principal de *Deixe as estrelas falarem*, escrito por Lady Sybylla.

⁷ Personagem criada por Margaret Atwood na obra *O conto da aia*.

universalidade da narrativa atribuída ao homem, relega as mulheres aos espaços da narrativa específica, incluindo-as apenas em literatura feminina ou os *chick lit*⁸, reservando um espaço limitador e machista para as mulheres escritoras. Assim, a pesquisa pressupõe que, a partir das narrativas dessas mulheres escritoras de ficção científica, é possível discutir a literatura como direito humano enquanto direito à representatividade e à representação que quebra os estereótipos formados para as mulheres nesse gênero literário.

A pergunta que norteará a pesquisa será: “Como se dá a relação entre educação em direitos humanos e o direito à literatura, a partir de representatividade e representação de mulheres na literatura de ficção científica?”. Diante disso, o objeto de estudo deste trabalho é a relação entre a representatividade de mulheres na ficção científica enquanto escritoras e criadoras de personagens e o direito à literatura como direito humano. O objetivo geral desse trabalho, portanto, é compreender, a partir das narrativas das autoras de ficção científica a relação entre o direito à literatura, a educação em direitos humanos e a representação e representatividade nos seus livros e na literatura. Sendo propostos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir a literatura como direito à narrativa e como direito humano;
- Evidenciar de que forma as relações de poder e as questões de gênero são tratadas na literatura de ficção científica;
- Analisar a representatividade e a representação de mulheres na literatura de ficção científica como direito humano, a partir das narrativas de escritoras contemporâneas brasileiras.

É importante mencionar que o ponto de partida para a discussão aqui proposta advém do texto “Direito à literatura” de Antonio Candido. Esse texto de Candido está em seu livro *Vários Escritos*, publicado em 2011, e traz ideias de base para se pensar a literatura como prática essencial para o sujeito, seja no fazer literário ou no acesso à leitura. O texto é fundamental para a construção de conhecimento dessa dissertação na medida em que é através dele que se pensou o direito à literatura como direito humano, assim como para compreender para quem serve restringir a literatura.

As escritoras entrevistadas foram escolhidas a partir de critérios relacionados à visibilidade que elas possuem no campo, disponibilidade de encontro entre a entrevistadora e a escritora e que tenham livros publicados. Lina e Júlia, assim escolhi mantê-las no anonimato,

⁸ Comumente chamada pejorativamente de “literatura de mulherzinha” a *chick lit* engloba romances que trazem assuntos como relacionamentos amorosos, amizades, trabalho e outras questões.

possuem livros publicados, sendo que Lina publicou por uma das editoras com mais expressão dentro do mercado, segundo Dalcastagnè (2012). Júlia tem um público juvenil e é convidada constantemente para falar sobre escrita e literatura fantástica. As duas são de Brasília, o que foge do eixo Rio-São Paulo, apesar de que Lina se mudou para a capital paulista, mas isso é tratado na dissertação como um dos sintomas de ter que se viver nesse eixo para se fazer visível.

Há uma outra escritora que gostaria muito de entrevistá-la, entretanto, não foi possível por questões de agenda e de deslocamento. É a Lu Ain-Zaila, a única escritora brasileira de ficção científica negra contemporânea que encontrei na pesquisa. Lu Ain-Zaila publica constantemente e é pedagoga de formação, como eu. Lu Ain-Zaila mora em Foz do Iguaçu no Rio de Janeiro e será possível conferir o item 3.3 do Capítulo 3 que foi inspirado nela.

Como não foram construídas hipóteses para a dissertação, o campo foi profícuo para demonstrar as interpretações da realidade social pelas escritoras, tomando o cotidiano como referência para os dados (ROSENTHAL, 2014). Assim, a entrevista narrativa foi escolhida como a ferramenta mais indicada para ir à campo, focando o estímulo das narrativas das entrevistadas (ZARDO, 2012).

Foi realizado um contato por e-mail com Lina e Júlia explicando a dissertação e os objetivos, assim como foi necessário – por iniciativa e questionamento das escritoras – explicar como é feita uma entrevista narrativa. Creio que foi interessante e importante essa explicação, uma vez que elas já sabiam que eu gostaria de ouvir o relato delas por quanto tempo se estender.

A entrevista foi realizada no local e horário de preferência das escritoras, prezando por um ambiente no qual as duas se sentiriam confortáveis. Então, “a relevância das entrevistas narrativas na pesquisa qualitativa importa na contribuição que este instrumento fornece para a compreensão das estruturas processuais dos cursos de vida ou trajetórias dos sujeitos pesquisados” (ZARDO, 2012, p. 131). A trajetória por meio dos relatos extensos demonstra diversos pontos importantes para se compreender a leitura de si e do mundo por meio do desenvolvimento histórico e subjetivo das escritoras.

A vida e a trajetória das escritoras são elementos subjetivos importantes para se entender a posição das escritoras no mundo, como elas fazem a leitura do externo e como o processo interno tem relação com a literatura que fazem. Portanto, o objetivo de registrar relatos mais longos (ROSENTHAL, 2014) é para se ter a maior narrativa possível que possa demonstrar fatos e questões importantes para elas.

No primeiro momento da entrevista foram feitas algumas perguntas para estimular os relatos, depois foi possível confirmar algumas falas que não ficaram muito evidentes ou que seria necessário falar mais sobre um determinado ponto importante para a entrevistadora. Por

último foi possível que as escritoras e a entrevistadora levantassem outras questões que não necessariamente foram tratadas durante a entrevista.

As entrevistas ficaram entre uma hora e quarenta minutos e duas horas, comprovando a extensão da narrativa das escritoras, sendo fundamental as anotações por parte da entrevistadora para voltar em alguns pontos de destaque. Assim,

“[...] em relatos mais longos e sem interrupções de acontecimentos vivenciados pelo próprio entrevistado é possível observar com clareza o modo com que o entrevistado imerge em um fluxo narrativo e de lembranças, enquanto também ativa sua memória sensitiva e constrói estórias cada vez mais detalhada” (ROSENTHAL, 2014, p. 189)

Durante a entrevista é comum ter uma pressão por detalhamento (ROSENTHAL, 2014) que objetiva discutir com mais profundidade algumas questões importantes para a entrevistada ou relatos interessantes para os objetivos da entrevistadora. Tudo que foi dito é importante, uma vez que as experiências vivenciadas pelas escritoras são fundamentais para a compreensão do sujeito, não apenas àquelas ligadas a serem escritoras propriamente ditas.

Portanto, os capítulos da dissertação foram construídos a partir do referencial teórico e também da narrativa das escritoras, uma vez que “em suas interpretações, em suas atribuições de sentido, o indivíduo recorre a estoques de conhecimento coletivos, cujo entendimento varia segundo experiências de vida e que implicam, sobretudo, aplicação criativa, reflexiva, na situação concreta de ação.” (ROSENTHAL, 2014, p. 50). Ou seja, a subjetividade encontra-se com o coletivo e as representações cristalizadas na compreensão de vida das escritoras.

Alinhando-se ao objetivo geral, as narrativas de Lina e Júlia guiaram a construção dessa dissertação, por isso será possível observar o relato delas ao longo de toda a dissertação. Isso foi importante para relacionar o referencial teórico ao que foi trazido por elas, ou seja, o que foi relatado por elas não seguiu uma estrutura fechada de perguntas e respostas, no entanto que cada relato é único, por se tratar de pessoas diferentes, com vivências, memórias e experiências diversas.

O método de investigação dos relatos seguirá a análise de conteúdo de Bardin (2009) a partir de três polos cronológicos propostos pela autora: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo exige uma leitura mais atenta e holística do conteúdo da entrevista (BARDIN, 2009), o que acarretou em uma verificação longa e profunda dos relatos de Lina e Júlia. É importante destacar que a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Dessa forma, a análise pressupõe receber a mensagem e “desviar o olhar para uma outra significação” (BARDIN, 2009, p. 43), compreendendo que há mais do que apenas um conjunto de frases. Essa atenção a outros sentidos casa bem com a entrevista narrativa por permitir um aprofundamento da subjetividade das entrevistadas e possibilita a descrição do conteúdo das mensagens que se relacionam com o todo do relato.

Com isso, descrevi principalmente os risos, as reticências, inclusive quando gaguejavam, isso significava outras percepções e dicas para além do que foi falado. Ou seja, “o interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados relativamente a outras coisas” (BARDIN, 2009, p. 40). O conteúdo é importante, mas não se limita a ele.

A partir disso, a entrevista possibilitou a compreensão de conhecimentos relativos ao fazer literário, a construção histórica e cultural de si e a literatura que lê. Para organização dessa compreensão foi feita a categorização dos elementos encontrados nas entrevistas (BARDIN, 2016, p. 146). A categorização foi feita durante o processo de tratamento do resultado colhido dos relatos das escritoras.

Portanto, os documentos usados para a análise foram as transcrições das entrevistas narrativas de Lina e Júlia. A partir da leitura profunda e atenta aos detalhes – risos, paradas, reticências e etc –, foi feita a listagem de índices e marcação de temas e subtemas que relacionavam as duas entrevistas. Para tanto foi cumprida a regra de homogeneidade (BARDIN, 2009) e a mesma técnica foi utilizada para os relatos de ambas as escritoras.

Os índices e os temas serviram para identificar indicadores em comum na narrativa das duas escritoras, assim foram criadas categorias que deram início aos capítulos. Na leitura e análise das entrevistas foram pensadas legendas de cores diferentes a partir da categorização, uma vez que a unidade de registro é o tema, ou seja, a partir dele foi possível identificar a contextualização e aproximação entre as narrativas das escritoras.

Diante disso, as categorias temáticas seguiram o critério semântico de categorização, sendo que “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2009, p. 147). As etapas para a categorização foram as seguintes (BARDIN, 2009): primeiro foi feito o isolamento dos elementos e índices encontrados durante a leitura e análise das entrevistas narrativas e logo depois os elementos e índices foram organizados de modo a seguir o critério semântico de categorização, utilizando-se das temáticas e das legendas construídas para isso.

Após esse tratamento, foi possível agrupar partes das narrativas que se assemelhavam e a partir disso referenciar a teoria utilizada na dissertação. Assim foi possível construir todos os capítulos articulando o referencial teórico e a análise de conteúdo das entrevistas. O peso das narrativas de Lina e Júlia são grandes, os relatos colhidos das escritoras foram fundamentais para discussão proposta, portanto não faria sentido trazê-los de outra forma, a não ser fazendo parte da construção teórica.

Como já sinalizado no início, a cada começo e final de capítulo será possível ler uma narrativa ficcionalizada. Essa foi a forma encontrada para uma homenagem e agradecimento a Lina e Júlia, mas também uma forma diferente de descrever o encontro e as conversas que a entrevistadora teve com elas. A separação entre ficção e dissertação acadêmica está visualmente destacada com três asteriscos.

O primeiro capítulo aborda uma discussão da relação da literatura com direitos humanos, vida digna e subjetividade. A conceituação de capital cultural proposta por Bourdieu (2017; 2015), Bordieu e Darbel (2007); Bordieu e Passeron (2014) e Catani (2017) aparece como ponto base desse capítulo que objetiva discutir como se forma uma elite literária e o porquê da limitação de acesso à literatura. A questão de ser mulher é tratada também como marcador de marginalização, confluindo para se pensar a importância da diversidade de narrativas.

No segundo capítulo são trabalhadas as bases da educação em direito humanos como prática libertadora e crítica de ser sujeito neste mundo. A práxis pedagógica envolvida nessa educação é fundamental para discutir e buscar a justiça social. Autores como Freire (2013; 2014), Gallardo (2014), Magenzdo (2014), Fraser (2014), entre outros, serão fundamentais para discutir o empoderamento da narrativa das mulheres. A internet será tratada como espaço importante para a publicação de literatura de quem é marginalizado pela lógica editorial de mercado.

Os conceitos de representação social (RABENHORST; CAMARGO, 2013) são utilizados para fundamentar o acesso ao fazer literário e à leitura como pontos principais de uma materialidade do direito à literatura. Se a internet é espaço, a *fanfic* vem para pontuar a forma de início de publicação das escritoras. Os processos de humanização e de desumanização andam lado a lado na discussão proposta no capítulo 2.

A interseccionalidade vem como guia para o capítulo três. O projeto de silenciamento de mulheres é discutido a partir dos processos de criação, da leitura e dos questionamentos das escritoras. Questões envolvendo a existência, escrita como compreensão do mundo e relação

com o outro são trazidas para este capítulo. A experiência a partir da ficção científica também é discutida, construindo esse gênero literário como possibilitador de novos imaginários.

Também é no terceiro capítulo que a discussão da representação e da representatividade aparece de forma mais evidente. A marginalidade, invisibilização e o silenciamento das narrativas de mulheres são constantemente questionadas. Anzaldúa (2000), Spivak (2010), Davis (2017), Dalcastagnè (2012; 2018), Woolf (2014) e hooks (2013; 2017) são essenciais para discutir a diversidade e a importância das narrativas de mulheres, subvertendo a lógica patriarcal e racista e a estruturas de dominação.

Petit (2010) é autora importante para essa dissertação – e por isso será encontrada em todos os capítulos. Candido (2011) foi a inspiração inicial, mas é Petit (2010) que traz conceituações e discussões importantes para o entendimento da literatura como essencial para o sujeito, construindo-a como necessidade antropológica e fundamental para a construção e reconstrução de si mesmo. É através da descrição profunda de projetos literários ao redor do mundo que Petit (2010) demonstra o quão o sujeito se muda e muda o redor através da literatura e da narrativa.

O ENCONTRO COM AS HEROÍNAS

Parando para refletir um pouco sobre o mundo no qual vivemos, é possível perceber todas as falhas e situações indesejáveis que vários de nós estamos passando. Eu, desde pequena, sabia que alguma coisa estava errada comigo, por querer mais, por não suportar injustiça por aí. Chorei, briguei, me posicionei até chegar onde estou agora, escrevendo a história de duas mulheres que eu tive a oportunidade de encontrar.

O motivo pelo qual senti necessidade de contar a história delas, e, por consequente, a minha, é termos um dossiê para as gerações futuras de como nós mulheres estamos enfrentando essa onda de não termos mais lugar para escrever nossas histórias. Hoje, sabemos que nossa história é perigosa porque faz com que outras mulheres se juntem e não negociem mais direitos. A ficção se tornou nossa aliada, a escrita nossa arma e a internet nosso lugar seguro de encontro.

Minha busca em torno das mulheres esquecidas pelo tempo me levou até essas duas mulheres, heroínas. Minha relação com elas começou meramente profissional, depois foi para um lugar que não sei bem explicar. Mas é um lugar que nunca tinha ido, por isso me amedrontou, mas parece que eu tinha duas luzes quentes e brilhantes comigo, me guiando pelo desconhecido.

Esse mundo cibernético que estamos vivendo exige que tenhamos cuidado, principalmente umas com as outras. Que a internet e a comunicação instantânea nos levaram a onde estamos, que seja por ela que conseguimos de volta nosso poder. É desse mundo que estou falando, que vou falar, que vou escrever. Nele, eu e mais duas heroínas se encontram, fortalecem uma amizade e decidem não deixar barato o silenciamento e invisibilidade dos nossos direitos, da escrita, da literatura e dos mulherismos⁹.

⁹ Esse termo será usado de forma a compreender a relação entre mulheres como um coletivo de luta contra o racismo, machismo e classismo. Para saber mais, consultar Collins (2017).

CAPÍTULO 1 – DE ONDE VIERAM AS HISTÓRIAS QUE ELAS CONTAM E VIVEM?

Era um dia frio e chuvoso, como todos os outros dias nessa metrópole que parecia desenhada pelas mãos doidas de uma ilustradora que poderia gostar de juntar cores, concreto e ruas pequenas. Procurei refúgio em uma das últimas livrarias do bairro, a fachada que já nem estava mais lá e o vidro fumê não permitia olhar o que tinha lá dentro. Ao abrir a porta, me deparei com livros empoeirados, estantes repletas de histórias que um dia contaram. Ao fundo, uma moça com cabelos encaracolados vestida toda de preto fazia um café coado para servir a absolutamente ninguém ou a si mesma. Era possível notar que a única presença nas mesinhas de ferro eram as gotas das chuvas escapando do teto feito de plástico.

E lá estava uma mulher, assoando o nariz com um pequeno lenço branco. Era preciso uma certa dose de coragem para se enfiar em tantas pilhas e pilhas de livro, com a poeira balançando, partículas que só de olhar já me causavam espirros, dançando pelas luzes baixas e amarelas no teto pertos das estantes. Sem receio de cair em um loop infinito de espirros, me aproximei. A peculiaridade da cena e a minha curiosidade se juntaram e me levaram a passos curtos e cuidadosos até ela.

Cheguei perto, dei bom dia, ou boa tarde, não me lembro que horas eram, muito menos com o céu caindo lá fora, regando com força o chão de água, tendo companhia trovões e raios. Ela respondeu com um tom de susto na voz, declarou uma boa tarde, e aí me dei conta que já se passava do meio dia. Acho que minha curiosidade não se materializou em palavras, porque não consegui explicar ou perguntar algo a ela. Fiquei em silêncio, olhando para ela, quase sem piscar. Com a sobrancelha levantada, a leitora anônima soltou um som de frustração e retornou para a pilha velha e empoeirada de livros à sua frente.

Tentei disfarçar, buscando alguma coisa que eu não sabia o que era. Puxei discretamente o meu caderninho de anotações da bolsa encharcada e fui folhear as páginas até encontrar o endereço que eu precisava estar e acabei não chegando a ele, graças à tempestade. Olhei para as prateleiras, me demorando em nenhum título específico e olhei de canto de olho para a leitora ávida ao meu lado. Respirei fundo e me arrependi logo depois, já que pareceu que a poeira entrou de vez em meus pulmões. Tossi fervorosamente, mas ela não pareceu se incomodar, ou pelo menos fingiu que não.

Logo me recuperei da tosse e virei até ela, que estava de costas para mim. Disse um “com licença” tímido. Ela me olhou novamente, mas não me deu um olhar cismado, apenas um olhar profundo, investigador. Perguntei a ela se o endereço anotado em meu caderninho estava longe ou perto. Ela, levantando a sobrancelha mais uma vez, dessa vez com curiosidade e não

impaciência, disse que aquele endereço era o da livraria que estávamos naquele instante. No momento, atribui à confusão ao meu péssimo senso de direção e de leitura de mapa; hoje, contando essa história para quem quer que esteja lendo agora, acho que pode ter sido um combinado de perder-se com encontrar-se no lugar que era para eu estar.

Vendo minha confusão estampada na cara, ela sorriu, levando o lençinho branco para limpar seus óculos. Ela se levantou, deixando de lado alguns livros que a rodeavam. Limpou a mão esquerda em seu vestido preto e longo e a estendeu até a mim, falando seu nome: Lina. Eu sorri, dizendo meu nome.

Lina, na verdade, não era uma leitora anônima, muito menos afeita a poeiras e páginas amareladas. Mas era o seu trabalho: pesquisar. Sim, ela era pesquisadora e escritora. Logo depois da inusitada apresentação entre nós duas, Lina me convidou para um café lá atrás. Demonstrei meu receio em ficar embaixo de um teto de plástico com possibilidades grandes de eu continuar a me molhar e com isso, demorar ainda mais para chegar ao meu destino. Foi então que eu me dei conta que eu já estava no lugar que precisava estar.

Lina disse que poucas pessoas frequentavam aquela livraria que pertencia a Júlia, a moça dos cabelos encaracolados que vi na parte de trás. Ela estava sim, fazendo um café para si mesma. Por que não? Enquanto Lina apontava para Júlia, notei que ela estava sentada em umas das mesinhas, com um livro aberto, tomando seu café, que por incrível que pareça, ainda estava quente.

Enquanto andávamos até o café da livraria, Lina me perguntou o porquê de eu estar procurando aquela livraria. De imediato, pensei profundamente se deveria ou não contar a ela, até porque estávamos em um momento tenso e amedrontador e não me sentia inclinada a confiar em ninguém. Lina insistiu com a pergunta, talvez pensou que eu não a tivesse escutada direito. Ela então me parou, pousou sua mão no meu ombro e disse que estava tudo bem em falar com ela, porque convenhamos, não é todo dia que uma pessoa entra por ali procurando exatamente aquele local.

Respirei fundo e disse a ela que não poderia explicar tudo naquele momento, mas que eu buscava respostas, orientações ou pistas que me levassem a mulheres que foram perdidas no tempo. Lina coçou a cabeça, olhou para uma estante atrás de mim e abriu um sorriso. Ela saiu correndo e buscou um livro numa prateleira bem mais alta que ela, mas com a pontinhas dos pés e das mãos, alcançou o livro empoeirado e pesado. Trouxe-o até mim e disse que talvez aquele livro pudesse me ajudar na minha busca.

Não consegui ler o título do livro, pois fomos interrompidas por Júlia, segurando sua xícara em uma mão e o livro na outra. Mesmo não tendo visto Júlia antes, me pareceu que

éramos amigas há anos. O sorriso leve e acalentador desviou minha atenção do livro grande e cheio de poeira na minha mão. Eu, que sempre soube o que falar, ou pelo menos tentar falar, estava mais uma vez sem reação. Parecia que aquele lugar era um deus *ex machina*, apareceu para dar fim as minhas buscas incessantes pelas mulheres esquecidas pelo tempo.

Descobri logo depois que Júlia era doutora em alguma área que eu não soube distinguir. Ela dizia apenas que era várias coisas, mas acho que tinha a ver com esgoto, literatura, história e números primos. A explicação dela foi convincente, compreensível até, eu que tenho uma limitação ainda em entender a complexidade e mistura de tantas áreas existentes. Júlia tem uma risada fantástica e adora falar sobre seus amigos e amigas. Sua facilidade é tão grande em fazer os outros se sentirem confortáveis, que de imediato me vi sentada numa das mesinhas, dessa vez do lado de dentro, com ela e Lina, iniciando uma jornada pelas nossas conversas.

1.1 Direito à literatura como direito humano

Eu não tinha muita certeza para onde nossa conversa naquele dia de tempestade ia nos levar e muito menos se ali era um lugar seguro para isso. Peguei o endereço daquela livraria em um dos sites na AIA WEB, onde era possível que mulheres trocassem informações sobre tudo, inclusive sobre literatura. Mesmo com a onda de dar visibilidade às mulheres que muito fizeram e estavam fazendo em nossa sociedade, chegamos em um ponto no qual precisamos nos esconder mais uma vez.

Mulheres de infraestrutura tecnológica, *hackers* e de desenvolvimento começaram a se juntar para fazer uma teia na *internet* que fosse um local seguro e acolhedor para todas as brasileiras, lá nós poderíamos publicar nossos escritos e também retomar as mulheres que foram esquecidas. Eu me juntei com uma organização de mulheres para focar em pesquisas que nos auxiliassem a retomar essas histórias.

Recebi um e-mail anônimo na semana anterior mostrando o tal do endereço – o corpo do e-mail somente mostrava o endereço e dizia RESPOSTAS, assim, em caixa alta. E lá estava eu, portanto, sentada em uma mesa, com duas desconhecidas, mas parecia que já as conhecia há muito tempo, principalmente, a Júlia. Não consigo explicar o porquê, aprendi ultimamente a apenas sentir as coisas, às vezes tentar racionalizar demais pode tirar a magia do sentir.

Enquanto Júlia se levantava da mesa para buscar mais café, abri o livro empoeirado. Lina me olhava com certa curiosidade, talvez esperando para ver se eu realmente gostaria do livro que ela me sugeriu. Fiquei desconfortável, olhei de canto de olho e retomei à leitura da primeira página que tinha uma dedicatória: “Para N., que você encontre sua inspiração”. Não havia assinatura e muito menos o título do livro. Percebi que a brochura carregava pedaços de

papel rasgados, fiquei imaginando o que poderia ter acontecido ou se foi realmente proposital arrancarem algumas páginas.

De imediato, já senti que não seria uma fonte confiável: como eu poderia saber o que estava escrito nas páginas arrancadas? De qualquer forma, continuei a folhear o livro, evitando respirar para não entrar novamente no *loop* de espirros.

Júlia interrompeu minha leitura dinâmica, pousando a xícara com café quente na minha frente e na de Lina. Ela começou a conversar sobre as páginas arrancadas e comentou sobre duas possibilidades que justificam o ato: uma seria raiva do leitor pelo que estava lendo, a outra seria porque era perigoso demais de ser lido. Em ambas as possibilidades se trazia um turbilhão profundo de sentimentos que um livro daquele possa ter iniciado em quem quer que seja.

Lynn Hunt (2009) associa o “surgimento” do discurso de direitos humanos com o romance epistolar. Através de alguns dados sobre romances a partir do século XVIII, Hunt (2009, p. 38) confere importância ao romance no crescimento da compreensão e do desenvolvimento de empatia ao perceber a narrativa como fonte de entendimento do Outro enquanto sujeito que tem sentimentos íntimos parecidos com os que os leitores têm:

Os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos romances mostravam em particular o desejo de autonomia. Dessa forma, a leitura dos romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa (HUNT, 2009, p. 39).

Evidentemente que a narrativa apresentada nos romances do século XVIII na Europa, dos quais Hunt fala, possuíam tipos de discursos a partir dos que podiam escrever, ou seja, uma elite acadêmica, formada basicamente por homens cis brancos. Ainda assim, na época, a leitura desses romances pelas mulheres era vista com preocupação, pois se pensava que, a partir da leitura, poderiam seguir caminhos diferentes dos que eram impostos a elas (HUNT, 2009).

Como bem aponta Hunt, a relação de compreensão do outro por meio dessas narrativas que se aproximavam do cotidiano e do desejo dos que liam, principalmente das mulheres, não estava presente em todos os sujeitos. Porém, a partir disso, é possível inferir que já havia um certo “perigo” em ter acesso à literatura. Perigo que estava ligado a possibilidades de aprendizado de um pensamento crítico.

De forma geral, percebe-se uma subversão atrelada à literatura, possibilitando que, por meio da narrativa literária, tanto como escrita quanto como leitura, os sujeitos tenham acesso a

narrativas diversas baseadas em questionamentos de si mesmos ou de perfis e de espaços sociais, assim, “o romance exerce o seu efeito pelo processo de envolvimento na narrativa, e não por discursos moralizadores explícitos” (HUNT, 2009, p. 56).

É possível, portanto, indicar que a literatura atua fortemente no desenvolvimento do sujeito e a leitura, como prática, torna-se importante para o processo de “construção ou reconstrução de si mesmo” (PETIT, 2010, p. 23). A estética envolvida no processo de escrita e de leitura contribui para que o fazer literário seja visto como subversivo, compreendendo as possibilidades de transgressão de uma ordem homogênea que a narrativa traz. A partir dessa discussão, Antonio Candido conflui com a discussão de Hunt quando traz o livro e a literatura como possibilidade transformadora do que está posto e de formação de personalidade:

Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscriver (CANDIDO, 2011, p. 178).

Dessa perturbação, infere-se que o sujeito a partir de mudanças internas passa a buscar mudanças em seu coletivo social e que o livro contribui para demonstrar outras narrativas que estão em conflito com características sociais que mantêm restrição a alguns tipos de relação e de discurso.

A literatura, segundo Candido (2011, p. 182), propõe humanização: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. A partir desses conflitos, de perturbação da ordem e da própria ideia de subversão encontrada na literatura, é fundamental observar a literatura enquanto prática de humanização, tanto por esses esquemas sofisticados através da estética e das narrativas, quanto por ser uma prática humana.

Se aqui é discutido humanização por meio da literatura, é importante basear-se na dignidade humana presente na discussão da teoria crítica dos direitos humanos. Tratar o direito à literatura como direito humano vai além dos fatores de humanização e de prática humana. É necessário, também, discutir a ideia de dignidade humana a partir do direito à literatura, pois “falar de dignidade humana não implica fazê-lo a partir de um conceito ideal ou abstrato. A dignidade é um fim material. Trata-se de um objetivo que se concretiza no acesso igualitário e generalizado aos bens que fazem com que a vida seja ‘digna’ de ser vivida” (FLORES, 2009, p. 31).

Portanto, a literatura aqui também será tratada como fim material alinhado à ideia de dignidade humana como fator essencial para os direitos humanos. Se limita-se o acesso à

literatura, e de fato há várias formas de se fazer isso, limita-se o acesso a um direito humano. E, se fala sobre direito à literatura como direito humano, infere-se ao início de maneiras possíveis de se lutar pela dignidade humana (FLORES, 2009).

Na Constituição Federal do Brasil há três artigos na seção II que tratam dos direitos à cultura, ou seja, tem-se o reconhecimento jurídico da importância de se criar meios de acesso à cultura feita na sociedade. Mas, se ainda há limitação de acesso, entende-se que não é suficiente ter o reconhecimento jurídico, daí a importância de se falar sobre luta por dignidade humana, ou seja, luta pelo acesso à materialidade de exercer esse direito humano (FLORES, 2009).

O direito à literatura como direito humano, portanto, é pensado em uma perspectiva de luta por dignidade humana pertencente aos direitos humanos como agir humano, ou seja, um direito sendo construído e desconstruído ao longa da história (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016). Como a literatura aqui na discussão é baseada como prática cultural e “trabalha não apenas com a construção, produção ou mesmo a desconstrução das percepções do mundo ao nosso redor, [...] a literatura contemporânea nos fornece subsídios relevantes para refletirmos sobre este conturbado momento histórico de mudanças geopolíticas intensas” (ALMEIDA, 2015, p. 25).

Ademais, o direito à literatura deve ser compreendido também como direito a desenvolver-se como sujeito cultural e social. Se a literatura possibilita compreender e aprender sobre si e sobre o outro, isso possibilita a construção de um ser mais crítico e empático. Lutar pelo direito à literatura é enfrentar a marginalização imposta, sendo a cultura como eixo central nesse processo: resistir pela e na cultura é buscar o direito ao pensamento (BLEICHMAR, 2003 *apud* PETIT, 2010, p. 29).

Combinando, portanto, o direito ao pensamento, o direito à cultura e o direito à narrativa, podemos chegar a uma materialidade mais abrangente presente no escopo do direito à literatura como direito humano. A narrativa está imbricada em nossa vida, é através dela que contamos nosso dia, partilhamos assuntos que gostamos, lemos ou dividimos histórias que fazem parte do nosso imaginário, seja ele pessoal, regional, nacional, religioso, científico, entre outros.

Se a narrativa está presente na literatura, seja ela escrita por nós ou não, isso nos humaniza de uma forma profunda por termos contato com o outro e com nós mesmos, como aponta Petit (2010, p. 122): “[...] de fato, ao longo da vida, para construir um sentido, para nos construirmos, jamais deixamos de contar, em voz alta ou no segredo da nossa solidão: nossas vidas são completamente tecidas por relatos, unindo entre eles os elementos descontínuos”.

O processo de dar continuidade a uma rede de complexidade presente nos sujeitos através dos relatos é importante para também se discutir a quem tem o direito de ter sua vida “tecida por relatos”, como diz Petit. Esses relatos, claro, são os relatos construídos pelos próprios sujeitos ou pela sua historicidade, sem que tenha um outro que se auto-intitule como porta-voz de vidas que não são as dele.

Isso não quer dizer que as pessoas não possam se movimentar política e socialmente para combater os sistemas de dominação. Longe disso, uma vez que é necessário travar lutas contra o *status quo*. A questão aqui apresentada é um sequestro e contínua marginalização do acesso às ferramentas e à materialidade que possibilitam a construção de conhecimento e pensamento.

Essa questão será explorada na dissertação como um todo e, para iniciar o debate, é necessário trazer à tona o privilégio de estar em um espaço que promova condições de acesso, uma vez que “para crescerem, para começarem um dia a formular sua própria história, eles necessitam de literatura. Precisam também aprender a contar, e tal aprendizado se faz no encontro, na interação com um adulto que, por sua vez, sente prazer na narração” (PETIT, 2010, p. 123).

Essas relações tão importantes aparecem na narrativa das heroínas Lina e Júlia:

E aí eu fazia já quadrinhos, né... Eu fazia os meus quadrinhos, já desenhava. Enfim. Meu pai me ensinou a desenhar, meu irmão desenha, então já tenho uma familiaridade. Meu pai também é poeta, então aí talvez já tenha um encaminhamento aí, da, da área que eu segui. E minha mãe é professora, né, então... Sempre tive ali essa relação com literatura, em com ler bastante (Lina).

É... E aí depois disso eu comecei, eu lia muito, teve um verão que a minha madrinha, era ela professora, né, da rede pública lá de João Pessoa e aí teve umas férias que eu fui, eu sempre ia muito antes da minha mãe, ficava lá brincando com os meus primos e tal e depois ela ia, né. É... Mas teve umas férias que todo dia a minha madrinha trazia um livro diferente, eu lia ele no dia, entregava pra ela, ela vinha e trazia outro, aí nessa eu li a Coleção Vagalume quase toda [...] (Júlia).

A leitura e o acesso a ela partiram de um espaço seguro e familiar: dentro de casa. Aqui já se percebe o privilégio que se tem quando estamos em um espaço leitor, principalmente em nossas casas, com cantinhos de leitura, pessoas presentes para nos ninar e ler, além de livros à disposição. O acesso está intimamente ligado com o que se entende por literatura. Nas casas dessas mulheres era possível ler tantas coisas relacionadas a suas vidas, que faziam sentido para elas.

A minha mãe é a filha 21 de 21 filhos. Ela é a caçula de 21 filhos então assim, eu cresci numa casa tipo um dos livros que eu lembro da minha infância foi que a minha mãe me deu do Ziraldo chamado Tantas Tias, que era um menino que tinha 10 tias e

eu tenho 10 tias, vivas, hoje, né. [...] É... Então assim, aí tem, imagine todo tipo de história [...] (Júlia).

Ler histórias nas quais é possível relacionar a própria vida é se ver nas narrativas dos livros e que acabam por nos marcar profundamente. O acesso, portanto, a essa literatura que faz sentido é necessário e importante para o desenvolvimento do sujeito. No entanto, será necessário discutir a relação de a quem interessa a não democratização com o que é compreendido por literatura. Essa relação tem raízes profundas e demonstra a necessidade de se manter os sistemas de dominação intactos com o objetivo de afirmar que direitos são apenas para alguns e não para todos.

1.2 Literatura como capital cultural

Dentro desse escopo de dar materialidade ao direito à literatura, o entendimento do direito à cultura e o direito à literatura pode ser visto a partir do acesso à literatura clássica ou ao que é considerado “cultura” como significado de fruição do que é clássico ou do que é considerado como tal por uma elite. Esse entendimento limita e oferece graus de elitismo e de falta de compreensão da literatura a partir de um conceito mais amplo.

Esse conceito de uma cultura ligada apenas ao que é produzido por uma certa classe ou que se tenha atribuído o adjetivo de clássico pelos acadêmicos ou pelos prêmios de literatura convergem com a conceituação de capital cultural proposta por Bourdieu (2017; 2015), Bordieu e Darbel (2007); Bordieu e Passeron (2014) e Catani (2017), que propõem o entendimento de um grupo de bens simbólicos que sejam produzidos pelas classes dominantes, indicando a “cultura legítima” (CATANI [et al.], 2017).

A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, assim como de capital cultural, é possível construir uma compreensão de como esses esquemas elitistas se configuram como modos de diferenciação entre os grupos e classes sociais:

A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva (BOURDIEU, 2017, p. 164).

Portanto, há a hierarquização de bens culturais, sendo determinada a partir desses mecanismos de distinção, ou seja, há relações de poder imbuídas e que fazem com que a circulação, a distribuição e a apropriação daquele bem cultural seja dificultado, facilitando apenas para aqueles que já vivem naquele meio e possuem estilos de vida compatíveis. Com isso, é clara a também hierarquização da literatura. Se há, então, uma hierarquização de quem

pode acessar a literatura e quem pode fazer literatura, chega-se a processos de divisão claros que permitem que uns acessem e outros não.

Se isso é desigual, o que claramente é, serão necessárias lutas que legitimem e possibilitem o real acesso a partir de uma materialidade de condições (FLORES, 2009), como por exemplo, o próprio acesso à educação. A falta de democratização e de qualidade imposta na educação faz com que haja uma supressão da prática de escrita e, conseqüentemente, de leitura, portanto, “todos têm o direito de se apropriar da cultura escrita e de que uma tal privação leva a uma marginalização ainda maior” (PETIT, 2010, p. 37).

Não basta apenas aceitar que é questão de gosto por um tipo específico de literatura, uma vez que “ele é o que faz com que um indivíduo seja detentor do que gosta porque gosta do que tem, ou seja, as propriedades que lhe são atribuídas, de fato, nas distribuições e fixadas por direito nas classificações” (BOURDIEU, 2017, p. 166).

Daí que o gosto tem relação direta com as distribuições de capital cultural e “é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz com que as diferenças inscritas na ordem física dos corpos tenham acesso à ordem simbólica das distinções significantes” (BOURDIEU, 2017, p. 166).

Diante disso, é possível observar que não se trata apenas de um direito isolado à literatura, e sim todo um contexto de condições necessárias para se alcançar o direito à literatura. A partir daí é importante pensar em criar resistências para contrapor o tipo de literatura que é considerada capital cultural e que está legitimada por uma pequena elite detentora dos processos de distribuição e de produção de capital cultural.

Portanto, a legitimidade do que é literatura está intimamente ligada com o que é considerado capital cultural, ou seja, aquilo que a classe dominante produz. Como esses mecanismos são graus de distinção, é de interesse que não se “vulgarize” o acesso e tampouco o fazer literário. Nessa discussão, há o questionamento por parte da classe dominante do porquê as outras classes ou grupos sociais teriam interesse pela literatura, já que existem outros direitos mais importantes. O problema nesse tipo de questionamento é “achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo” (CANDIDO, 2011, p. 174).

Candido (2011) utiliza-se da diferenciação de conceitos criada por Louis-Joseph Lebret entre bens compressíveis e bens incompressíveis. Esses conceitos são importantes para a discussão aqui proposta à medida que invoca questionamentos relacionados a para quem serve dizer o que é compressível e o que não é. Um bem compressível é aquele que pode ser preterido

por ser considerado supérfluo ou que está numa escala de importância inferior aos bens incompressíveis.

Essa regulação do que é compressível e do que é incompressível está baseado em um grupo dominante que indica o que deve ser essencial para os demais grupos, relacionando-o aos componentes de distinção ligados aos bens culturais. Segundo Candido (2011, p. 175), “o fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra”.

Além dessa imposição de grupo social dominante para os demais grupos sociais, há, também, a dominação a partir de questões de gênero e de raça, ou seja, condições de exclusão de gênero e de raça associadas à questão de classe. Essa interseccionalidade é fundamental para a discussão, pois há a diminuição da literatura escrita por mulheres pelo simples fato de ser escrita por mulheres, evidenciando a ausência delas nos espaços de poder de discurso. Adiciona-se a isso, a questão de mulheres negras, que em um espaço racista e machista, é relegada às margens ainda maiores e difíceis de ultrapassar.

Então, os graus de distinção através de mecanismos de gosto e de capital cultural diferenciam simbolicamente as pessoas das outras, configurando níveis de originalidade e de prestígio. Para a discussão do direito à literatura como direito humano, é importante questionar esses mecanismos de distinção quanto ao acesso e também, fundamentalmente, a igualdade de oportunidades no fazer literário, evidenciando que atualmente esse direito é privilégio de poucos, pois:

[...] investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras (SCHMIDT, 2010, p. 176).

Antonio Candido (2011, p. 176), ao colocar essas categorias de bens compressíveis e incompressíveis, discute sobre o direito à cultura e à literatura como compressíveis a partir de um entendimento desses bens como “necessidades profundas do ser humano”. Porém, mesmo com o direito à cultura elencado nos direitos da Constituição Federal e políticas públicas que inferem o conceito de cultura de forma mais ampla, nas tentativas de superar esses graus de distinção e da propositalmente falta de distribuição e de produção de bem cultural, não é o suficiente para o acesso democrático.

Para qualificar a discussão aqui proposta, será utilizado o conceito de literatura de Antonio Candido (2011, p. 176), compreendido como “todas as criações de toque poético,

ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste [...]”. Esse conceito é amplo e inclui também a produção escrita de todas as sociedades e civilizações, garantindo que não se entre em uma hierarquização por meio de um cânone literário que julga o que é e o que não é literatura dentro desse universo de prática/escrita literária.

Se toda criação ficcional ou poética é considerada como literatura, não é possível indicar apenas um tipo específico de estrutura ou de tema que seja considerado literatura. Isso é importante para evidenciar as disputas nos espaços de poder que legitimam quem pode e quem não pode publicar e escrever literatura (DALCASTAGNÈ, 2012), assim como quais personagens e quais histórias devem ser consideradas para a narrativa literária.

A ideia aqui proposta não é hierarquizar direitos e sim perceber a centralidade da dignidade humana a partir dos direitos humanos, ou seja, a dignidade é complexa no sentido do que é digno para cada um dos sujeitos. Entretanto, a discussão levada a cabo aqui identificou elementos importantes que contribuem para uma vida digna. Dentre eles está o acesso ao fazer literário como base para a construção de narrativas e a presença das mulheres nos espaços de poder de discurso.

Conforme a pesquisa realizada na Universidade de Brasília, que foi indicada na introdução, “a literatura é um artefato humano e, como todos os outros, participa de jogos de força dentro da sociedade. Essa invisibilização e esse silenciamento são politicamente relevantes” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 149). Diante disso, evidenciar qual é o lugar relegado às mulheres no campo literário é essencial para a discussão.

Bento (2017) afirma que o ser humano não é autoevidente, ou seja, não é simplesmente dado, pois há certas questões que contribuem para a desumanização de um sujeito. Essa discussão muito se completa com a ideia de que os direitos humanos não são autoevidentes (HUNT, 2009). Ou seja, o que é sujeito e o que é direito humano não está já dado, mas sim faz parte de todo um processo de luta para alcance de direitos e de ser tratado como um ser humano. Nesse contexto, há a construção do feminino como aquilo de menor valor, como sendo um espaço que vale menos, que é diminuído (BENTO, 2017).

É importante mencionar que a construção da conceituação de gênero perpassa também pelo conhecimento hegemônico, trazendo perspectivas da realidade de onde se fala. É preciso submeter o conceito de gênero e de mulher a discussões e análises mais profundas (OYĚWÙMÍ, 2004), conferindo a complexidade do termo, pois, “[...] a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Ao discutir sobre o termo *queer*, Berenice Bento (2017) baseia-se na ideia de colonização epistemológica. Segundo a autora, não se pode universalizar construções de gênero que são locais, já que corpo e sexo são suscetíveis ao biopoder, ou seja, “antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo de discurso determinado” (p. 70). Há, portanto, efeitos proféticos nesses corpos que marcam profundamente como ele será, atuará e viverá nesse mundo, restringindo a liberdade (BENTO, 2017). Assim, há marcas poderosas no que é construído como feminino, que marcam as mulheres e as relegam em espaços privados, longes dos locais de poder.

Assim, a construção de conhecimento que baseia a literatura como direito à cultura e direito humano está intrinsecamente ligada à discussão da presença das mulheres no fazer literário enquanto ocupação no espaço de discurso da literatura contemporânea brasileira. A presença de mulheres escrevendo literatura é tratada aqui como indicativo de igualdade de gênero e de diversidade no campo literário, mas também como prática fundamental acessada pela luta dessas mulheres em poder escrever e também publicar:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (RIBEIRO, 2017, p. 63).

A marginalidade imbuída no caso das mulheres demonstra a constante luta pela presença de mulheres nos espaços de poder e de discurso. Portanto, o ser-mulher está envolvido nas condições de gênero, claro, mas também nas questões de raça, classe e origem social:

[...] ao lutar por ter acesso aos bens, os atores e atrizes sociais que se comprometem com os direitos humanos colocam em funcionamento práticas sociais dirigidas a nos dotar, todas e todos, de meios e instrumentos – políticos, sociais, econômicos, culturais ou jurídicos – que nos possibilitem construir as condições materiais e imateriais necessárias para poder viver (FLORES, 2009, p. 29).

Diante disso, o direito à literatura a partir do recorte de gênero, ou seja, literatura de autoria de mulheres, perpassa pelo acesso à leitura dessas mulheres e também pela igualdade de oportunidade para que elas possam fazer e publicar literatura. A relação entre as marcas sociais (raça, classe, origem social e etc.) contribui para se pensar a interseccionalidade envolvida nos corpos, assim, questiona-se o rótulo único e essencializante das mulheres (ALMEIDA, 2015).

Construindo, então, condições materiais e imateriais para alcançar essa dupla de direitos (acesso à literatura e publicação/escrita de literatura), o direito à literatura como direito humano alcança o entendimento de que o acesso e o fazer literário precisam ser democratizados,

abrindo-se a construção de possibilidades de narrativas diversas ao que é legitimado como literatura, ou seja, aquilo produzido pela elite social e econômica de um país.

Se questionar o acesso à literatura é importante para a discussão dos direitos humanos enquanto busca por condições para uma vida digna, discutir os critérios impostos para o julgamento estético do que é literatura torna-se essencial para o debate:

São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão. Essas vozes que tensionam, com a sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário. É preciso aproveitar esse momento para refletir sobre nossos critérios de valoração, entender de onde eles vêm, por que se mantêm de pé, a que e a quem servem (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12).

As vozes indicadas por Dalcastagnè são as vozes que estão marginalizadas no processo de narrativa e do campo literário. Os questionamentos contidos na citação acima incorrem no caráter de distinção (BOURDIEU, 2017) que envolve o tipo de literatura legitimado como tal, ou seja, excluem-se outros tipos de literatura, tornando-os “literatura menor” e também excluem as mulheres em suas condições de gênero, de classe e de raça no processo de criação de narrativas literárias.

Candido (2009, p. 177) aponta que “cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles”. Entretanto, se as mulheres não estão acessando o fazer literário e também não existe um acesso mais democrático da literatura, não há fortalecimento da presença das mulheres no campo literário.

Não há democratização na literatura se não houver uma percepção holística do fazer literário enquanto prática humana para uma vida digna (CANDIDO, 2011 e FLORES, 2009) e que está engendrada em relações de poder. Como comprova Dalcastagnè (2012) na pesquisa realizada com três das maiores editoras de romance do Brasil¹⁰, a maioria dos autores publicados entre 1990 e 2004 são homens (72,7%):

Os números indicam, com clareza, o perfil do escritor brasileiro. Ele é homem, branco, aproximando-se ou já entrado na meia idade, com diploma superior, morando no eixo Rio-São Paulo. Um pouco menos da metade (46,7%) já havia estreado em livro antes de 1990 (ou seja, os livros constantes do corpus se inserem em meio a uma carreira literária já em curso); quase todos (90,3%) têm outros livros publicados além dos incluídos no corpus da pesquisa (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 162).

¹⁰ A pesquisa fez um levantamento e análise nas editoras Record, Rocco e Companhia das Letras.

A pesquisa é interessante para compreender um panorama de uma ordem hegemônica de escritores e também de personagens, uma vez que analisando as personagens dos romances do período do *corpus* da pesquisa, é possível entender que as mulheres também não estão presentes como narradoras dos romances e que há estreita ligação da criação de personagens femininas com o fato da escritora ser mulher (DALCASTAGNÈ, 2012).

Portanto, se não há acesso ao fazer literário, não há a narrativa de uma grande parcela da população brasileira e quando se tem, é possível que seja taxada como uma literatura específica, uma literatura feminina ou a *chick lit*. Corroborando com o mercado de universalidade para o que é feito pelos homens e de específico para o que é feito por mulheres:

É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

Como discutido anteriormente, Antonio Candido considera a literatura como propulsora de humanização, então deve-se entendê-la como essencial para todos os sujeitos. Portanto, entender o direito à literatura como direito humano é fazer com que a literatura de autoria de mulheres seja acessada com mais facilidade, como parte importante da vivência enquanto cidadão e sujeito cultural. Isto é, acesso alinhado a condições materiais para o alcance real do direito à literatura.

Essas condições materiais estão ligadas diretamente com fatores de empoderamento do cidadão, ou seja, a partir do momento que é possível ter condições materiais para acesso ao fazer literário e à literatura, há o empoderamento da cidadã por meio de condições materiais (FLORES, 2009) para se alcançar a construção de suas próprias narrativas. O empoderamento, portanto, é base para se pensar direitos humanos e alinha-se ao direito à literatura, pois ocupar os espaços de discursos no campo literário está combinado com diversas frentes de luta para a ocupação de mulheres nos espaços de poder.

Candido pontua que não é somente a literatura considerada social que se pode entender no rol dos direitos humanos. Essa literatura tem um caráter explicitamente político e de denúncia social em seu plano estético. Muitas mulheres escrevem sobre si mesmas numa perspectiva de autorrepresentação (TENNINA, 2015), trazendo para a narrativa literária e para o plano estético as condições de exclusão e de marcadores advindo do gênero. Entretanto, não é apenas por essa literatura social escrita por mulheres que se pode considerar a literatura em sua função como bem essencial (CANDIDO, 2011).

Portanto, a partir do gênero literário que as escritoras entrevistadas fazem, é necessário afirmar que a literatura de ficção científica deve ser considerada na discussão de literatura como direito humano. Esse gênero de literatura pode ou não ser evidentemente social, uma vez que há narrativas de ficção científica com questionamentos profundos da sociedade, como é o caso de *O Conto da Aia* de Margaret Atwood ou *The Female Man* de Joanna Russ e outras em que não há necessariamente denúncias sociais evidentes.

A força que traz os aspectos de humanização está na própria literatura (CANDIDO, 2011), pois há a criação de narrativas literárias nos planos estéticos e, falando ou não com aspectos de denúncia social sobre a desigualdade de gênero, por exemplo, configura um direito humano por se tratar, mais uma vez, de prática humana que estabelece aproximações, diversidade, criatividade, amorosidade, tristeza e tantos outros sentimentos causados pela leitura de livros.

Não basta apenas falar de um tema de relevância social se não há uma função estética envolvida. Mas isso não significa que somente uma obra perfeitamente construída (CANDIDO, 2011) em nível de cânone literário que importa para essa discussão aqui apresentada. Há, portanto, diversos elementos humanizadores na literatura, sendo que um deles é “quando satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles” (CANDIDO, 2011, p. 183) e a própria presença das mulheres em suas narrativas que deixam de ser consideradas específicas baseadas em literatura feminina para a literatura que ressignifica o papel da mulher na sociedade.

A universalidade da escrita e da narrativa é atribuída ao homem branco (RIBEIRO, 2017), portanto, quando a mulher escreve, atribui-se a uma especificidade. Sendo assim, homens podem criar todos os tipos de personagens e de narrativas, sendo de qualidade universal, mas as mulheres, por serem presas à especificidade na criação de narrativa, sua literatura é relegada a histórias de “baixa literatura”. Assim, questiona-se de onde vem a literatura contemporânea, quem são as pessoas que possuem espaço para falar, inclusive de que forma estão falando, sendo que “a representação não dispensa a necessidade da presença do outro, não elimina a exigência da democratização do fazer literário” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 38).

A partir, então, da literatura como reflexão, re/construção de si mesmo, humanização, bem incompressível e a partir do conceito amplo proposto por Candido (2011), é possível compreender a literatura como espaço de representação (ALMEIDA, 2015) e, logo, de representatividade. E, claro, reafirmando Dalcastagnè (2012) ao apontar que a representação de mulheres nas histórias não exige a luta de democratizar o acesso do fazer literário a essas

mulheres, até porque, é de extrema importância que tenhamos narrativas diferentes escritas por pessoas diferentes:

[...] quando as grandes editoras publicam livros que tratam sempre dos mesmos temas e trazem um perfil de autor muito parecido [...] elas estão dizendo ao leitor o que é considerado literatura e quem pode ser chamado de escritor no Brasil. A presença dentro das livrarias e dos jornais é um carimbo do que é considerado literatura: se você quiser ser escritor, tem que se parecer com isso. O que é bastante perverso, principalmente quando se pensa na autoria de mulheres, de indígenas, de negros, periféricos ou pobres que estão longe deste circuito e que acreditam que têm algo a dizer, que acreditam que também podem expressar o mundo através da literatura, mas que acabam recusados de algum modo (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 15).

Por isso a importância de se discutir a narrativa literária dessas mulheres que publicam literatura de ficção científica em específico e literatura fantástica de modo geral. É a ficção tomando forma para validar suas histórias, posicionando-se no mercado e no campo literário para demonstrar que sua literatura e suas narrativas são importantes e expressas de um lugar no qual a literatura dita como literatura brasileira não alcança e, se representa, não é representada de maneira complexa e livre de estereótipos (DALCASTAGNÈ, 2018).

1.3 As narrativas de mulheres importam

No caminho do que foi discutido até aqui, é importante trazer questões em torno da complexidade presente nesse acesso à literatura e ao fazer literário. Na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2016, sendo sua 4ª edição, do Instituto Pró-livro¹¹, a mãe ou responsável do sexo feminino aparece em 11% das pessoas que influenciaram o gosto pela leitura. Daí a importância de figuras no âmbito familiar para construir um ambiente leitor e aberto a narrativas diversas.

Mas aí enfim, tipo, tenho muita consciência dessa coisa de origem e num sei o quê, e eu acho que em todas as histórias tanto o que tá publicada, quanto as que estou trabalhando, isso tem um, um papel muito grande assim, sabe [...]. (Júlia)

Porque meu pai, ele comprou uns VHS, mas isso na época de, de vídeo cassete, né? [...] Que vinha em fascículos do Jacques Costeau. Então eram vídeos antiquíssimos, 1920, 1930, sei lá, com o Jacques Costeau mergulhando no fundo do mar, umas imagens assim, e eu ficava fascinada com aquilo, eu pensei, eu quero ser isso aí [risos]. (Lina)

Se a influência de leitura veio da família de Júlia e de Lina, as suas narrativas também têm memórias familiares e de seus relacionamentos com os outros.

¹¹ Para ler a pesquisa completa, acesse: <http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil/8042-downloads-4eprlb>

Anterior à internet, né. Mas em paralelo à internet é... Eu tinha esses amigos correspondentes que eu me correspondia com eles por carta, né? Então essa coisa de ter amigos distantes, de ter conversas com pessoas que não estão presentes, e aí... Você se acostuma sua própria presença, sua própria voz interna e essa voz interna precisa sair de alguma forma... Né? Então acho que foi por isso que acabei indo pra escrita. (Lina)

A leitura, cheia de memórias, construções, fantasias e emoções, ainda assim parece um movimento solitário. Porém é carregada dessa historicidade. E essas narrativas encontram seus pares, leitores que se identificam, que constroem relação com aquilo que está sendo lido. Todo esse processo traz elementos de humanização (CANDIDO, 2011) e fortalece a própria história, materializando no suporte ficcional da literatura as narrativas de todas as pessoas.

A leitura favorece as transições entre corpo e psiquismo, dia e noite, passado e presente, dentro e fora, perto e longe, presente e ausente, inconsciente e consciente, razão e emoção. E entre o eu e os outros. É por meio de intersubjetividades gratificantes que surge o desejo de ler, e o ato de dividir é inerente à leitura como a todas as atividades de sublimação (PETIT, 2010, p. 139).

Falar do direito à literatura como direito humano na perspectiva de materializar uma vida digna para todos é possibilitar que as narrativas estejam presentes e que as validem como histórias importantes de serem contadas, ainda mais se pensar em um *background* de história oral, em que a importância está em contar histórias que podem se perder.

É, e aí tipo quando eles conseguiram, finalmente conseguiram comprar a caminhonete lá, o, a minha vó fala que nunca mais ninguém viu essa mulher, ela só voltava, pegava as coisas e ia, ela fez o parto assim de praticamente de todo mundo na, na região dela e aí eu tenho uma tia que nasceu prematura com, era seis pra sete meses, que é a tia Gilda¹², e ela conseguiu, ela fez tipo uma caixinha de sapato com algodãozinho com água quente e num sei o quê, e conseguiu fazer ela vingar, né, como eles falam. Essa minha tia agora tem 60 anos, sabe. [...] Tipo, eu cresci ouvindo essas histórias então assim. (Júlia)

Ainda assim, “[...] nossas maneiras de conhecer são forjadas pela história e pelas relações de poder” (HOOKS, 2013, p. 46), isso quer dizer que há instâncias que privilegiam uns e marginalizam outros.

Não, é, eu acho, eu acho uma coisa muito legal porque assim, conversando com as pessoas eu vejo que tem muita gente que não, não, nem conhece esse contato de, com, de bisavô, de avô, de história, da onde a família veio, entendeu? (Júlia)

É, você insere uma programação naquilo e isso é, sobre a gente, a gente tem uma programação, a gente foi programado de alguma forma. E a gente tende a repetir os protocolos que vai nos levar a determinada é, a determinado caminho, eu tô seguindo a minha programação, isso que eu contei da minha história, eu tô seguindo um protocolo, do meu, de como, do que eu sou, de como eu processo as coisas. (Lina)

¹² Nome fictício.

É importante mencionar que a compreensão de privilégio e de olhar onde estão as narrativas marginalizadas é essencial para subverter essas relações de poder em que estamos inseridos. Se o intuito é dar vida digna a todos, que as narrativas de todos possam ter igual oportunidades de estarem e serem acolhidas e lidas.

Elas escrevem. Júlia e Lina são escritoras. Não sei exatamente se fiquei boquiaberta, mas essa foi a sensação, já que não sei o quanto consigo controlar meu corpo diante da notícia que ali na frente estavam duas mulheres escritoras que enfrentavam com resistência essa movimentação forte de esquecimento das mulheres. O olhar profundo, amável e divertido das duas me fez voltar de meu pequeno lapso de surpresa.

A confiança que elas depositaram em mim foi muito grande a se assumirem como tal. Isso foi o que eu pensei. Nesses tempos tão sombrios, escrever é uma arma letal. Mulheres que escrevem compõem a resistência de frente ao trazer narrativas que foram esquecidas, histórias de suas avós e de tantas outras mulheres, fazem da ficção um alento nesse mundo que nos destrói a cada dia.

Coloquei minhas mãos em cima da mesa enquanto o livro grande e empoeirado ficou em meu colo, pesando nas minhas pernas a conversa de nós três. Chegou um momento que esqueci o porquê estava lá. Decidi que apenas queria ouvi-las e sentir cada pedacinho de história, de riso, de preocupação, de desconfiança, de lembrança de Júlia e de Lina. Agradei imensamente aquele e-mail anônimo porque me levou a essas duas heroínas que usam as palavras para criar histórias de mulheres.

Até então ouvi sobre sua família, as mulheres e homens de suas vidas e seus relacionamentos de amizade tão profundos quanto suas histórias. Perceber que elas trazem tanta historicidade, que entendem e percebem o mundo de um jeito diferente. Sabem de seus privilégios e contam sua infância percebendo as nuances e pessoas que passaram por ela. Não é apenas um contar sua vida, é identificar pessoas, coisas e relatos que ficaram marcados de forma tão aparente que não é possível não lembrar delas.

Isso tudo me fez pensar da importância de determinadas pessoas para buscar ler histórias e de que forma colocamos isso para fora, ou seja, como podemos dividir o que lemos com as outras pessoas. Achei, então, que elas dividiam essas histórias a partir da escrita. Era escrevendo para amigos ou para estranhos. Senti, na verdade, que talvez elas nem consideram as suas

leitoras e seus leitores como pessoas estranhas. Até porque, veja, elas dividem suas histórias tão complexamente construídas a partir de sua historicidade, curiosidade, momento que quem a partir delas não se é mais estranho.

A trajetória dessas heroínas é divertida e longa, mas só consegui ouvir um pouquinho dela. Júlia deu a ideia de abrimos o livro grande e empoeirado e ler alguma parte dela juntas, assim, quem sabe, poderíamos iniciar nossa pesquisa. Naquele momento percebi que elas estavam mais focadas do que eu na minha própria missão. Fiquei tão absorta em suas histórias que notei que ainda faltava buscar as histórias das outras mulheres. Eu não sabia por onde começar, apesar de eu participar ativamente dos fóruns na AIA WEB.

Abrimos na página 287, que começa a dizer sobre o acesso negado a determinadas pessoas a contarem suas histórias nas rodas dos prédios acadêmicos. Enquanto Júlia lia, levantava minha sobancelha e tentava desesperadamente entender o que ali estava sendo falado. Comecei a duvidar de imediato se não era porque abrimos o livro de maneira aleatória, mas talvez era porque a escrita não era acadêmica e sim cheia de palavras trocadas e objetivas.

Parece estranho dizer que palavras objetivas não são acadêmicas. Elas nem sempre são. A objetividade no caso do livro era utilizada como recurso para confundir quem for que lesse, o que é bem provável já que o livro tinha cheiro de coisa proibida, como se fosse um cheiro de calçada recém-feita com um aviso enorme de NÃO PISE. Mas dá vontade de pisar só para marcar no chão o nosso pé, para quem sabe perguntarem depois de quem pertenceu aquele sapato.

CAPÍTULO 2 – EXPERIÊNCIAS NOS ESPAÇOS E ENCONTROS CIBERNÉTICOS

As heroínas ainda não foram ao espaço sideral, mas definitivamente experimentaram outros espaços. Consigo perceber isso a cada retorno à infância, à adolescência ou até mesmo quando elas falam sobre seus escritos. Elas, inclusive, estavam se relacionando às palavras confusas que Júlia lia, enquanto eu e Lina escutávamos. Mas essa relação era quase um imã puxando aquelas duas heroínas a situações que passaram em determinados espaços, sejam físicos ou temporais.

Meu esforço de entender o que estava sendo lido estava muito aparente. Lina pediu para pararmos e tentarmos compreender para onde todos aqueles parágrafos com informações confusas e conflitantes estavam nos levando. Imagino que tenha despertado algo mesmo magnético naquelas duas escritoras. Eu, particularmente, sentia até dor na cabeça, querendo, mais uma vez, racionalizar da melhor maneira que eu poderia. Na verdade, o livro e aquelas palavras exigiam mais, eu só não sabia o que era.

Estudei tanto, li, busquei, entrei em contatos com diversas mulheres no AIA WEB, mas aquele livro, aquele encontro com Lina e Júlia estava além do que eu imaginava que eu deveria ter. Ou será que eu tinha? Olhava para o rosto das duas e só conseguia enxergar uma atenção diferente. Júlia lia e sua mão a acompanhava como uma dança enigmática. Lina com a mão no queixo parecia que estava em outra dimensão. Júlia entendia corporalmente, enquanto Lina entendia olhando para outro lugar.

Júlia sugere então buscar mais café. Lina aceita. Mas eu digo que não. Meu estômago dói e não sei se é pelo café ou pela confusão na minha cabeça. Júlia me oferece então um chá de um mix de ervas que ela guarda com todo cuidado em uma caixa. Fiquei um pouco desconfiada, mas eu pensei que não havia perigo algum em tomar um chá diferente, talvez fosse isso que faltava, arriscar coisas novas, para eu começar a entender e digerir o que estava acontecendo ali.

O livro, na verdade, foi só um gatilho para que nós três criássemos uma ligação densa e leve ao mesmo tempo. Nunca fui boa em sentir esses paradoxos de sentimentos, mas me vi ali em um turbilhão deles. Senti lá no fundo que aquelas heroínas eram muito importantes para mim, mesmo não tendo a certeza do porquê.

Júlia me trouxe o chá, não lembro se eu tinha aceitado ou não. O cheiro de flores tomou conta do meu corpo, trazendo uma sensação de conforto e tranquilidade. Pensei que se o cheiro me fez sentir assim, imagina o que não poderia fazer ao tomá-lo. Deixei um pouco esfriando

para evitar queimar meus lábios que são tão sensíveis. Minha mãe costumava me chamar de menina dos lábios de vela, que pareciam se derreter a qualquer contato com algo quente.

2.1 A educação em direitos humanos e o direito à literatura

Ao se pensar as práticas pedagógicas envolvidas na educação em direitos humanos, é possível baseá-las na teoria dialógica da ação (CARBONARI, 2014), que objetiva uma práxis para a liberdade, portanto, contra-hegemônica. A construção do conhecimento não se dá a partir de uma prática educacional bancária, a postura pedagógica necessária é a de escuta do outro (CARBONARI, 2014), uma vez que, para o diálogo acontecer, é necessário trocas, escuta, respeito e horizontalidade.

Como a práxis pedagógica da educação em direitos humanos visa a autonomia, a escuta, a troca, a construção de conhecimento, é possível alcançar o engajamento dos sujeitos, com possibilidades efetivas de mudança. Essa práxis baseada no diálogo sugere que a construção de conhecimento seja feita a partir do outro, com o outro, em conjunto com outro. Opondo-se, portanto, à concepção bancária de educação, buscando a alegria de tornar o mundo mais humano (FREIRE, 2013).

Tornar o mundo mais humano infere-se que a educação em direitos humanos traz em seu bojo questões essenciais como autonomia, mas que também trabalha a diversidade cultural, promovendo “processos de desnaturalização e explicitação das redes de estereótipos e pré-conceitos que povoam nossos imaginários individuais e sociais” (CANDAU, 2010, p. 224), seja na concepção do que é direitos humanos, quanto das marcas que são deixadas pelo machismo, racismo, marginalização, homofobia, transfobia, bifobia, entre tantas outras violências.

Então, discutir a educação em direitos humanos é objetivar a formação “para resistir a todas as formas de opressões, de violação dos direitos; mas também é aquela que forma sujeitos de direitos capazes de solidariamente viabilizar as melhores condições para que todos e todas possam viver concretamente os direitos humanos permanentemente” (CARBONARI, 2014, p. 179). Ou seja, é resistência e rejeição a qualquer prática preconceituosa e discriminatória (FREIRE, 2016).

Os processos históricos de luta por direitos como fundamentos dos direitos humanos (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2016) são essenciais para basear o entendimento da práxis para a libertação das opressões e a compreensão de que os “direitos humanos são produzidos e sustentados pelos seres humanos em sua história econômica, sexual, política e

espiritual, portanto podem ser violados, revertidos e anulados por práticas de poder legais ou ilegais” (GALLARDO, 2014, p. 11).

É importante ressaltar que a educação em direitos humanos deve ser vista de maneira a não ser entendida apenas nos espaços ditos formais de educação. É com ela que é possível construir relações diversas que se pautam na troca e no entendimento das violações sofridas e nas situações de dominação, de opressão e de marginalização. Assim, discutir a igualdade de gênero no âmbito da educação em direitos humanos é perceber as disputas de poder e os processos de marginalização e opressão pelo gênero. A própria produção do que é conhecimento ou não advém da dominação hegemônica euro-estadunidense, a partir dos processos de colonização e opressão, pautando o gênero masculino (OYĚWÙMÍ, 2004) como figura fundamental e estruturante para o *status quo*.

Nas diversas situações de opressão, marginalização e dominação, a literatura advém como bem cultural e simbólico e, portanto, objeto de disputa. Os processos de categorização de literatura e do acesso à educação e à cultura contribuem para a marginalização da presença de mulheres escritoras e também de personagens mulheres construídas sem estereótipos. Assim, pensar em ações de combate às opressões no campo literário é discutir a importância da educação em direitos humanos nessa luta.

Para qualificar a discussão, é importante trazer a ideia de justiça social como caminho para se construir um processo de redistribuição de capital material e simbólico (MAGENZDO, 2014). Como já construído até aqui, a literatura é capital cultural e simbólico, objeto de disputa e também bem de distinção (BOURDIEU, 2017), assim, a perspectiva de justiça social é essencial para o combate à marginalização e ao acesso à literatura, compreendendo que há

duas concepções globais de injustiça. Na primeira, a injustiça social resultaria da estrutura econômica da sociedade e se concretizaria na forma de exploração ou miséria. A segunda, de natureza cultural ou simbólica, decorreria de modelos sociais de representação que, ao imporem seus códigos de interpretação e seus valores, excluíam os “outros” e engendrariam a dominação cultural, o não reconhecimento ou, finalmente, o desprezo. (FRASER, 2012)

Assim, a dominação cultural está intimamente ligada aos esquemas de distinção de uma elite para restringir o que é literatura e quem pode fazer essa literatura. As editoras, como já apontado, são grandes aliadas mercadológicas para legitimar o que deve ser tido como literatura. A justiça social, portanto, é conceito importante para o entendimento e luta contra os sistemas de dominação que insistem em silenciar as minorias.

Dentro desse escopo de luta, a educação em direitos humanos

incumbe-se, desta feita, do papel de transformadora das pedagogias educativas e da sociedade, se mostrando como uma prática social e política emancipatória, promotora de conquistas e da proteção de direitos, capaz de formar sujeitos que

exercitam a indignação frente às injustiças e desigualdades sociais e que são comprometidos com a valorização da vida em toda sua plenitude. (ALMEIDA; REIS, 2018, p. 49)

A proteção e a conquista de direitos são alcançadas a partir de um movimento de justiça social e de criticidade para lutar pela materialização dos direitos humanos. Indignar-se com a injustiça social e a dominação cultural são aspectos importantes da trajetória de um sujeito presente na educação em direitos humanos. E, mais uma vez, esse processo não acontece apenas nos espaços escolares formais, e sim em tantos outros locais e momentos.

Mas a UnB [Universidade de Brasília] sempre foi um, um, um acesso restrito pra mim. Eu nunca pude acessar esse, esse espaço. É engraçado que hoje tipo alunos da UnB vêm falar comigo [risos] e eu tenho ido à UnB dar palestras, e eu nunca pude estudar lá. (Lina)

Você não aprende a falhar [na universidade]. É. Mas você não aprende a aceitar, tipo ah não, eu não sou boa em alguma coisa sabe, que foi um processo que eu também passei [risos]. [...] Nessa coisa de troca de curso de tipo assim ah, como assim eu errei o curso que eu ia fazer, sabe? (Júlia)

As instituições formais de ensino têm um grande objetivo, ainda que reproduzam boa parte dos sistemas de dominação. É necessário, portanto, criar um ambiente no qual a autonomia, o empoderamento, a criticidade e o diálogo sejam base de um projeto pedagógico e social. É importante que todas as vozes tenham espaço e possibilidade de construir o conhecimento a partir de suas trajetórias, confrontando a educação bancária que silencia e marginaliza.

A universidade, portanto, deve ser um local de liberdade de pensamento, mas ainda carrega a manutenção do *status quo*, como é possível perceber pelas falas das heroínas, que muito combinam com o trecho da música 1080p da *rapper* Sammus que diz: “Eu tenho medo da academia [...] Mas a organização é uma merda, eu não consigo lutar contra o poder, porque eles escrevem livros que ninguém vai ler, para àqueles caras brancos que eles tentam agradar”¹³.

Se os espaços ditos democráticos não acolhem a diversidade, não acolhem as diversas vozes, não há mudança de representatividade nesses locais. A educação em direitos humanos, portanto, é aliada primordial a essa mudança significativa, simbólica e cultural dentro dos diversos espaços. Por isso pensar em direito à literatura é contribuir de fato a uma trajetória social baseada na criticidade e na compreensão da violação e de manutenção de direitos. Se não há o entendimento de que a literatura e o fazer literário são para todos, em diversos espaços,

¹³ Sammus é uma *rapper* “ciborgue” dos Estados Unidos e recentemente finalizou seu PhD em Estudos em Ciência e Tecnologia na Universidade de Cornell. A tradução do trecho da música é livre. Para saber mais sobre o trabalho dela, acesse: <https://sammusmusic.com/>.

será necessário continuar a estar em uma universidade ou fazer e ser aquela literatura legitimada pelo mercado e pelo cânone literário.

[...] o primeiro livro que eu escrevi na verdade [risos], eu tinha uns 15 anos foi pro, pro colégio ainda. Foi numa, um trabalho de feira de ciências que a professora falou assim: é... Quem não quiser fazer o trabalho em grupo vai ter que escrever um livro [risos]. Aí eu: óbvio que eu vou escrever um livro! (Lina)

E a primeira [coletânea] foi com oito anos e aí tem as fotos, muito bonitinha, “d’eu” na sessão de autógrafos e tal. E aí essa história foi uma história sobre uma greve de material escolar, depois inclusive fizeram um livro infantil sobre isso e eu fiquei, me plagiaram [risos]. (Júlia)

É interessante observar o papel da escola no início do fazer literário das duas heroínas. Foi o local propício para oportunizar a escrita. São esses espaços e momentos importantes para que o acesso seja feito de maneira mais complexa, possibilitando a liberdade criativa, o empoderamento da própria narrativa, o reconhecimento de si como alguém que tem algo a dizer e a publicar.

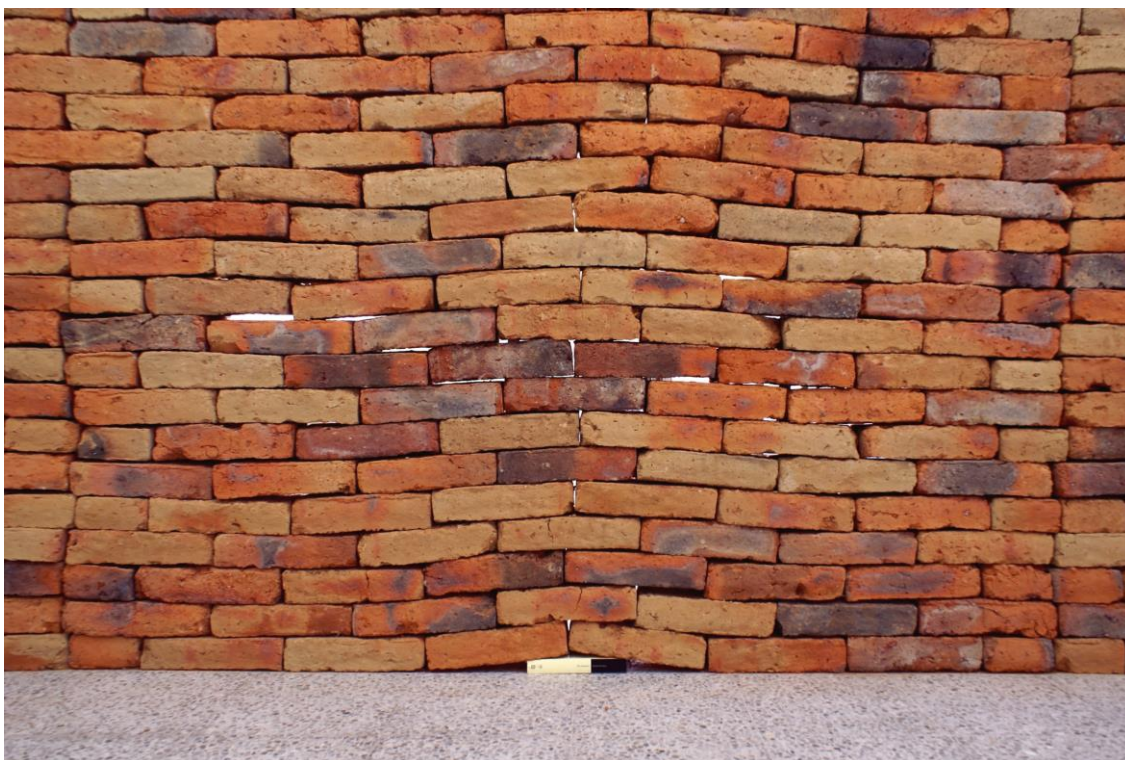
Portanto, o direito à literatura baseando-se nos princípios da educação em direitos humanos é construída como uma educação para a prática de liberdade (FREIRE, 2013 e HOOKS, 2013). E, mais uma vez, não é restringir o debate à educação formal, mas pensá-la de forma ampla e enaltecendo os espaços dedicados ou não a ela. A educação complexa e global tem uma diversidade de elementos chave e, no debate aqui proposto, quatro deles são de extrema importância: a liberdade, a autonomia, o empoderamento e a criticidade.

Assim, “a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca da afirmação” (FREIRE, 2013, n. p.), sendo que a conscientização está intimamente relacionada aos elementos expostos no parágrafo anterior. E em todo esse processo a literatura contribui diretamente para aspectos críticos e de liberdade, assim como o empoderamento da narrativa e da imaginação e a autonomia para buscar histórias diversas ou escrever as suas próprias.

Portanto, o direito à literatura como direito humano é incentivar o ser mais (FREIRE, 2013), buscando os caminhos para a humanização. Ler e contar histórias fazem parte de um relacionamento humanizador que elenca a empatia, a criticidade, a imaginação e a liberdade como seus fundamentos. É o conflito e a empatia juntos à narrativa para construir mundos e pessoas que nos deslocam ou não do nosso eixo subjetivo.

A literatura, então, é poderosa e perigosa para aqueles que afirmam que o conhecimento é para alguns ou até mesmo em regimes totalitários. É possível interpretar, por exemplo, a obra

a seguir do artista mexicano Méndez Blake¹⁴ de que forma o livro pode impactar uma estrutura:



O Castelo, 2007
Tijolos, livro O Castelo de Franz Kafka
Fonte: Jorge Méndez Blake

Se na arte visual é possível compreender esse impacto, a literatura é a corporificação disso. Na ficção pode-se encontrar uma “metaliteratura” também que narre esse impacto, como é o caso do romance construído a partir do relato de Dita Adlerova, uma mulher sobrevivente do Holocausto. A história de Dita inspirou o jornalista espanhol Antonio G. Iturbe a escrever o livro *A Bibliotecária de Auschwitz*, no qual os relatos de Dita sobre como aos 13 anos foi incumbida de cuidar de poucos exemplares de livros que estavam no Bloco 31 de Auschwitz de maneira clandestina se juntam à narrativa ficcional de Iturbe.

Dita é a bibliotecária responsável por zelar pelos oitos livros clandestinos e organizar os empréstimos para os professores que lecionavam no Bloco 31. Durante a narrativa ficcional, é possível compreender o papel central dos livros e a própria rotina imbuída de terror e tristeza e o livro era um dos únicos possibilitadores da vida parecer-se ao normal. Ao mesmo tempo que o livro era um portal para a normalidade, ele também significava arriscar a própria vida para mantê-los lá, demonstrando que “qualquer que fosse sua ideologia, todos tiveram algo em

¹⁴ No site do artista é possível acessar todas as suas obras: <http://www.mendezblake.com/obra>.

comum: sempre perseguiram os livros com verdadeira sanha. São muito perigosos, fazem pensar” (ITURBE, 2014, n.p.).

O livro, portanto, traz a dualidade da salvação e do perigo, isso significa que estar em um movimento de proteção aos direitos humanos, vincular a literatura – e aqui é importante sinalizar que a literatura vai além do livro físico – à dignidade humana faz sentido à medida que os processos de humanização estão contidos no fazer literário e na leitura. Para contarmos nossas histórias, precisamos ler outras, de narrativas diferentes, uma diversidade de histórias que nos fazem exercer a empatia, além de desenvolver a capacidade crítica (PETIT, 2010).

O acesso à cultura escrita é também importante nesse processo de estruturar a literatura como direito humano, já que “alfabetizar-se é aprender a ler essa palavra escrita em que a cultura se diz e, dizendo-se criticamente, deixa de ser repetição intemporal do que passou, para temporalizar-se, para conscientizar sua temporalidade constituinte, que é anúncio e promessa do que há de vir” (FREIRE, 2013, n. p.).

Dessa forma, dizer criticamente é marcar uma posição de presença no desenvolvimento cultural, político e econômico da sociedade na qual estamos inseridos. É marcar, também, a importância do relacionamento entre o empoderamento e a criticidade, um está ao lado do outro. Para ler o mundo de maneira crítica é necessário ter acesso a ferramentas que permitem fazer essa leitura. A cultura escrita é uma dessas ferramentas, sendo que questionar e reivindicar as narrativas é parte essencial desse processo.

Era uma experiência solitária nesse sentido, a gente era meio os desviantes. Uh, isso de você ir buscar o que você quer ler. Porque a escola dá, olha, leia isso, mas o que que eu quero ler? (Lina)

Eu sempre gostei muito de história, e aí eu tenho, a escola que eu estudava, que é [escola particular de Brasília]¹⁵, eu não sei se eles fazem isso até hoje, mas até minha irmã sair que ela é sete anos mais nova que eu, eles ainda faziam, que era a coletânea, que eles pegavam textos de todas, não de todas, mas selecionavam textos de séries, de algumas, de todas as séries, alguns textos e publicava na coletânea, eu saí nessa coletânea umas seis vezes, por aí. (Júlia)

Trilhar o próprio caminho para buscar outra literatura que não a que está sendo ventilada nos espaços formais é algo com que as pessoas que fazem parte de qualquer minoria tiveram que enfrentar. E isso vinculado à oportunidade de publicar narrativas de crianças e de adolescentes é um grande mecanismo de inversão de quem está no poder e por isso dita o que é literatura com quem está abaixo de uma linha de invisibilidade.

A educação em direitos humanos, portanto, vê esses processos de subversão como ponto

¹⁵ O nome da escola foi retirado para preservar as informações dadas pela entrevistada.

crítico de uma mudança de *status quo*. Quem tem acesso à cultura escrita adentra em possibilidades de afirmar e buscar narrativas diversas. Claro, as barreiras ainda serão levantadas e enraizadas em diversos espaços. Por isso é importante pensar a educação de maneira mais complexa e geral, de modo a contribuir efetivamente para o acesso e a materialização dos direitos humanos (FLORES, 2009).

Nessa perspectiva, “a palavra instaura o mundo do homem. A palavra, como comportamento humano, significante do mundo, não designa apenas as coisas, transforma-as; não é só pensamento, é ‘práxis’. Assim considerada, a semântica é existência e a palavra viva plenifica-se no trabalho” (FREIRE, 2013, n. p.). Assim, viver a cultura escrita e a literatura, é expressar-se no mundo, dialogando com o que nele está e vive.

É... E não tinha, que não tinha nada na Ocidental¹⁶. Não tinha livraria, não tinha... Tinha uma biblioteca que era um lugar que eu frequentava bastante. (Lina)

Mas aí teve um ano que a gente tentou ler toda a biblioteca, a Gabriela¹⁷ minha amiga conseguiu, eu não. Ela leu basicamente toda a biblioteca [risos]. (Júlia)

A biblioteca é a materialidade de um mundo de possibilidades. Materializar o direito à literatura é compreender como esses espaços são importantes para o acesso a narrativas diversas. A literatura carrega a possibilidade de se encontrar diversas histórias, e a biblioteca pode e é um dos canais de descoberta e de vivência. Dita Adlerova, a bibliotecária de Auschwitz, compreende o poder dos livros:

Nos primeiros dias, Dita não entendia o repentino interesse pelos livros até nos menos aplicados, porém, pouco a pouco, foi se dando conta de que os livros são uma ligação com as provas, o estudo e as tarefas menos gratas da escola, mas também um símbolo da vida sem alambrados nem medo. Até os que nunca quiseram abrir um livro, que sempre o fizeram a contragosto, reconhecem agora nesse objeto de papel um aliado. Se os nazistas proibem os livros é porque os livros estão do seu lado. Manejar livros faz com que estejam um passo mais perto da normalidade, e esse é o sonho de todos. (ITURDE, 2014, n. p.)

A literatura como aliada da normalidade traz a ideia de que a dignidade está ligada com direitos para além dos que são considerados básicos. A dignidade é complexa e a literatura tem que ser lida como um bem incompressível dentro desse escopo. “A palavra, porque lugar do encontro e do reconhecimento das consciências, também o é do reencontro e do reconhecimento de si mesmo” (FREIRE, 2013, n. p.), e, assim, é por meio da cultura escrita e da literatura que é possível chegar a histórias diferentes, contadas de maneira diversas.

É pela escrita que damos fisicalidade à memória e à consciência. Como a literatura

¹⁶ Local que faz parte do entorno do Distrito Federal.

¹⁷ O nome da amiga de Júlia foi trocada para preservação de identidade.

escrita é dominada por homens brancos de classe média que moram no Rio de Janeiro ou São Paulo (DALCASTAGNÈ, 2018), é necessário ocupar também esse espaço para quebrar essa homogeneidade do *status quo* combinado aos sistemas de dominação. Além do que, a literatura constrói espaços de segurança e de mudança interna e externa (PETIT, 2010), inclusive em lugares com violações graves de direitos humanos.

Não era uma biblioteca extensa. Na verdade, era formada por oito livros, e alguns deles em mau estado. Mas eram livros. Naquele lugar tão escuro em que a humanidade chegou a alcançar a própria sombra, a presença dos livros era um vestígio de tempos menos lúgubres, mais benignos, quando as palavras ressoavam mais do que as metralhadoras. Uma época extinta. Dita foi tomando nas mãos os volumes, um a um, com o mesmo cuidado com que se pega um recém-nascido. (ITURDE, 2014, n. p.)

Diante da busca da normalidade e da dignidade a partir do direito à literatura, “os lugares do texto animam o corpo, e o seus deslocamentos, o seu movimento, estabelecem a construção do psiquismo, ou a sua reconstrução” (PETIT, 2010, p. 95). Ou seja, a literatura humaniza e desenvolve profundas transformações nos sujeitos, e é importante frisar a importância de se ler e ter a oportunidade de escrever as narrativas.

Freire (2013) aponta que o homem se humaniza através do seu processo de se expressar e expressar o mundo a sua volta, e isso se relaciona bem com a perspectiva de Candido (2011) ao construir a literatura como bem incompressível.

Escola pública eu acho que você sabe como é, né? [...] É... Você não tem estímulo nenhum pra ler, os livros que você lê são completamente descontextualizados, até são livros importantes, livros que alguma, em algum momento da vida é importante ler, tipo Machado de Assis é importante, mas você tem 15 anos, você é... Com perdão da expressão, você não sabe nem bater uma punheta, você vai entender Machado de Assis? [risos] (Lina)

[...] a parte da minha adolescência foi louca e aí, eu também era tipo o tipo de pessoa que era 100% obcecada com vestibular, mas aí chegando no meio do terceiro ano eu falei, quer saber? Desisto [risos]. (Júlia)

A juventude exige muita coisa do sujeito e é até interessante arriscar que a imersão em narrativas se dá ao lado do querer se entender como pessoa. Buscar por outra literatura e por outra educação que se recebe é questionar a metodologia da educação bancária (FREIRE, 2016) e compreender a literatura como direito de todo o ser humano. E claro, uma literatura que representa e que transporte para um mundo de histórias que podem ser vivenciadas sem sair do lugar.

Portanto, “a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum”

(FREIRE, 2013, n. p.). Ou seja, o reconhecimento mútuo e o diálogo estão presentes na literatura a partir do momento que se tem um relacionamento profundo entre a escritora e a leitora, a partir de uma narrativa cheia de significado, de empatia e de sentimentos.

Então, não existe muito estímulo, e isso, assim é em todas as pontas da história, a gente vê isso, desde a escola, desde o cenário atual que também tá se desenhando do livro sendo colocado como vilão, né? Essa coisa de tipo apontar, esse livro do kit-gay, num sei o quê, é outro livro que foi banido das escolas, o livro é o inimigo. (Lina)

Como a literatura é capaz de transformações profundas, vê-la como direito somente de alguns, restringe-a colocando como apenas um direito de alguns, geralmente àqueles que já estão em um patamar de privilégios diversos. O direito à literatura como direito humano, baseando-se no que foi discutido até aqui sobre educação em direitos humanos, é reverter essa lógica de que a literatura deve ser acessada apenas por alguns e também a de que apenas algumas narrativas são consideradas como literatura.

A educação em direitos humanos é pensada para construir diálogos a partir de conflitos positivos que fazem com que a justiça e o respeito estejam presentes nas relações, sendo que “outro aspecto fundamental é a formação para uma cidadania aberta e interativa, capaz de reconhecer as assimetrias de poder entre os diferentes grupos culturais e de trabalhar os conflitos e promover relações solidárias” (CANDAUI, 2008, p. 54).

Assim, compreendendo os sistemas de dominação e a invisibilização de outras narrativas, especialmente a de mulheres brancas, negras, indígenas, trans, é resgatar e ocupar espaços de poder para fazer com que todas essas histórias sejam contadas e para que outras mulheres e outras pessoas possam também as ler. É balançar o *status quo* e afirmar que o direito à literatura é necessidade humana e possibilitadora de mudanças consistentes nos mais variados espaços e posições de poder.

2.2 O papel da internet e da *fanfic*

Nesse processo de marginalização das mulheres, a internet foi um espaço encontrado para produzir, publicar e encontrar pessoas com propostas de resistências possíveis. Nela é possível encontrar diversas possibilidades de se expressar, desde as redes sociais até os fóruns, estes sendo muito utilizados pelos grupos de cultura pop, *Role-Playing Game* (RPG) e pessoas que jogam jogos digitais.

Mesmo sendo um espaço que possibilita essa aproximação como modo de criar pontos de segurança para todas, há o outro lado de uma construção de anonimidade que faz com que ataques e perseguições sejam até visto como rotina por boa parte das pessoas que utilizam da

internet para publicação de seus trabalhos, participações e opiniões.

E aí eu comecei a escrever sobre essas questões no meu blog pra eu entender. E de alguma forma eu virei uma porta-voz acidentalmente, coisa que eu nem queria pra início de conversa mas enfim, né. De repente eu tava sendo chamada pra falar nos lugares, pra escrever pros lugares. (Lina)

[...] eu sempre tinha tido blog, que falasse não só de livro, mas de coisas nerds em geral, que eu gostava muito, e aí nessa época, hoje o Gildão tá transformado, né, mas nessa época o Gildão era tipo a Gostosa do Mês, era trash, entendeu? Era bem, bem ruim, e aí uma vez eu fiquei puta, aí eu falei, quer saber? Isso foi em 2009, eu vou fazer é meu próprio site, sabe, tipo, ninguém na internet tá falando das coisas que eu gosto do jeito que eu gosto, então eu vou fazer o meu próprio site, é isso. (Júlia)

É possível observar que os conflitos presentes nos mais diversos locais da internet são uma forma de iniciar um processo criativo para enfrentá-los. É buscar formas de encontrar conteúdos que sejam abordados com respeito e fora de um “cânone” da cultura pop¹⁸. Assim,

para nos confrontarmos mutuamente de um lado e do outro das nossas diferenças, temos de mudar de ideia acerca de como aprendemos; em vez de termos medo do conflito, temos de encontrar meios de usá-lo como catalisador para uma nova maneira de pensar, para o crescimento (HOOKS, 2013, p. 154).

Os conflitos, como já assinalados por Candido (2011), são importantes para as mudanças necessárias, uma vez que a literatura é fonte de encontros entre realidades diferentes, narrativas diferentes, perspectivas diferentes. A internet, então, é cheia de conflitos, e as heroínas encontraram nela possibilidades de se construir e reconstruir o conhecimento e opiniões que estavam presentes por ali.

Mas ele [o blog] ainda tá lá, as pessoas podem procurar, aí eu fazia resenha de livro e num sei o quê e aí eu comecei a me antenar mais em lançamento de livro tanto aqui quanto lá fora, a ler as coisas antes às vezes, tipo, antes de sair no Brasil, hoje em dia sai praticamente simultâneo, né, mas naquela época demorava às vezes dois anos pro livro sair em português. E a gente fazia campanha pra os livros saírem aqui, enfim, era muito bom. (Júlia)

Depois de um tempo também, e foi na época assim do feminismo também, porque eu comecei a escrever sobre feminismo, que também foi uma coisa louca, que eu não esperava. Porque quando eu comecei a escrever sobre feminismo no meu blog, tudo que eu escrevo é pra mim. (Lina)

O blog então converge com as vontades de escrita e de encontrar assuntos dos quais gosta. Se por um lado a escrita no blog é para se entender, uma escrita para si, por outro lado é ponto de encontro de outras pessoas que também almejavam em ler aquilo. O fácil acesso pela internet, mesmo que um pouco mais da metade da população brasileira tem acesso à internet na

¹⁸ Aqui a cultura pop é lida como uma expressão para englobar a cultura contemporânea do audiovisual, jogos e literatura para jovens e adultos.

residência¹⁹, é um grande colaborador da democratização da escrita e, por que não, da leitura. O encontro de pessoas através dos blogs e dos fóruns não é pessoal e nem vívido, mas é engajador para que haja mais espaços na internet para escrever e ler.

A resistência à opressão e à exploração de qualquer tipo e forma também é encontrada nas escritas dessas heroínas na internet. Foi este o lugar encontrado para resistir, para se compreender e também para construir uma coletividade ao redor de assuntos que aproximam determinados grupos. Assim, é o acesso à literatura e a qual literatura estamos falando que a democratização do fazer literário e da leitura é importante para destacarmos vozes que não estão sendo visibilizadas.

Nesse escopo, “lutar por Direitos Humanos é lutar por reconhecimento, é lutar contra qualquer tipo de violação de direitos já conquistados e seguir lutando para que sejam estabelecidos novos e necessários direitos ao longo da história da humanidade” (ALMEIDA; REIS, 2018, p. 50). Isso vai ao encontro da discussão proposta por Herrera Flores (2009) de que é necessária a materialização de direitos e da dignidade dos sujeitos, e aí acrescenta-se um adendo: também é necessário fortalecer os direitos conquistados, uma vez que é possível melhorar o acesso e a qualidade desses direitos.

É interessante observar o papel do blog para o mercado de trabalho das escritoras:

Nos primeiros empregos assim, que eu não tinha pasta, não tinha um portfólio ainda muito forte de, de peças publicitárias. Eu apresentava meu blog. E aí os, os diretores da agência: não, você sabe, dá pra ver que você escreve. E me contratavam pelo blog. (Lina)

Via blog, gostava da escrita da pessoa, ia conversar com a pessoa, tipo ah, você, você escreve alguma coisa, que eu gosto muito da forma como você escreve no blog e tal, ela [agente literária] achou muita gente assim. Porque querendo ou não, mesmo que seja escrita que é não-ficção, você já consegue ver se a pessoa tem coerência, se ela já escreve bem, se ela consegue se expressar e tudo. (Júlia)

O blog, além de forma de expressão do seu fazer literário, também serviu para abrir as portas para novas vozes para a literatura. Lina, por exemplo, é convidada para publicar em jornais e em outras plataformas, e Júlia utiliza de seu blog para mostrar sua escrita. Os blogs, espaços pessoais, mas que são públicos, dizem muito, inclusive visualmente, sobre o fazer literário de tantas escritoras que não encontram espaço nas editoras mais importantes do país. A internet, portanto, é aliada aos mecanismos de dar materialidade ao direito à literatura, não só pelas questões de democratização do acesso e do fazer, mas também pela possibilidade de

¹⁹ Para saber mais, acesse a seguinte reportagem com dados atualizados do acesso à internet nas residências brasileiras: <https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>.

encontrar boas representações nas histórias contadas e lidas.

Diante disso, é necessário angariar todos os espaços possíveis para, baseando-se nos pressupostos da educação em direitos humanos,

propor um olhar crítico sobre as formas de opressão e dominação que se fizeram presentes em nosso passado histórico, promover uma abertura a novas possibilidades para a construção de uma sociedade mais consciente de suas responsabilidades, participativa, livre de preconceitos e igualitária (ALMEIDA, REIS, 2018, p. 52).

A internet, pela sua infinidade de possibilidades e de viabilidade de escoamento, tornou-se ferramenta importante para o desenvolvimento literário das duas heroínas. Foi através dela que sua escrita encontrou leitores e também onde viu que era possível ter acesso a diferentes narrativas, construindo relações com outras pessoas que não estavam se vendo nas histórias que eram contadas.

Assim, o blog é importante para a visibilidade dessas escritoras que acharam na internet o seu espaço de contar suas histórias. Apesar de serem escritoras publicadas em papel, o blog e a internet são acolhedores de vozes dissonantes, contribuindo para se escrever o que quiser, conforme me explicou Lina:

Nisso que eu saí de agência [de publicidade], comecei a trabalhar por conta própria. Eu tive mais tempo, mais flexibilidade pra tra... Enfim, escrever minhas coisas, trabalhar nas minhas coisas. E com isso eu pude cada vez mais escrever, pude cada vez mais cuidar do meu blog. Cada vez mais, enfim... É... Trabalhar pra mim.

É perceber que a construção da história não está ali para ser avalizada por uma editora, para então ser considerada literatura. É uma inversão do processo de legitimidade e a possibilidade de divulgar seu trabalho da maneira que mais lhe convém: blog, fóruns, plataformas de publicação de histórias (como o *Wattpad*²⁰ e *Archive of Our Own*²¹) e etc. Há uma diversidade de escolhas e, por isso, é possível enxergar também uma infinidade de vozes.

O blog é uma parte visível dessas mulheres, uma parte que muitas vezes expõem opiniões, fragilidades, pensamentos, ou seja, é a exposição do íntimo (LEAL, 2008), da subjetividade. O que é publicado passa por uma edição de si mesma, ou de alguém próximo ou querido, mas nada comparado às edições mercadológicas existentes. Hoje, o papel da internet nesse caminhar do direito à literatura toma proporções grandes.

[...] mas 18 anos tinha o fórum da galera recorde, eu entrei lá e comecei a saber mais sobre livros [...] Enfim, é... E aí eu comecei a conversar a achar mais gente que falava de livro na internet, e aí a procurar gente, enfim, blog e tal [...] (Júlia)

²⁰ Disponível em: <https://www.wattpad.com/>.

²¹ Disponível em: <https://archiveofourown.org/>.

E é uma coisa que eu acho que me acompanha há muito tempo, isso de escrever pra internet, né? De por muito tempo eu tive amigos, os meus amigos não eram amigos é... presenciais. Eram amigos correspondentes de outros estados. (Lina)

A internet aproximou as heroínas de assuntos dos quais gostavam, é o processo em que “[...] cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que será reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação própria, dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo irá atribuir ao seu espaço de experiência e horizonte de expectativa” (BÔAS, 2010, P. 380). Essa interpretação própria é a liberdade do fazer literário de construir suas próprias histórias. E aí que é possível compreender a importância da *fanfic*²² no direito à literatura das heroínas e também no questionamento do *status quo*.

Já que a internet foi esse espaço encontrado para levantar as vozes da margem, a *fanfic* foi uma das formas de questionar e de tornar visíveis histórias e personagens que não foram validados nas histórias oficiais. As estratégias de reescrita contidas na *fanfic* “não são necessariamente declarações agressivas, mas é o desejo dos grupos marginalizados de ver suas identidades e conflitos refletidos nos produtos culturais pelos quais são entusiasmados²³” (PESTER, 2017, p. 123).

Essas novas formas de se relacionar com o mundo literário, principalmente no espaço informal da internet, infere-se a complexidade de uma fundamentação do que é literatura. Não só a nível de quem é publicado pelas editoras grandes, mas também a movimentação de diversas plataformas e editoras independentes – principalmente focadas em *ePubs* – como palco para uma literatura contemporânea viva e diversa.

Pensa-se, portanto, como surgem novas identidades em um aspecto fragmentado, contrapondo-se ao sujeito unificado, como bem afirma Stuart Hall (2019). Assim, a identidade é definida historicamente e não biologicamente. A modernidade, portanto, traz uma outra perspectiva quanto ao sujeito, mas também a forma dele se relacionar com o mundo. Não há mais uma estabilidade congelante, e sim uma teia de relações e suas estruturas que mudam constantemente e complexificam os sujeitos.

[...] aí isso é meio que moldou muita coisa do que eu faço e do que eu sou, sabe, tipo essa influência da mãe nordestina e tudo, sabe? (Júlia)

Sabe, você começa a observar que as pessoas agem em padrões. E elas raramente veem que elas estão no padrão, elas raramente veem, é... (Lina)

²² *Fanfic*, como o nome já dá uma dica, é uma ficção escrita por fãs a partir do universo da obra cultural.

²³ Tradução livre.

Essa identidade construída hoje é composta por estruturas diversas e também contraditórias, assim, a identificação se tornou uma tarefa difícil e cheia de problemas (HALL, 2019). Da forma como essas escritoras veem os outros e a si mesmas, é demonstrada a complexidade de atuação e de desenvolvimento de seu fazer literário, tomando emprestadas ferramentas modernas, como a internet, para construir e reconstruir suas identidades e também participar na coletividade.

E esse fazer literário, seja a *fanfic* ou outras formas de escrever e publicar, está presente na discussão de representações sociais, sendo que esta ideia “consiste em formas de conhecimento socialmente construídas que concorrem à elaboração de uma realidade, por assim dizer, mental, comum a um conjunto social.” (RABENHORST; CAMARGO, 2013, p. 986). Assim, a *fanfic* foi o início crucial de uma ressignificação da literatura que elas liam, buscando representações que não viam ou que sentiam falta na escrita “oficial”.

Discutindo-se sobre representações sociais dentro de um contexto de historicidade, os processos e suportes de comunicação coletiva, como os utilizados pelas escritoras – fóruns e blogs –, servem para compartilhar os saberes construídos (BÔAS, 2010) e também são ferramentas fundamentais para o questionamento do que está sendo lido e escrito, e claro, pensando e construindo a própria forma de escrever.

Então daí já começa, né, essa, essa coisa da escrita na internet e da escrita em si. Então, a minha primeira experimentação com escrita mesmo, claro que eu escrevia as histórias que eu desenhava quando fazia quadrinhos, mas com escrita mesmo, sentar e escrever [expressão]. Foi é... Não, mentira, eu não posso falar isso, porque... [risos]. Eu escrevi, comecei escrevendo *fanfic*, né, tipo escrever *fanfic* do Neil Gaiman com personagens dele, com o Sandman... (Lina)

É... E aí, mas escrever mesmo começou com ela mesma, a *fanfic*... [...] Que foi depois que eu li Harry Potter, e, e Harry Potter foi uma coisa muito louca assim, mudou minha vida, né, basicamente. Eu já gostava de ler e tal, mas Harry Potter foi que me deu o, o, a faísquinha assim pra... (Júlia)

A *fanfic*, portanto, é início claro da escrita dessas heroínas, que imaginaram e deram forma escrita a novas formas de narrativas dos seus livros e obras favoritas. Já escreveram livros na infância e na adolescência, mas indicam a *fanfic* como início de “escrever mesmo”. Talvez isso se dê pela quantidade e por parecer uma porta de entrada mais palpável a elas. Entretanto, não há dúvida que a *fanfic* possui um papel importante para as escritoras.

O papel da *fanfic* também demonstra essa capacidade de quebrar barreiras de dominação cultural e é ir além do que é considerado literatura ou não, é por meio das vivências e experiências literárias tentar fazer o máximo para se colocar no mundo. Isso tudo conta no processo de ir contra à manutenção de sistemas de dominação, já que há sim a naturalização

deles, como diz bell hooks (2013, p. 41), “ciente de que vivemos numa cultura de dominação, me pergunto agora, como me perguntava há mais de vinte anos, quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade”. É almejar a liberdade desses sistemas de dominação que a literatura desprende e desloca esses sujeitos para criar novas narrativas que não fazem parte do *status quo*.

Em uma geração de escritoras de *fanfic*, é mais do que compreensível que as histórias escritas carregam um sentido íntimo para elas, seja simplesmente escrever histórias alternativas do seu jeito, seja também uma forma de se representar nas narrativas.

Antes de entrar na faculdade, entrando na faculdade, eu já escrevia na internet, né. Eu tinha blog. É, antes de ter blog eu tinha, eu era muito, é... Frequente em fóruns, que era muito [risos], era uma coisa que existia com muita mais força, assim, esses nichos. E era fóruns de cultura pop, de anime, de, é, quadrinhos e eu participava muito ativamente e escrevia fanfics (Lina)

[...] hoje em dia eu paro pra pensar em, a espera não era nem tanta assim, mas era, todas as esperas entre um livro e outro parecia intermináveis e era tipo assim, dois anos se você parar pra pensar [risos]. E parecia interminável e aí entre elas eu sempre tipo lia muito a *fanfic* e escrevia muita *fanfic* e eu comecei escrevendo tipo é, coletivamente assim. Eu passava muito bilhetezinho em sala de aula, muito. E aí a gente começou a escrever, tipo assim, eu escrevia um parágrafo, aí eu passava pra Natália, e ela escrevia outro, eu passava pra Valéria, a Valéria escrevia outro, aí quando ia voltar pra gente, passava na mão... Todas essas pessoas ainda são meus amigos, né. (Júlia)

O aspecto coletivo da *fanfic* é mais um indício de seu papel nos questionamentos do que é literatura e da libertação dos sistemas de dominação presentes no universo literário, em específico e no universo sociocultural, no geral. Dessa forma, “o ‘empoderamento’ começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O ‘empoderamento’ tem também uma dimensão coletiva [...]” (CANDAUI, 2008, p. 54).

O empoderamento acontece também no coletivo, e mesmo tendo essa subjetividade própria de autoafirmação e pegar as rédeas de seu próprio caminho, a *fanfic* combina muito bem esses dois lados. Ademais, os processos de objetivação e ancoragem são importantes para compreender a historicidade envolvida nas representações sociais – formas de conhecimento que servem para a elaboração da realidade (RABENHORST; CAMARGO, 2013). A objetivação consiste em naturalizar uma construção intelectual, e a ancoragem possibilita a integração de um determinado objeto ao sistema de valores do sujeito do grupo (BÔAS, 2010).

Então, no RPG de fórum como você precisa escrever e num sei o quê, eu fui meio que aperfeiçoando as coisas e tal. É... E enquanto isso como, eu tinha minhas próprias ideias e ia desenvolvendo. Outro dia achei um diáriozinho que eu tinha, eu usava meu

diário não pra escrever da minha vida, mas pra inventar história, né [risos], e aí esse diário específico era de quando eu tava lendo Entrevista com o Vampiro... (Júlia)

Jogar RPG também fez isso com a minha cabeça [risos] e sempre colocar maluquices nas histórias. (Lina)

O RPG (*Role-playing Game*), assim como a *fanfic*, faz parte de um conjunto de elementos que estão presentes nos esquemas de objetivação e de ancoragem, fazendo parte de um movimento ativo e empoderador de representações sociais das escritoras. A discussão das representações sociais e também dos valores de empoderamento e de libertação dos sistemas de dominação é de extrema importância para se compreender o desenvolvimento da literatura dessas escritoras e, conseqüentemente, o papel dela em sua construção de sujeito autônomo e do sujeito de direitos.

Com tantas experiências descritas neste e nos primeiros capítulos, as escritoras têm trajetórias que evidenciam esses processos e como isso influencia a perspectiva de representações dentro da literatura, envolvendo o acesso à escrita, à leitura e ao pensamento crítico. A literatura delas é imbuída de suas vivências e experiências na complexidade de suas identidades, que não é mais simples e de fácil entendimento, na verdade são conflitantes (HALL, 2019) e requerem uma movimentação constante de si.

2.3 Para não silenciarmos as mulheres

No contexto de um perfil claro do escritor publicado e visível, assim como a literatura que lhe é legitimada, discutir o direito à literatura como direito humano é fortalecer a ideia de dar materialidade desse direito a todas as pessoas, especialmente àquelas que estão marginalizadas e não conseguem enxergar que o que fazem e leem é literatura. Desconstruindo a ideia de que há apenas um tipo de literatura, aquela consumida por uma elite, conforme já discutido anteriormente.

Assim, a dissertação aqui formulada traz a narrativa dessas escritoras como caminho e trajetória para se discutir essa marginalização e o silenciamento de tantas narrativas. Não só as que as heroínas leem, mas também a própria literatura que fazem parte, uma literatura fantástica, de ficção científica, já vindo, portanto, de um local de marginalização pelo próprio gênero literário que carregam (ROBERTS, 2018).

Até hoje, muito foi conquistado, mas a dignidade envolta na materialidade dos direitos (FLORES, 2009) ainda tem muito a caminhar. A inclusão das mulheres nos mais diversos

aspectos da cidadania e dos direitos, especialmente no que se refere ao sujeito de direitos²⁴, com acesso à educação e a direitos políticos, teve mudanças diretas e indiretas no campo literário, mas é ainda possível observar as assimetrias entre homens e mulheres (LEAL, 2008) na literatura, como é possível observar os dados da pesquisa Personagens do Romance Brasileiro Contemporâneo, na qual mostra que nos romances publicados entre 2005 e 2014, 70,6% dos autores são homens (DALCASTAGNÈ, 2018).

Como o início da cultura impressa validou a marginalização das mulheres (LEAL, 2008), as outras vedações que elas sofriam acabaram por serem combinadas ao acesso à leitura. A presença de mulheres nesses espaços de escrita e de leitura foi e ainda é proibida, sendo que a coletividade de mulheres e a busca de espaços mais democráticos são ações importantes nesse caminho para desestabilizar os sistemas de marginalização e de dominação.

Assim, “tornar as pessoas conscientes de si mesmos, de sua singularidade, seu lugar no mundo, de sua responsabilidade em relação ao outro e à coletividade é um suposto fundamental sobre o qual baseia-se a possibilidade de uma educação contra hegemônica em Direitos Humanos” (ALMEIDA; REIS, 2018, p. 50). A educação em direitos humanos como aliada ao direito à literatura traz, portanto, aspectos importantes para a trajetória do empoderamento coletivo dessas mulheres no campo literário.

As diversas experiências das escritoras nos mais variados espaços, apontam o crescimento e desenvolvimento coletivo, entretanto, prezando pela autonomia em buscar seus próprios caminhos onde é possível verbalizar e contar suas histórias. Através da narrativa literária dessas mulheres, busca-se confrontar diretamente a marginalização e o silenciamento imposto a tantas vozes de mulheres.

Eu fui cada vez mais fazendo trabalhos de escritora. Que... você vem pra São Paulo, São Paulo é onde os eventos acontecem, né, é onde você é vista. [...] Parece que eu comecei a existir só depois que eu vim pra São Paulo. E foi aí que nasceu isso de eu virar escritora, porque eu não tava pensando nisso nem quando eu vim pra cá. [...] Mas a minha experiência como leitora foi solitária pelo lugar em que eu vivi e pelo contexto onde eu estava, que não era um lugar muito propício à leitura, de incentivo à leitura, porque hoje a gente vê, principalmente aqui em São Paulo, né... (Lina)

Lina começa a existir em São Paulo, corroborando com os dados de que o eixo Rio-São Paulo é o local de maior concentração de escritores publicados no Brasil (DALCASTAGNÈ,

²⁴ No âmbito jurídico, o sujeito de direito é aquele que possui direitos e deveres atribuídos por meio da lei. Para um maior aprofundamento, conferir CANTISANO (2010). É importante mencionar que o sujeito de direitos pode ser um indivíduo ou também coletivos.

2012). Em contraponto à Júlia, Lina saiu de Brasília e foi morar em São Paulo. Essa “existência” é pautada na possibilidade de finalmente ter sua voz reconhecida como escritora.

Entretanto, as vozes das mais diversas mulheres ecoam também na oralidade:

Então assim, eu cresci na família em que as mulheres têm um papel muito forte e muito importante, assim. [...] Elas basicamente são o que tipo, a liga da casa. E todas elas também sempre trabalharam, né [...] Exatamente, é isso, então assim eu cresci com muito exemplo de mulher muito forte, entendeu? De tipo mulher que cuida, que administra as coisas e tudo, sabe? (Júlia)

As histórias de Júlia são imbuídas das mulheres da sua vida. Silenciar a literatura de uma mulher também é silenciar a narrativa de tantas outras. O direito à literatura, assim, é cravado como a materialidade de trazer de forma democrática o acesso a narrativas de mulheres. Até porque “os livros guardam em suas páginas a sabedoria de quem os escreveu. Os livros nunca perdem a memória” (ITURDE, 2014, n. p.).

Entretanto, a redistribuição não se dá apenas enquanto acesso à literatura pelas mulheres, mas o direito à literatura como a possibilidade de ler, escrever e se ver representada na literatura contemporânea: “As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e etnia” (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

As diferenças marcadas na pele ou na história carregam assimetrias visíveis entre as mulheres brasileiras (RIBEIRO, 2017). Se as primeiras leituras orbitam nas memórias afetivas das escritoras, o primeiro livro também está lá, em um local guardado, na história escolar das duas heroínas, e mesmo que morando na mesma cidade, elas tiveram acessos diferentes à leitura e ao fazer literário.

O direito de todos às palavras é fundamental que não é admissível restringi-lo a um determinado grupo de pessoas que podem falar ou que falam pelos outros. Não ter direito às palavras é um processo de desumanização, e se pensarmos em uma vida digna, participar e ser ativo na cultura é de importância absoluta para essa humanização, pois “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2013, n. p.).

O silenciamento, portanto, é prática desumana e antidemocrática, sendo que o pensamento crítico é fundamental para o diálogo e, assim, para a construção do mundo através das palavras. Não há humanização, dessa forma, sem dois elementos: diálogo e criticidade. Tornar-se e entender-se como sujeito de direitos não combina com o elitismo da sabedoria e do conhecimento (FREIRE, 2016), em que poucos detêm o poder no sistema cultural e social.

Há, dessa forma, um grande desconforto em saber que esses paradigmas atuais contribuem diretamente para a manutenção dos sistemas de dominação e que não dão conta da complexidade do mundo e “pode haver, e geralmente há, uma certa dor envolvida no abandono das velhas formas de pensar e saber e no aprendizado de outras formas” (HOOKS, 2013, p. 61). Essa dor é necessária e é fisicalidade do pensamento crítico, empoderado e autônomo. É ser sujeito ativo e ter acesso a narrativas e também contar suas histórias, até porque “os romances acrescentam à vida o que falta” (ITURDE, 2014, n. p.).

A quentura não passava de uma sensação placebo, já que o chá nem estava tão quente assim. Percebi isso depois de, mais uma vez, achar que tinha dado tempo suficiente para esfriar. Faço isso de maneira regular, sabe, achando que algo está pronto, mas não está, talvez seja por isso que até hoje nunca consegui fazer um bolo sem que ele fique solado.

Na verdade, a sensação de algo quentinho e familiar veio das conversas e histórias que Júlia e Lina me contavam. As duas tinham uma cumplicidade que me deixou um pouco desconfortável. Também gostaria de ter aquela proximidade e compreender cada piada e citação que elas jogavam tranquilamente na conversa que durou horas. São pessoas fantásticas e gostaria de ter conhecido antes!

Mas eu sabia que lá dentro era como se eu já as conhecia. Pareceu-me que eu as ouvia antes de dormir, naquele momento de quase cair a cabeça para dormir de vez, mas parece que você está caindo em um buraco. Essa sensação de adrenalina, mas de frustração porque não consegui finalizar nenhuma das duas atividades: o sonho e nem a escuta.

Algumas das situações que elas contaram me pareciam familiar, não sei se porque eu já tinha lido ou escutado, ou se era minha vontade absurda de fazer parte do mundo delas. Fiquei encucada, tentando buscar no fundo das minhas memórias. Acho que fiquei fazendo algumas caretas, já que Júlia interrompeu a conversa para perguntar se eu estava bem. Saí de uma viagem interna e voltei a folhear as páginas do livro.

Foi então que eu percebi que as páginas rasgadas do livro não deixavam saber o nome de escritoras que apareciam ao longo dos capítulos. Lina e Júlia inspecionam mais uma vez o livro e se entreolham como se soubesse de alguma coisa. Júlia dá a ideia que talvez aquelas páginas ou até o mesmo o livro possa ser acessado através da AIA WEB. Tomei um choque, pois não tinha passado pela minha cabeça que elas duas soubessem da existência dessa camada profunda da internet.

Puxei da minha mochila meu computador e perguntei se era possível acessar alguma internet pública por ali. Lina disse que sabia que um bar ali perto deixa a *wi-fi* aberta. Acessei de imediato e comecei algumas configurações de praxe para que não fosse possível me rastrearem. Entrei na AIA WEB e começo a colocar algumas palavras-chave para encontrar o livro. Lina e Júlia puxaram a cadeira para que ficassem mais perto da tela e assim me ajudarem a correr o olho pelas pesquisas.

Nada nos chamou atenção, até que vi um arquivo zipado recente e sem nome. Fiz o download imediato e pareceu uma foto de uma lista de nomes de mulheres escrito à mão em um papel. Aquilo realmente não me pareceu tão comum, já que comprimir apenas um arquivo não fazia sentido. Quando Lina começou a ler a lista, Júlia arrasta sua cadeira para trás abruptamente.

Com o susto que levei, olho diretamente para o rosto de Júlia procurando uma resposta, mas vejo seus olhos esvaziarem. Ela olha para Lina, e as duas falam juntas:

– Esse é o nosso aviso.

NÃO ESTOU SOZINHA

De tudo que foi dito e enfrentado pelas heroínas, é justo discutir e trazer assuntos tão importantes para elas. A história ainda não terminou e na verdade, nem sei se em algum momento vou poder afirmar com tanta convicção que ela terminou. Digo até, do fundo do meu coração, que eu não gostaria que acabasse. Penso que seria interessante lidar com esse brusco corte de conversa como apenas uma pausa ou uma vírgula em tantas histórias que se cruzam constantemente.

Nem sei o que eu estava fazendo, sentindo, pensando no momento que percebi que elas corriam algum tipo risco pelo simples fato de serem quem são, de escreverem o que escrevem. O perigo de compartilhar palavras e segredos se mescla às ficções elaboradas pelas heroínas. Ler e ter acesso às narrativas é transformador e elas sabem muito bem disso, porque elas também leem e também escutam. As narrativas lidas e ouvidas são tecidas como memórias e possibilidades ficcionais na cabeça de Lina e de Júlia.

Elas se recusaram a manter um papel pré-estabelecido a elas. Com a recusa, veio o conflito, do conflito veio a criatividade. E não digo só criatividade que muitos costumam alinhar apenas ao campo artístico. A criatividade aqui é viver e sentir de forma deslocada, diferente. Eu, que sou apenas uma engenheira que lê mulheres, estou aqui fazendo meus caminhos criativos para que não esqueçamos quem são essas escritoras. De ficção só sei ler, o que eu faço é conectar mulheres e trazer democraticamente aquilo que parece que não querem que a gente leia.

CAPÍTULO 3 – AS HEROÍNAS NÃO QUEREM SABER DE CAIXINHAS

Senti como se uma bola ficasse presa na minha garganta. Meu celular começou a tocar desesperadamente, talvez porque estava usando a AIA WEB e não tinha configurado o VPN²⁵ direito. Olhei imediatamente para Lina e Júlia sem saber se atendia o celular ou perguntava que tipo de aviso era aquele. Decidi colocar no silencioso para depois verificar quem era, já que eu estava muito assustada para compreender o que estava acontecendo.

Senti uma enorme culpa e com ela parece que um desespero transpareceu nos rostos das heroínas que antes demonstravam empolgação e alegria. Não sabia exatamente o que fazer, então perguntei se elas precisavam de alguma coisa. Demonstrando mais uma vez uma intimidade e conexão profunda, elas se entreolharam e depois Júlia perguntou se eu queria mais um chá. Agradei educadamente, sem ainda entender a gravidade.

Júlia se levantou para guardar as xícaras na pia por detrás do balcão do café. Lina me olha, sorrindo e diz que já está ficando tarde e que seria bom que elas fechassem a livraria e o café. Notei então o horário: 18h17. A conversa com elas fez com que o tempo passasse rápido demais. Senti uma ansiedade incontrolável, pois ainda tinha tanta coisa que gostaria de falar e de perguntar.

Respeitei a decisão delas e me deixei ser levada para fora da livraria. Antes de Júlia me abraçar e fechar a porta, respirei profundamente e com isso enchi minhas narinas com cheiro dos livros que ali estavam, que se misturava com as ervas do chá. Fiz minha despedida como se fosse um ritual, abaixei a cabeça como um sinal de obrigado, balancei minha mão direita com um “tchau” e virei as costas. Não olhei para trás para continuar na minha memória tudo que foi conversado e descoberto.

Chegando em casa, com as cortinas ainda fechadas, as luzes fracas dos postes não entravam na sala que também era o quarto. O meu apartamento pequeno ficou ainda menor com a culpa que estava sentindo por não ter insistido mais para verificar se realmente precisavam de algum tipo de apoio. Ainda reverberava na minha cabeça o “esse é o nosso aviso”. A culpa também era por pensar que a culpa era minha. Buscar por pessoas e ainda mais por mulheres que escrevem clandestinamente é um crime pesado.

Ao adentrar nas minhas poucas e incompreensíveis anotações das conversas, li algo como “ser do mar, sem ser sereia” e “jovem questiona sistema de segregação”. Reli mais algumas vezes até me dar conta de que aquelas anotações estranhas e um tanto gerais me

²⁵ VPN (*Virtual Private Network*) significa Rede Virtual Privada na qual se utiliza um grupo de computadores para se conectar pela internet. Ou seja, é possível conectar uma rede local sem necessariamente estar fisicamente lá.

lembravam alguma coisa. Minha frustração começou a aparecer e saí buscando em meu computador o que essas anotações estavam me lembrando. Sem sucesso.

Acabei apagando na cama-sofá e acordei com crianças correndo no corredor do lado de fora do meu apartamento. Agora era comum que crianças esperassem tarde da noite para poderem correr nos corredores, já que lá fora era proibido brincar. A posição na qual dormi não fez bem para minhas costas e acabei deitando no chão com uma tentativa ficcional de melhorar. Olhando para o teto me veio na cabeça a caixa de livros clandestinos que guardo em cima do armário. Sei que é um péssimo esconderijo, mas a caixa foi um presente da minha avó e não queria ter que enfiá-la em qualquer lugar.

Subi em um banco duvidoso e cheio de farpas – que ironicamente me lembrou a minha vida no momento – e puxei a caixa com o maior cuidado, lembrando de quando vovó me deu aquele presente e disse que era para eu guardar somente as coisas importantes da minha história. E vovó não estava só certa, como guardei coisas lá importantes para a história do país. Comecei a folhear os poucos livros escritos por mulheres que consegui guardar antes que fossem destruídos.

E aí que eu vi: dois romances, dois livros, escritos por Lina e por Júlia. As anotações batiam com o mote das histórias contadas por elas. E eu já as tinha lido. E eu já as li. Aquilo foi importante para compreender que minha conexão com elas se deu a partir da história que elas contaram. Comecei a respirar mais devagar, feliz e ansiosa ao mesmo tempo. Elas são perigosas pelo que escrevem. E decidi que no outro dia passaria na livraria com um projeto de segurança para elas. Era possível, poderia acionar a rede na AIA WEB.

Depois de uma noite horrível de sono cortado e pesadelos, me arrumo para visitar a livraria novamente. Durante o caminho ensaiava mentalmente como falaria com elas não só o esquema de pensar uma segurança para elas, mas também agradecer pelas histórias que escreveram que me marcaram profundamente. Antes de entrar na livraria, parei para fumar um cigarro um pouco longe, já que a loja de produtos cristãos ao lado da livraria não gostava de ver uma mulher fumando em frente ao seu estabelecimento. Notei que fumar ainda era o único vício ainda não proibido para mulheres, talvez porque isso só diminui nossa expectativa de vida.

Bato na porta e não vejo ninguém vindo em direção da entrada. Então percebo que a porta está destrancada, apesar de o aviso de “fechado” não ter sido retirado da maçaneta de vidro. Percorro os olhos pelas estantes que parecem intactas e olho no canto que vi Lina pela primeira vez. Estava tudo arrumado, não havia nada fora do lugar. Tentei sentir o cheiro de ervas do chá, achando que Júlia poderia estar atrás do balcão do café preparando uma xícara. Vejo então que o lugar não tem ninguém. Elas não estão lá.

Parece que foram levadas, pois ainda sinto a presença delas por lá. Veja bem, sou cética, não costumo sentir essas energias que as pessoas dizem que sentem, mas é como se elas estivessem lá há 5 minutos, pegaram suas bolsas e foram embora. Senti congelando cada membro do meu corpo. Corro toda a extensão da livraria, procurando, até parecendo ficar maluca, procuro por passagens secretas como aquelas que vemos nos filmes – tentei inclusive tirar vários livros da estante para abrir alguma porta. Não acho. Apenas vejo um copo de café, frio, em cima da mesa que foi palco da longa conversa que nós três tivemos.

Construir a ideia de autonomia, empoderamento, identidade e reconhecimento de si como sujeito de direito a partir da perspectiva de educação em direitos humanos é tarefa importante para compreender o sujeito complexo e também a importância da conquista de direitos humanos. Para tanto, é essencial compreender a diversidade e a interseccionalidade das mulheres.

Assim, discutir o sujeito-mulher a partir de Lauretis (1994) é pensar em “uma subjetividade múltipla e não unificada, capaz de abarcar o que as estruturas da representação de gênero deixam de fora” (RODRIGUES, 2015, p. 36). Portanto, é enxergar uma multiplicidade das identidades das mulheres, construindo também a ideia de que falar de literatura escrita por mulheres não é falar de um recorte de gênero literário no qual é visto apenas uma especificidade, em contraponto à literatura escrita por homens que é vista como universal.

A multiplicidade é exatamente para evidenciar a diversidade, ou seja, que não há uma universalidade de mulheres, mas também que a literatura escrita por elas faz parte de um campo maior, sendo possível encontrar diversas narrativas e personagens feitos por escritoras. Desconstruindo, dessa forma, a ideia de que “sempre que algo é visto como ‘não-sério’, está ligado, tradicionalmente ao feminino” (LEAL, 2008, p. 17). Portanto, é necessário subverter os papéis sociais que a literatura ainda traz como obrigatórios ou simplistas para as mulheres.

Em 1484 – ainda que seja uma data aproximada – foi publicado “O Martelo das Feiticeiras” (LEAL, 2008), que é uma obra da Igreja Católica regada de misoginia que aponta a mulher como o ser mais próximo do demônio, uma vez que a sua atitude é imbuída de pecado na história contada na Bíblia. Essa obra se torna um exemplo de que “o ‘livro impresso’ e a ‘palavra escrita’ foram uma cruel distinção entre homens e mulheres” (LEAL, 2008, p. 18), já

que as mulheres sofreram grandes perseguições na época da inquisição, chegando a serem mortas por prática de feitiçaria.

Neste capítulo, as heroínas Lina e Júlia discutem seu processo de escrita, leitura de livros escritos por mulheres, questionam representação e representatividade e, claro, será discutida a diversidade de mulheres, focando em Lu Ain Zaila, escritora brasileira, negra e contemporânea de ficção científica. Isso tudo tendo Dita como inspiração: “Mas se deu conta de que Dita tinha essa empatia que faz com que certas pessoas transformem um punhado de folhas num mundo inteiro só para elas” (ITURDE, 2014, n. p.).

3.1 Criando histórias

Discutir se as mulheres são capazes de fazer uma “boa” literatura (WOOLF, 2014) é alinhar ao pensamento de que o que é feito por elas é inferior. De tudo que foi dito até esta página, já está posto que quem diz o que é uma boa literatura ou não é uma elite, que está presente em um espaço mercadológico, ou seja, as editoras.

Sai muito do, do, da, do formato que é uma coisa que acho interessante também e me levou a refletir tipo assim, como é que a gente brasileiro conta história? Entendeu? Até que ponto é interessante você saber essa formulazinha, sei lá, jornada do herói e até que ponto é interessante você ouvir sua vó contando uma história e escrever como a sua vó conta uma história? Entendeu? (Júlia)

E, mas será que é ficção científica isso que eu tô escrevendo? Eu fiquei com dúvida o período inteiro, enquanto eu escrevia e tal. É... Veio o, que veio o brandir a espada, isso é ficção científica [risos], foi a editora. Mas porque essa coisa de divisão de gêneros, é o que eu acho, né, na minha opinião, é uma coisa que serve uma função mercadológica. Né? Então depois dessa experiência eu desencanei de escrever pensando em escrever gênero. Não escrevo gênero, eu vou escrever uma investigação pessoal. (Lina)

A editora e a forma de contarmos histórias acabam se interligando se a perspectiva a considerar é a do mercado, uma vez que a primeira dita o que é literatura e a segunda pode se moldar para adequar-se à lógica estabelecida. A literatura deve ser, em contraponto, a forma de expressar-se pelo mundo, lendo-o (FREIRE, 2013) e também o colocando como narrativa. Questionar o modo como contamos nossas histórias em contraponto ao “brandir da espada da editora”, é questionar os sistemas de opressão quanto à liberdade e à narrativa das minorias.

Enveredar outros caminhos para além de uma estereotipia de escrita (WOOLF, 2015), questionar fórmulas e literaturas, são ações contundentes que as escritoras fazem e que contribuem diretamente para não naturalizar apenas uma narrativa ou apenas uma forma de se fazer literatura. Limitar e impor formas específicas na literatura incorre em uma violência

epistêmica (SPIVAK, 2010) na qual a marginalização das narrativas é parte integrante de um projeto de silenciamento.

Mas como pessoa que brincava sozinha, conversava sozinha, criava seus personagens... A partir do momento em que você se vê, é... A solidão não é uma coisa que me incomoda, né, porque eu acho que eu consegui desenvolver esses, esses mecanismos de criar ideias, e criar histórias pra preencher isso, sabe. (Lina)

[...] que foi esse período da minha adolescência que também foi tipo, eu fico, toda, todo evento que eu vou o povo pergunta ah, por que você escreve ficção científica? E eu fico, porque minha vida é doida, nunca vou conseguir escrever um negócio [risos] mais doido que a minha vida, se não for fantasia e ficção científica, entendeu? [risos] (Júlia)

A narrativa e o contar histórias são parceiras das experiências e das vivências das escritoras: a vida doida e a personalidade solitária são ótimos insumos para a criação das literaturas das heroínas. Assim, o processo criativo exige tanto quanto outros processos e trabalhos. Dessas relações, é possível inferir que a “ficção é como uma teia de aranha, presa por muito pouco, mas ainda assim presa a vida pelos quatro cantos. Muitas vezes estar preso é quase imperceptível” (WOOLF, 2014, p. 64).

Criar possibilidades reais e dignas para que o fazer literário de fato aconteça, portanto, é um trabalho que deve ser feito na base. O direito à literatura deve compreender o processo criativo como importante e que todos devem ter acesso. Não é apenas indicar um perfil específico de pessoas que podem e devem ter direito a criar narrativas. Todo o trabalho envolvido na narrativa literária deve ser visto como importante e fundamental para termos novas narrativas sendo publicadas.

Não, é porque tem essa, essa coisa da criação da história que você acha que a história tá pronta, aí às vezes você chega na segunda versão da história e você fica, é, não, tá faltando alguma coisa nessa história e eu não sei o que é, e é aquele tipo de coisa que você manda para as outras pessoas e as pessoas pô, tá mó legal, aí você fica não, mas não tá legal, tem uma coisa errada, e a pessoa não, mas tá muito bom, aí você fica não, tem alguma coisa errada, como é que você não consegue ver que tem alguma coisa errada? [...] Nem sei se no final vai ser uma história boa, sabe. E é isso é uma coisa que tipo foi um processo importante porque foi basicamente eu tipo aprender a errar, entendeu? (Júlia)

[A entrevistadora pergunta se é natural o processo de escrita] Eu acho que o natural... É ficar deitado, nu, na grama [risos]. Isso é natural. (Lina)

“Olhar os espaços vazios das prateleiras” (WOOLF, 2014, p. 78) é perceber a invisibilidade de mulheres na literatura publicada pelas editoras e vendidas pelas gigantes livrarias. O livro, para a discussão, será tratado como ato simbólico e político. Isto é necessário para estabelecer a importância da publicação para as escritoras, mas também para marcar uma

posição a favor da visibilidade de narrativas de minorias. Chegar à publicação não é um final de caminho comum para as minorias (DALCASTAGNÈ, 2018).

O livro é a construção física do processo criativo das escritoras e ser publicado é o atestado de aceitação por parte do mercado: “a casa editorial foi entendida como fiadora da validade das obras que publica; num jogo de benefícios mútuos, autores e obras transferem capital simbólico para a editora que os publica, mas também recebem o prestígio que ela já acumulou” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 150). Se é preciso subverter a lógica mercadológica e, conseqüentemente, a lógica dos sistemas de opressão, o livro se torna bem material fundamental para o alcance de mais leitoras e leitores e também para a participação das narrativas marginalizadas.

E aí eu também escrevia, tipo, além disso, coisas que eu terminei, histórias curtas, né, óbvio [risos], que é muito difícil você manter... [risos] E eu participei de alguns concursos de tipo histórias de até 500 palavras, inclusive a coisa que eu mais gosto que eu escrevi foi uma dessas histórias que foi uma historinha de terror de 500 palavras que eu escrevi com 18 anos e eu fiquei, ó, tá vendo, nunca mais eu vou escrever tão bem quanto essa pessoa que não sabia o que tava fazendo [risos]. (Júlia)

De uma forma que, eu já tinha publicado coisas, eu já escrevia há muito tempo, mas parece que eu só comecei a passar a existir como escritora a partir do momento que eu estou no papel, que é algo tangível, é algo concreto, parece que antes disso você tá só brincando. (Lina)

O livro, portanto, como fisicalidade da narrativa, é importante para a visibilidade das escritoras. Não só por participar efetivamente de um campo de mercado no qual é possível atingir mais pessoas – e ser paga por seu trabalho –, mas também para alcançar uma legitimidade enquanto escritora. Dessa forma, parece que para existirem no campo literário é necessário alcançar um público, publicar no papel, escrever constantemente. O que elas dizem é importante para compreender a trajetória de acolhimento de suas histórias e narrativas, é se fazer ser vista, ainda que buscando a lógica mercadológica de produção e de publicação.

Mas então teve muito esse, esse lado, essas dificuldades que eu não imaginava que existiriam ao ser publicada porque eu achei, nossa, vou ser publicada, que coisa boa, né, teve muitos pontos bons porque eu acho que eu cheguei em gente que eu, sabe, estar num papel, que foi aí que eu percebi, né, que estar no papel parece que te dá uma, parece que você começa a existir, como escritora, entende? (Lina)

Tem muita essa ideia de tipo assim, ah, se eu não publicar um livro por ano as pessoas vão me esquecer, tem muita essa, tipo, eu já escutei isso de várias pessoas ah, não, quando eu começar a publicar eu tenho que publicar um livro por ano, tipo, as pessoas não te esquecem. Entendeu? [...] E mesmo que elas te esqueçam, cada livro que você lança você tem que reconquistar o, um público, sabe, você tem que conquistar, você não vai ficar vendendo para as mesmas 100 pessoas pra sempre. Entendeu? A ideia é que você alcance mais pessoas, que a sua história alcance mais pessoas [...] (Júlia)

Para elas, é importante que as suas histórias cheguem às leitoras e aos leitores. Essas narrativas abraçadas, lidas, relidas, discutidas estão onde deveriam estar: com quem as lê. No entanto, para se criar, é necessário lidar com a vulnerabilidade e o processo (BORGES, 2019). Esses dois elementos estão presentes e fincados no processo criativo e fazem parte de uma base que conversa diretamente com os princípios de empoderamento e autonomia, fazendo com que a leitura e a escrita sejam elementos importantes para o alcance da leitura e da narrativa de mundo.

Ademais, o processo criativo e a construção da narrativa esbarram no mercado editorial no qual

ter um livro publicado por uma das principais editoras brasileiras (Companhia das Letras, Record e Rocco) significa ter, potencialmente, facilitados os meios de encontro com seus leitores e leitoras, incluindo campanhas de mídia, disputa por prêmios literários, divulgação na imprensa, espaço em suplementos culturais nos grandes jornais, a entrada na lista dos “mais vendidos”, possibilidade de tradução no exterior etc. (LEAL, 2008, p. 147)

Isso demonstra o peso de algumas editoras em particular e também a importância do processo mercadológico para a visibilização de uma escritora. A marginalização das narrativas está presente nesse caminho de legitimação do que é literatura e de qual narrativa vale a pena ser publicada e lida.

Números importam. É... Essa aprovação de um público é necessária pra continuidade de um trabalho, sabe. É... Então parece que essa, por mais que você tende fazer as coisas pra você, internamente. Em algum momento isso tem que sair pra fora. (Lina)

Não, então, às vezes eu penso em voltar e reescrever, porque precisa reescrever [risos], mas aí eu fico tipo eu tenho tanta ideia pra frente que eu não sei, tipo, fica todo mundo cozinhando assim [risos]. Eu brinco que eu tenho várias panelas no fogo e aí umas chegam mais perto de tá prontas, aí eu vou lá, temperar, arrumar e tal, mas elas estão cozinhando. (Júlia)

É necessário ter e dar condições para o fazer literário, buscando novas formas de contar histórias e também narrativas que estão marginalizadas. Não ter iguais oportunidades e possibilidades, como é possível que tenhamos mulheres dedicadas a escrever ficção “primorosa” como é de se reconhecer a literatura dos homens desde o século XVI (WOOLF, 2014)? Assim, marginaliza-se as mulheres para um tipo de literatura de histórias de amor (RUSS, 1995), relegando-as a apenas um certo tipo de literatura, incutindo aspectos de inferioridade.

Mas tem muito isso também tipo, às vezes eu tô no, no, no evento aí perguntam ah, num sei o quê, que que você faz, aí eu falo, além de escrever, né, aí eu falo, ah, não, sou formada em economia, aí todo mundo, em economia? E como é que você escreve, e eu tipo assim, uai, usando palavras [risos], mas eu não respondo isso, né, eu falo,

não, eu acho, isso que eu te falei, né, que eu acho que é uma coisa que complementa. (Júlia)

E enfim, eu nunca me senti atraída por escrever uma coisa realista, eu sempre colocava uma maluquice no meio e aí tem a interferência do tipo de coisa que eu lia, né? (Lina)

Parece, então, que as mulheres, como só podem escrever histórias de amor, não criam narrativas de fantasia e de ficção científica. As narrativas “fantasiosas” apenas se tiverem uma relação heteronormativa, na qual o foco das mulheres é o relacionamento com homens. Entretanto, pensar e escrever novas formas de relacionamento, novos mundos, novas sociedades está presente na literatura dessas escritoras.

Assim, quando os homens falam pelas mulheres, transformando-as em personagens, escrevem construindo uma ideia do que elas sejam (WOOLF, 2014). Incorre, isso, a universalização do homem e da especificação da mulher: o homem pode escrever sobre tudo e todos, mas as mulheres são limitadas a apenas outras mulheres, a si mesmas ou a romances – que aqui não é o gênero literário.

O processo de aceitação das vozes nas mulheres no campo literário é lento, conforme é possível comparar os dados da Pesquisa Personagens do Romance Brasileiro Contemporâneo: entre 1990 e 2004, 27,3% dos autores publicados eram mulheres, e entre 2005 e 2014 aumentou apenas 2,1% (DALCASTAGNÈ, 2018). As dificuldades para dedicação à escrita como trabalho profissional são combinadas com outras questões do que se espera de uma mulher enquanto figura social e cultural (WOOLF, 2014).

Talvez até por isso eu tenha falado que surgiu por acaso, porque não surgiu de algo que eu falei, eu sou escritora e pronto, poderia ter sido, poderia, eu, poderia ter dito eu sou escritora e pronto, mas eu só comecei a me dizer escritora quando outras pessoas começaram a me ver como escritora, então eu vinculei quem eu sou ao olhar do outro. E aí eu não sei se isso é uma questão por ser mulher ou se é uma questão vinculada a ser artista. A, a partir de qual momento um escritor, um escritor homem, vamo pensar no escritor homem, a partir de qual momento ele é um escritor? A partir do momento que ele escreve e publica, e mostra esse texto pra alguém? Independente de ser publicado. A partir do momento que ele ganha dinheiro com isso, a partir do momento que ele é publicado oficialmente, quando eles, quando se tornam um escritor? Entende? Só que os homens já falam, sou escritor. Tudo bem [risos], entende? (Lina)

A Lina vincula o ser escritora a partir do olhar do outro, o que faz sentido no processo de legitimação da literatura, pois “é preciso um reconhecimento do que seja um escritor para que ele se constitua como tal” (LEAL, 2008, p. 92). Porém, a discussão precisa ser aprofundada para questionar esse movimento de legitimação da literatura que as mulheres escrevem e de como se constrói como escritora. Querendo ou não, as escritoras recriam o mundo, dentro do

tal do campo literário, que tem relações diretas e indiretas com os mais diversos campos. Novas narrativas constituem, portanto, novos imaginários.

3.2 Representação e representatividade

Compreender o livro como possibilitador de despertar vínculos e emoções, para além dos conhecimentos literários, é mover quem está lendo (PETIT, 2010). Para esse vínculo, os processos de representação evidenciam uma forma mais orgânica de aproximação, na medida em que é possível ler personagens mulheres que não estão ali para serem coadjuvantes ou para facilitar o arco narrativo de personagens homens.

A questão da representação e da representatividade é foco importante na discussão aqui proposta no que se refere ao direito à literatura. Como a literatura é tratada como bem incompressível (CANDIDO, 2011), esses dois elementos também são importantes para os processos de construção de si mesmo pela literatura. É o movimento de se ver no que está lendo:

Porque o mundo que crio na escrita, compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

A ficção é, então, trazer para os livros aquilo que ainda não foi contado e que se foi, não foi bem construído. As narrativas estão perdidas e as leitoras não se veem nas histórias publicadas que estão nas bibliotecas e nas livrarias. Assim, a ficção também serve para compreender o nosso mundo interno e externo:

Um monstrinho no meu cérebro que é um monstrinho que vomita tudo como se fosse ficção. (Júlia)

Tudo que eu escrevo, eu escrevo pra mim. Coisas que eu preciso ler, coisas que eu preciso ouvir, calha de ser algo que as pessoas também queiram ler e que se identificam. (Lina)

As formas de escrita das escritoras demonstram sua relação íntima e preciosa com a ficção e de como ela está presente nos movimentos de conhecer o mundo externo e do autoconhecimento. As escritoras estão em um sistema jovem abarrotado pela internet, que trouxe uma infinidade de possibilidades e de repertório para sua literatura, tanto a que escreve quanto a que lê. Isso tudo pautado nessa premissa de vida digna, uma vez que se relacionar com a história é importante para a relação livro-leitor.

É, escrevo livro pra mim, beleza, mas o livro a partir do momento que eu terminei, ele já não é mais meu. [...] Ele é das pessoas que leem. Então, existe uma relação aí, não dá pra fugir dessa relação, porque por mais que a solidão seja um lugar que, é,

possa ser habitado sem um, sem o sofrimento porque é a questão de você se sentir confortável com a sua própria companhia... Não dá pra fugir da relação com o outro, né, porque a gente é tanto como espécie quanto pelo modelo de sociedade que a gente vive, a gente precisa do outro, sempre. (Lina)

A relação com o outro, ainda mais na relação livro-leitor, é rodeada de atos de dar sentido, elaboração de sentimentos e sensações, vínculos sociais e culturais, entre outros (PETIT, 2010). Dessa forma, a ficção científica tem relação próxima com a construção do pensamento, “não apenas no sentido de exercitar numerosos conceitos, possibilidades, dramas intelectuais e coisas semelhantes, mas no sentido mais profundo de enquadrar o mundo em termos textuais, apresentando as alternativas deles” (ROBERTS, 2018, p. 52).

[...] que é tipo você pega muita coisa do lado de fora e você esquece da sua própria história, sabe, tipo da forma como você produz, da forma sabe, como você conta história e tal. (Júlia)

A gente não tá nem aí, a gente pega e faz, faz ser nosso. Então essa coisa da gente se apro, a gente se entende eu acho que se apropriando, eu acho que é assim que a gente se entende, a gente é um povo meio tábula rasa, né, a gente surgiu, a gente brotou aqui igual mandioca e tamo tentando descobrir quem a gente é. E nisso se apropria das histórias que são de outros contextos históricos, de outras culturas pra escrever algo nosso, só que eu acho que a gente ainda tá no caminho de descobrir e criar esse algo nosso, só que pra, nesse caminho a gente se apropria dessas referências, né? Eu acho que faz parte do processo, mas eu acho que ainda não surgiu uma ficção científica brasileira. (Lina)

E para buscar o “algo nosso” e o “como contar história”, a ficção científica é um bom formato de narrativa para se buscar outras configurações e possibilidades a partir da diversidade existente nas histórias e nas pessoas do país. É necessário, entretanto, pensar o movimento da ficção científica em uma perspectiva da não neutralidade da ciência (ROBERTS, 2018), e assim como acontece com a marginalização no campo literário, a relação entre ficção científica e ciência deve ser questionada, uma vez que esta última também busca e satisfaz desejos específicos de um limitado grupo.

Assim, a ficção científica e a literatura de fantasia podem ser construídas como possibilidades de criar novos imaginários. Entretanto, é necessário questionar a utilização do folclore e também dos mitos nacionais para dissimular o racismo, o machismo e outros preconceitos (GINWAY, 2005). A ideia é, a partir de narrativas fantásticas, compreender o mundo externo e trazer questionamentos que superem a bolha de preconceitos, além de inovar nas possibilidades e no modo de contar histórias de ficção científica brasileiras:

É uma coisa que a gente vai perdendo porque a gente é isso, a gente é inundado com coisa de fora, a gente acha que o certo é o, a parte do, dos Estados Unidos e tal, sendo que tipo inclusive tem umas, umas dicas tipo assim, ah seja sucinto, não faça

digressão, sabe, que o povo tenta trazer do, do inglês pra cá, mas não funciona porque o inglês é um idioma e português é outro. (Júlia)

Lendo o que eu consigo ler de ficção científica nacional, eu vejo muito como ainda mimetizando uma ficção científica que não cenários e contextos que não são tão brasileiros. [...] Será que é só isso que, é só colocar um Saci Pererê, é só colocar um, é, sabe? Índios, é só colocar isso pra ser brasileiro? (Lina)

Se a ficção científica é o encontro entre arte e ciência (ROBERTS, 2018), não é justo limitar a arte e a brasilidade apenas ao folclore brasileiro, há outros elementos e histórias que fazem parte da sociedade brasileira com os quais é possível criar uma diversidade de narrativas. Não compreender a história do próprio país, importar um gênero literário e apenas copiar as ideias para que assim se configurem como ficção científica é não reivindicar uma ficção científica brasileira. A ficção científica brasileira não precisa ter nave e Saci Pererê para ser uma verdadeira amostra do gênero literário ou se encaixar entre *hard* ou *soft* ficção científica (ROBERTS, 2018).

Os fatores cultural e social podem sim ser importantes para a narrativa de ficção científica ou fantástica para o campo literário brasileiro, mas é para além de estereótipos ou reprodução de preconceitos existentes na configuração social do país. Assim, “a FC [ficção científica] é mais bem definida como ficção tecnológica, desde que não encaremos tecnologia como sinônimo de engenhocas, mas, em sentido heideggeriano, como um modo de enquadrar o mundo, manifestação de uma perspectiva fundamentalmente filosófica” (ROBERTS, 2018, p. 60).

Dessa forma, faz sentido pensar “a ficção científica brasileira principalmente como uma narrativa social em progresso, ou como um diálogo político dentro da cultura brasileira” (GINWAY, 2005, p. 31). As formas de representação do mundo e a inovação na narrativa literária de ficção científica são elementos que não combinam com estereótipos ou o uso de mitos nacionais para manter os sistemas de opressão. Portanto, é importante construir a ideia de ficção científica brasileira como um formato cheio de possibilidades e de imaginários, reivindicando uma narrativa própria, mas que não necessariamente exclua possibilidades construídas nas literaturas internacionais.

E isso é uma coisa muito, inclusive eu escrevi isso aqui [referindo-se ao seu livro em cima da mesa] na mudança de curso e eu consigo ver agora muito de tipo das questões que eu tava passando nesse período, entendeu? Porque era muito tipo assim ah, mas o que que eu quero fazer, que que eu sou nesse mundo, sabe? Qual é o meu papel e é tipo o tema principal de [livro] que é tipo você tentar entender o que você é, quem você é, e qual o seu papel no mundo. (Júlia)

Eu acho assim, surgem os padrões, né, eu acho que é... Os temas que, que vão surgindo num é que natural, mas... Vem do meu inconsciente, vem das coisas que eu vejo, vem das coisas que eu tô sentindo, mas vem de algum lugar, mas eu preciso forçar e usar métodos pra que isso venha de alguma forma. (Lina)

O aprender a contar histórias (PETIT, 2010) se alinha à possibilidade de experienciar uma diversidade de coisas através da literatura. O processo criativo e de escrita apoia a compreensão de todo um mundo interno que pulsa dentro das escritoras. São histórias que gostariam de contar, de viver, de pôr para fora, mas lembrando que, como N. K. Jemisin (2015) conta, muitas histórias não foram escritas, nem contadas.

Sendo assim, a ficção científica ainda tem uma duplicidade de marginalização, uma vez que há histórias que não são contadas nesse campo literário e ainda tem a própria marginalização como gênero literário, assim como aconteceu lá fora (GINWAY, 2005). Se a experiência de todos não está presente nas histórias ou se a possibilidade de contar essas experiências não é oportunizada, a ficção científica se constrói apenas com um tipo de narrador e de narrativa, deixando de ser um espaço importante para o aprendizado de si mesmo (PETIT, 2010).

E aí o livro é basicamente essa viagem de um ano que eles demoram pra chegar lá e abrir o, o buraco, e é tipo uma história super introspectiva tipo sobre os personagens, tipo não importa, não importa nem se eles vão chegar lá, no final, pelo menos pra mim. [...] e essa história é sobre as pessoas. [...] Nesse mundo, entendeu? Que é o tipo de história que eu gosto muito. (Júlia)

O normal seria o personagem, você coloca o personagem numa situação e vê como ele se vira, e ele supera aquilo, né, aquela, aquela coisa da jornada do herói, é sobre superar. E os meus não, eles passam de novo pela situação e repetem de novo o erro que levou eles àquela situação, eles estão num *looping* eterno, uma sequência, é, um *bug* [risos], eles têm um *bug* porque eles veem a, o momento que eles podem mudar, mas eles não mudam. (Lina)

É possível observar o que atrai as escritoras: pessoas e seus relacionamentos. Essas narrativas conseguem demonstrar a complexidade dos seres humanos e a lista de erros e fragilidades que os circundam. O peso dessas histórias é alcançar pessoas. E, se já se tinha medo da mulher lendo (HUNT, 2009 e LEAL, 2008), imagine-a escrevendo, uma vez que “escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (ANZALDÚA, 2000, p. 234).

O poder contido na escrita é também revelado por meio de personagens e de histórias que não são contadas. O alcance de pessoas junto ao poder do fazer literário transforma a

literatura em um espaço no qual é possível se ver nas histórias. A representação e a representatividade são disputas de poder carregadas de marginalização daqueles que não querem ver tendo própria voz ou sendo representados. Mas onde há relações de poder, há resistência, por isso é necessário buscar as possibilidades de tomada de poder pelas margens, reivindicar o que está sendo excluído do centro.

E tipo num, num, não são coisas que, nos livros tipo, isso era uma coisa que eu sentia muita falta assim, lendo livro juvenil, até porque eu acho que tipo ou quando eu tava lendo eles eram muito americanos e eu não sei se isso é uma questão pra americanos [...] E aí eu sentia muita falta disso, e tipo processo de vestibular deles é completamente diferente do nosso, então tipo, você lê um livro sobre uma pessoa louca por vestibular americano não é a mesma coisa tipo, é a pessoa que faz um milhão de atividade extra e num sei o quê. (Júlia)

Do que o mercado fazia parecer porque o que chega, o que chega nas livrarias, às vezes a gente vê a livraria como o, meio que o templo, né? O que importa sobre literatura está aqui. Só que não, entende? Só que não, a Octavia Butler foi traduzida só esse ano. (Lina)

A livraria é vista como o maior respaldo do que é literatura combinada com os sistemas de opressão ratificados pela lógica mercadológica. O que chega lá é o que é considerado literatura “de verdade” e a literatura brasileira encontrada nas maiores editoras ainda reproduz o perfil homem, heterossexual, branco, de meia idade e do eixo Rio-São Paulo (DALCASTAGNÈ, 2018). As experiências e a construção de personagens, ainda que mulheres, carregam estereótipos e também ausências. Júlia indica que não se via nas literaturas estadunidenses, já que as personagens passavam por situações em um sistema de ensino bem diferente do brasileiro.

Lina indica que a escritora negra Octavia Butler teve seus livros traduzidos recentemente e por uma editora pequena²⁶, sendo que Butler publica livros desde a década de 1970. A decisão do que está ali muito tem a ver com o que foi discutido até o momento: uma elite literária junto às editoras decide qual história deve estar ali selada como literatura. É necessário, então, levantar questionamentos da ausência de mulheres brancas, latinas, negras e indígenas no panteão da literatura vendida nas livrarias.

O patriarcado e o olhar masculino fazem parte dessa marginalização das histórias escritas por mulheres, uma vez que a cultura que é criada por elas é constantemente marginalizada (RUSS, 1995), assim a dominação masculina é favorecida diretamente pela questão de gênero (SPIVAK, 2010). O projeto atuante nos sistemas de opressão de

²⁶ A Editora Morro Branco também foi responsável pela tradução para português dos dois primeiros livros da trilogia A Terra Partida de N. K. Jemisin.

silenciamento e marginalização de mulheres sequestra o poder de representação de mulheres colocando-o nas mãos de quem já detém o poder da narrativa: homens brancos.

Dessa forma, o processo de autonomia, de empoderamento e de criticidade das mulheres é essencial para o movimento de tomada de poder e de questionamento das ausências, sendo que é necessário perceber que não há opressões separadas, caixinhas ou fichinhas que se puxam para enfrentar uma opressão de cada vez (RIBEIRO, 2017). Não é possível separá-las, por isso a importância de questionar a ausência tendo a interseccionalidade como base, contestando a ideia de “um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato” (DAVIS, 2017, p. 26).

É... Então assim, eu acho que eu sempre acabo trabalhando tipo algumas questões que são importantes pra mim, às vezes que eu já passei e tudo, que eu acho que tipo não, não é abordado muito assim, principalmente pra adolescente, acho... (Júlia)

E não necessariamente eu vou e, e, essas caixinhas eu sinto que são limitadoras na criação, sabe. É... Por mais que o mercado e agora pelo que você falou também, eu acho que na academia, a academia também precisa de alguns rótulos pra se apegar, né, pra estudar alguma coisa, então eu acho que os rótulos são necessários, é, pra quem estuda, pra quem vende, mas eu acho que pra quem cria não deveria haver. (Lina)

As duas escritoras questionam rótulos e estereótipos que estão presentes na literatura. O rótulo impede a criação e o estereótipo impede a representação de pessoas. O processo criativo e a diversidade de vozes na prática literária fazem parte da compreensão de que a ficção científica é uma forma de enquadrar o mundo (ROBERTS, 2018). Seria interessante, portanto, pensar a ficção científica como enquadramento de um mundo, mas também como possibilidade de ler este em um sentido freireano (FREIRE, 2013), ou seja, a literatura de ficção científica como compreensão de mundos e também da construção destes a partir de um movimento interno dos sujeitos.

E, mais uma vez, a ficção científica está alinhada à construção de novos imaginários, e ainda assim, há estereótipos de personagens mulheres na literatura de ficção científica (RUSS, 1995) e as histórias que são contadas deixam de lado a possibilidade de criar novas configurações de mundo, subvertendo o *status quo* de uma realidade cheia de ausências. As distopias estão aí para mostrar e explicar configurações de mundo que podem se tornar realidade ou que já são a realidade de muitas sociedades. Ter a possibilidade de contar histórias que não seguem padrões estabelecidos por uma minoria literária é demonstrar que as histórias marginalizadas são importantes para serem contadas.

[...] eu gosto de contar histórias das pessoas, por isso que eu gostei muito do Longo Caminho Para um Pequeno Planeta Hostil, é muito grande esse nome, porque ele é a

história das pessoas, aí tem tipo, a pilota é um jacaré gigante, sabe, umas coisas assim, é ótima. É... Mas a história deles, vivendo a vida deles num, num universo sei lá, no espaço num mundo diferente, entendeu? [...] Eu gosto muito disso, do... Cotidiano, tipo assim, ah se tivesse magia aqui agora, como seria o cotidiano das pessoas, sabe? (Júlia)

[...] de referências que não são daqui, e referências que nem são minhas porque, né, como eu disse, o mar foi uma coisa estranha pra mim e eu acho que essa, era coisa estranha, era uma coisa de outro mundo, né, então a gente tenta explorar esse outro mundo que às vezes é o outro, a outra pessoa, né? (Lina)

Contar histórias sobre pessoas e cotidiano, e a possibilidade de, através da literatura, experienciar aquilo que ainda não viveu são pontos importantes para o fazer literário das duas escritoras. Além de poder ler histórias nas quais pessoas diversas e complexas estão sendo retratadas, experimentar coisas diferentes das que vivemos é uma das perspectivas oferecidas pela literatura. Portanto, a literatura é construtora de imaginários e de brincadeiras que manifestam diversas sensações e sentimentos (PETIT, 2010). É justo afirmar, portanto, que esse desenvolvimento e exploração de possibilidades devem ser estendidos a todas e todos.

Não, é, eu me divirto muito na verdade [risos] no processo. É, [nome do livro da escritora] foi um pouco diferente assim, fora da curva de alguns dos meus projetos que foi, eu tive a ideia do mundo, e aí a S.²⁷ surgiu pra eu poder contar um pouco desse mundo, entendeu? (Júlia)

[...] uma pessoa que existe, sabe? Porque tem também essa, essa coisa que a mulher é perfeita, então a mulher nem é ser humano, sabe? Claro que ensinaram coisas pra gente, ah, a mulher é interesseira, a mulher é isso, a mulher é aquilo, que são estereótipos vazios porque não contemplam a tridimensionalidade de uma pessoa, então, tem mulher filha da puta também. E eu acho que isso é libertador poder escrever. (Lina)

O olhar masculino, como foi dito, é um dos elementos contidos na constante marginalização do que é feito por mulheres. Esse olhar contribui diretamente para estereótipos de mulheres nos mais diversos produtos culturais, como o cinema (HOOKS, 2013). Perceber que personagens mulheres também são escolhas plausíveis para contar histórias é questionar a construção desses estereótipos a partir do olhar masculino. As constantes críticas em cima das questões sobre representatividade e representação de mulheres “revelam como é profundo o medo de que qualquer descentralização das civilizações ocidentais, do cânone, do homem branco, seja na realidade um ato de genocídio cultural” (HOOKS, 2013, p. 49).

Dessa forma, a descentralização de se pensar mulheres como personagens principais e não homens, parece ser uma mudança de lógica na qual se parece que não é mais possível ter

²⁷ Nome da personagem principal de um dos livros de Júlia.

histórias com homens brancos e heterossexuais. Sendo que ainda se tem a publicação majoritária de homens brancos (DALCASTAGNÈ, 2018), e é essa literatura que é considerada boa e universal. A mediocridade dos homens brancos é velada por essa armadura da universalidade e do que é considerada literatura legítima.

É importante indicar que a ficção científica brasileira ao longo dos anos tem variados temas, desde o erotismo até os distópicos, escritos por mulheres e que “é na obra dessas autoras que vemos a ficção científica adensar em temas delicados e sensíveis, muitas vezes calcados em crises sociais e psicológicas, em outras, apoiando-se e questionando tabus” (MATANGRANO; TAVARES, 2018, p. 108). Então, as mulheres criaram narrativas que questionavam não só os padrões do gênero literário, mas também os da sociedade.

Dessa forma, com os temas mais variados e criativos, além de mexer com a estrutura engessada da literatura, as mulheres subvertem a ficção estabelecida trazendo não só novas narrativas, mas também o formato delas. Na história da ficção científica brasileira contamos com várias escritoras, entre elas: Adalzira Bittencourt, Dinah Silveira de Queiroz, Zora Seljan, Lúcia Benedetti, entre outras – a invisibilização dessas mulheres é evidente, a partir da crítica e também do mercado da época (MATANGRANO; TAVARES, 2018).

Aí quando eu li a, Nada Dramática que a Dayse escreveu, a Dayse é aqui de Goiânia, eu li, eu falei, pronto esse é o primeiro livro que eu vejo que retrata como foi o meu ensino médio. (Júlia)

E aí em vez de criar uma conexão, é... Você afasta. Então, é... Por isso que eu acho que acabei sendo uma adolescente muito dos quadrinhos, né? Porque é uma forma de literatura. (Lina)

Sem criar conexão com as histórias, as leitoras se distanciam do livro, por isso a oferta de um espaço (PETIT, 2010) para aquelas que não se enxergam nas histórias escritas é importante para a imersão na leitura. Poder se ver enquanto personagem em diversas histórias demonstra a capacidade de relação e aproximação com o que está sendo lido, construindo sentido e novas percepções a partir da leitura. Além do que é possível alcançar apoio para lidar com certas questões internas, desenvolvendo um imaginário cheio de oportunidades e novas aventuras:

De fato, o que os leitores descrevem quando se referem a esse salto para fora de suas realidades cotidianas provocado por um texto não é tanto uma fuga, como é dito frequentemente, de maneira um pouco depreciativa (acreditando-se que seria mais honrável se dedicar totalmente à sua dor ou ao seu tédio), mas uma verdadeira abertura para um outro lugar, onde o devaneio, e portanto o pensamento, a lembrança, a imaginação de um futuro tornam-se possíveis (PETIT, 2010, p. 76).

Assim, o sentido de existir e habitar no mundo têm o fazer literário e a leitura como construção de uma vida com dignidade – contar histórias, se ver nelas, construir imaginários, exercer o processo criativo, a leitura crítica, o empoderamento, reconhecimento de si mesmo e dos outros e autonomia. Portanto, a democratização da leitura faz parte do direito à literatura, que por sua vez compreende que há um direito à representação e à representatividade.

É importante reconhecer que o hábito de leitura pode ser compreendido a partir daquilo que toca profundamente a alma e quanto mais diversidade de literatura e de representação, mais será possível tocar diversos sujeitos. O compartilhamento de histórias se torna parte de uma ideia maior de que compartilhamos anseios, sentimentos e emoções. Para isso, é necessário que tenhamos sujeitos ativos, considerando que ler e escrever estão lado a lado no processo (PETIT, 2010), assim, sujeitos empoderados, autônomos e críticos farão parte ativamente do campo literário.

Então como eu leio muito Young Adult²⁸, basicamente, eu diria que 90% dos livros que eu leio, a protagonista é mulher. [...] Então assim, pra mim é o padrão é tipo assim, a protagonista de história tem que ser mulher, não, tem que ser assim, eu também tenho essa coisa que tipo, eu acho que todos os meus projetos tem um projeto só que o protagonista é homem, e é um projeto em que ele só se ferra [risos]. Como todo o respeito [risos]. (Júlia)

Também não foi um processo natural eu escrever mulheres. Os meus primeiros personagens eram homens porque eu pensava ah, porque isso aqui é uma história de aventura, né, ele tem que ser um homem, né? [...] mas depois de um tempo comecei a pensar tem essa história aqui, mas por que que, aí, eu comecei a questionar, e nisso muito também através do feminismo, né, de ter contato com isso, com essas questões. Aí eu tá, por que que não pode ser uma mulher nessa história, hein? Vou escrever como mulher. (Lina)

Seja dentro da normalidade ler livros com mulheres como personagens principais, seja questionando em um dado momento o porquê não uma mulher liderando essa história, a questão importante é compreender o peso que isso tem para ambas as escritoras – na leitura e na escrita. Assim,

identificar-se com essa ou aquela personagem de um certo escritor ou escritora pode ser uma operação pessoal, intermediada também pelos elementos do sistema literário, como o conhecimento do repertório literário, incorporado ao longo do contato com as instituições desse mesmo sistema. (LEAL, 2008, p. 88).

Mas também pode se ter uma dimensão coletiva, como no caso de se observar a quantidade majoritária de mulheres como personagens principais nos livros para o público juvenil, conforme Júlia comenta. É importante destacar que a coletividade está presente também

²⁸ Refere-se à palavra em inglês para definir a literatura voltada para o público juvenil.

na literatura à medida que se tem o grau de humanização e também a compreensão da literatura como bem incompressível (CANDIDO, 2011). O direito à literatura é construído como tal não apenas enquanto direito individual e sim entendendo a influência política, social e cultural (PETIT, 2010) a partir de sua real conquista.

Rüsche (2015, p. 72) traz uma percepção alinhada à discussão de Fraser (2009) na qual “reforça a importância de ampliar a nossa consciência histórica, principalmente em uma época na qual há uma grande facilidade de se rifar as lutas pela justiça de gênero por prêmios de consolação bem distantes de uma sociedade igualitária”. Dessa forma, como a aproximação e o sentimento de boa representação na literatura fazem parte do movimento de identificação com as narrativas, o direito à literatura deve ser alinhado ao direito de ser representada nas histórias e também oportunizar a diversidade de representatividade no fazer literário.

A ideia principal, portanto, é se aproximar da leitura que faz sentido para si e também fazer como Lina e questionar o porquê não há uma mulher como personagem principal de uma aventura. Para chegarmos a uma sociedade igualitária é necessário combater diretamente os sistemas de opressão e o direito à literatura e, conseqüentemente, à representação e à representatividade, pode ser um grande aliado. É levantar o que Anzaldúa (2000, p. 231) propõe de que “não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificados e bodes expiatórios” (ANZALDÚA, 2000, p. 231).

É, mas eu acho que é, e também não só isso de é, eu ler muita coisa com mulher como protagonista, mas eu sempre, eu tipo, lia, eu leio muito ainda, Bernard Cornwell que é basicamente uma história, é super masculina e tal, é, tem um, assim, tem várias mulheres e elas têm papel importante e tal, mas no final a história é de homem indo pra guerra e num sei o quê, e eu sempre achava aquilo muito legal, mas eu sempre ficava, tá, mas por que que não pode ter uma história dessas só que com mulheres, sabe, tipo, são as mulheres indo pra guerra ou então as mulheres e os homens indo pra guerra juntos, sabe? [...] É... Então assim, mesmo os que eu lia como protagonista masculino, eu ficava imaginando, nossa, mas ia ser muito massa se esse protagonista fosse mulher em vez de um, desse cara, eu gosto desse cara, mas tipo, ia ser muito mais divertido, sabe [risos]. É. [...] Não, é porque querendo ou não é tipo você ver uma pessoa como você vivendo naquela aventura, entendeu? [...] Tipo assim, eu não sou homem barbudo [risos]. (Júlia)

[...] não se via [na ficção científica] uma representação feminina decente, né, é sempre os, como eram muitos caras escrevendo, eles também, da mesma forma que eu usei como pretexto pra ser um pouco bióloga marinha, eles usam um pouco de pretexto para as fantasias sexuais deles. [...] Então descreve os seios da personagem, às vezes até uma alienígena, mas descreve os seios e as curvas e num sei o quê. E a gente ficava muito puta com isso, né? Essa falta de representatividade, então a gente resolveu não, vamos escrever ficção científica que a gente quer. (Lina)

Lina e Júlia demonstram suas frustrações com a representação de mulheres nas histórias que gostam de ler. Júlia indica expressamente que não é um homem barbudo, mas que gosta de

histórias com guerras e aventura, e aparentemente ser uma mulher e ir à guerra não é uma história viável de ser contada, assim como Lina demonstra seu incômodo com alienígenas com corpo violão e sem nomes. O processo de transformar essas frustrações em escrita é interessante para entender o movimento de representação e representatividade na literatura contemporânea.

Para tanto é necessário perceber a literatura enquanto fator importante de representatividade, sendo este um ponto principal para o sentimento de pertencimento (RIBEIRO, 2017) de um sujeito. A aproximação e o envolvimento de sentimentos discutidos anteriormente têm o pertencimento como base. Se não há pertencimento à cultura literária, não há envolvimento ativo e empoderador. A representação e a representatividade reafirmam a revisão dos estereótipos que assombram as mulheres, ou seja, questiona a mulher como objeto fragmentado (TENNINA, 2015), o lugar de mulher limitado a ambientes privados, a passividade e demais condições da mulher que a relega ao posto de silenciosa.

As frustrações e a falta de representação nas leituras de Lina e Júlia demonstram que “o que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras” (ANZALDÚA, 2000, p. 233), ou seja, há uma intensa relação entre quem elas são e sua escrita, contribuindo diretamente para o tipo de representação que elas fazem nas histórias. O ser mais no mundo (FREIRE, 2013) está intimamente ligado à forma que a literatura toca os sujeitos, compartilhando narrativas e histórias, sendo que é possível ver mulheres saírem em aventuras e liderarem histórias de ficção científica.

Diante disso, representar é tornar presente o que está ausente, mas é necessário questionar a forma das representações na literatura. Assim, as representações que são sociais, pois saem das organizações sociais e culturais dos sujeitos,

permitem captar os significados que as pessoas, em suas vidas cotidianas, atribuem de forma mais ou menos coletiva aos fenômenos sociais que as cercam. Tais representações são expressas por discursos que definem e ensinam interpretações, as mais diversas possíveis, de todos aqueles fenômenos que, de alguma maneira, concernem à vida em sociedade. (RABENHORST; CAMARGO, 2013, p. 987)

Esses discursos estão engendrados em aspectos machistas e racistas da sociedade, não se tratando necessariamente de um mero reflexo, mas sim elementos que asseguram a manutenção dos sistemas de opressão nos mais variados campos. Daí que questionar o tipo de representação que é feita na literatura é questionar esquemas de opressão que são constantemente sentidos pelas mulheres, buscando uma igualdade na qual é possível oportunizar o fazer literário e a leitura – ou seja, o direito à literatura.

Como a literatura aqui é tratada como capital cultural (BOURDIEU, 2017), há disputas de poder dentro e fora de uma lógica mercadológica, por isso pensar não só no direito à literatura

no geral, mas também no direito à representação e à representatividade em específico, é tentar compreender a movimentação da marginalização de quem não possui a oportunidade de falar e escrever sobre si mesmos. Por isso, “atualmente o capitalismo tem sua mercadoria menos na coisa e mais na imagem que dela é produzida” (RABENHORST; CARMARGO, 2013, p. 981). Em termos de representação imagética – e/ou literária – compreende-se que o que vende é ainda um ideal de pessoa e de cultura que pertence a uma elite social e, por que não, acadêmica:

A única possibilidade, parece, seria fazê-lo alegoricamente, no sentido exato da palavra: “dizer o outro”. A representação, no entanto, e é isso que vem a torná-la problemática, não pretende apenas “dizer o outro”, mas “dizer pelo outro”. O representante é, assim, ao mesmo tempo um “lugar-tenente” e um “porta-voz”. (RABENHORST; CARMARGO, 2013, p. 982)

Portanto, é necessário cuidado ao assimilar representação com a simples construção de um personagem por um escritor que já está inserido no mercado editorial, uma vez que a probabilidade de isto acontecer é pequena, já que se tivermos mais escritoras, melhores as chances de termos mulheres como protagonistas (DALCASTAGNÈ, 2012). Ou seja, a representação alinhada ao direito à literatura, baseando-se na materialidade do direito e da busca pela dignidade humana, deve ser construída a partir de uma perspectiva empoderadora e reconhecer a voz das que estão marginalizadas.

Falar por quem e quem tem o direito de falar sobre o outro (SPIVAK, 2010) são questionamentos que ajudam a construir formas e métodos de reverter a lógica da marginalização das narrativas e do acesso à literatura. As representações, como já mencionado, também demonstram disputas de poder. Ir contra essas imagens estabelecidas que vendem, no processo de disputa de poder e de narrativas é batalhar diretamente para a democratização do direito à literatura.

Dessa forma, as narrativas que advém de pessoas marginalizadas que falam sobre pessoas marginalizadas carregam nelas elementos de identificação e de pertencimento, além de reivindicar a publicação da própria voz, não deixando que o outro seja um porta-voz, angariando ferramentas para contar suas histórias. É de se compreender, portanto, a sensação de aproximação de Dita com os personagens dos escassos livros: “Dita se lembra de como assentia, num gesto inconsciente, enquanto lia, e continua fazendo isso, acordada, em sua cama em Auschwitz. Parecia que os personagens daquele romance a compreendiam melhor do que os próprios pais [...]” (ITURDE, 2014, n. p.).

Dentro dessa discussão, a representação aqui tratada deve ser vista também como uma representação política (RABENHORST; CAMARGO, 2013), já que os atos políticos têm rebate direto nas posições sociais e nas buscas por autonomia. É importante mencionar, como

Lina e Júlia já apontaram, que geralmente não há mulheres e sim imagens de mulheres (RUSS, 1995) na literatura de ficção científica e de fantasia. Colocar um homem nas características e na jornada da personagem é um bom exercício para verificar a representação:

Suponham, por exemplo, que os homens fossem retratados na literatura somente como os amantes das mulheres, e nunca fossem amigos de homens, ou soldados, pensadores, sonhadores; poucos personagens das peças de Shakespeare poderiam ser a eles atribuídos; como a literatura sofreria! (WOOLF, 2014, p. 121)

Entretanto, é essencial mencionar que a representação das mulheres não pode ser pensada em um viés único, uma vez que não há uma identidade estável e comum de ser mulher (BUTLER, 2017), por isso a importância da literatura e as narrativas regadas de diversidade de vozes, de mulheres e de experiências. Assim, cada mulher pode trazer para a literatura um fazer literário diferente, incluindo aí não só a forma de narrar e de criar histórias, mas também personagens complexos que possuem características sociais, culturais e políticas diferentes.

É necessário comentar que aqui a proposta não é atribuir qualidade a toda literatura que venha a ser feita por mulheres, a ideia é oportunizar a todas para que se tenha na literatura nacional personagens complexas, bem construídas e que tenham um bom formato representativo. O processo criativo e a forma de narrar histórias, bem como a construção de personagens podem ser qualificados a partir do aspecto crítico, acesso à educação, empoderamento de vozes marginalizadas e também envolver a criatividade e a escrita como importantes e possíveis para todos os sujeitos.

E aí depois eu entendi essa, que a, o, o que ela [personagem principal do seu livro] tava buscando é tipo identidade e o lugar dela no mundo e eu comecei a perceber isso depois que um leitor meu, que é o Maurício²⁹, que é trans, ele falou seu livro é quase uma história sobre uma pessoa trans no mundo e aí eu fiquei, nossa, é [risos], e eu comecei a pensar que, tipo, é isso, claro que parece meio óbvio porque é uma história sobre preconceito... (Júlia)

Então o homem ele pode ser o que quiser, ele pode escrever o que ele quiser e ele é só um escritor, ele é só um artista, agora a mulher não, ela tem que ser colocada numa caixinha, ela escreve para mulheres ou ela escreve para, ela escreve esse gênero ou ela escreve só com personagens mulheres. É uma caixinha, a gente tá sempre sendo jogada no gueto. (Lina)

Lina indica que há sempre uma limitação para a auto-intitulação de mulheres e também do constante questionamento sobre o que ela pode ser. O gueto, portanto, é o espaço da marginalização, local este explorado na discussão aqui proposta. O machismo entendido por Lina é velado, não é explícito, o que dificulta o seu reconhecimento. Por um outro lado, Júlia

²⁹ Nome fictício do leitor.

relata o poder da identificação na literatura a partir do seu leitor Maurício, demonstrando a possibilidade de alcance para sujeitos e identidades diversas.

Diante disso, negar o direito à literatura é negar o direito à narrativa e o direito à cultura, isto é, o direito que se tem de fazer literatura e ser reconhecida como tal. Os questionamentos dos estereótipos da mulher vêm trazer tons de subversão na literatura de autoria das mulheres, seja como personagens, seja como escritoras. Como discutido anteriormente, em Hunt (2009) e Candido (2011), a literatura pode perturbar ordens hegemônicas e quebrar encantos da imposição do que e como deve ser lida a literatura.

Portanto, se há a ausência de narrativa, percebe-se, mais uma vez, que a literatura é disputa de espaço e disputa por narrativa, sendo que a invisibilização das mulheres nos espaços da literatura contemporânea e, especificamente, na literatura de ficção científica um dos seus maiores sintomas. O espaço tomado por homens brancos, conforme pesquisa realizada por Dalcastagnè (2012), estimula a não identificação de mulheres nas histórias publicadas, uma vez que esse espaço e esse tipo específico de autor homem e branco possui escoamento majoritário nos locais de fácil acesso à literatura, como bibliotecas e livrarias.

É. Então acho que assim tipo é uma coisa que só contribui e aí por outro lado essa coisa de ser escritora de, da ficção, faz com que eu consiga ter visões novas assim tipo da economia [...] (Júlia)

O olhar do outro. O olhar do outro. Porque a gente existe o tempo inteiro. Quando a gente tá sozinho, a gente existe. [...] Mas parece que a gente existe mesmo a partir do contato com o outro e do olhar do outro, então por isso que essas expectativas, essa coisa de colocar em caixinhas e num sei o quê, é... Que parecem querer limitar, né, a sua personalidade ou a sua existência porque a gente depende do, do olhar do outro, a gente depende da aprovação e principalmente o artista depende da aprovação do outro que eu acho que é a pior parte do, [risos] do trabalho. (Lina)

A dúvida em torno da profissão de Júlia por não ser formada em uma área tipicamente relacionada à literatura ou à escrita, reitera os limites e os estereótipos relacionados a quem deve “portar o crachá” de escritor. Lina também questiona esse “olhar do outro” na medida em que este é o único detentor de uma aprovação ou de categorização no meio artístico. A literatura deveria ser o contrário disso, ou seja, encontrar seus leitores e leitoras a partir da maior abrangência de diversidade que é possível.

Novos imaginários e novas possibilidades são base para a literatura de ficção que “desperta em nós todo tipo de emoções antagônicas e contraditórias. A vida entra em conflito com algo que não é vida. Por isso a dificuldade de chegar a um consenso no que se refere a romances e o imenso domínio que nossos próprios preconceitos exercem sobre nós” (WOOLF, 2014, p. 104). Que o olhar desse outro do qual Lina fala e pelo qual Júlia sofre, dê lugar a um

olhar de leitor e de escritor, aproximando-se da literatura que faz sentido para si.

Então assim, eu acho que ajuda muito a ter tipo, olhar pras coisas com um olhar assim ah, não mas, e se fosse tal coisa, e todo mundo ah, verdade, sabe, eu vou pensar fora da caixa um pouco. [...] Famoso pensar fora da caixa. Então eu acho que é assim, é uma coisa que alimenta a outra, sabe. (Júlia)

Não ser colocada numa caixinha. Acho que o que mais me incomoda é ser colocada em caixinhas, sabe? E até essa coisa da caixinha do gênero de ser ficção científica ou de ser mulher forte, ou de ser isso, ou de ser aquilo. Caixinhas incomodam. (Lina)

Recusar as caixinhas, para Júlia e Lina, é empoderar-se de si mesma e de sua história, é lutar contra um engessamento da literatura, buscar outras narrativas, construir personagens diversos. É representar quem não está sendo representada e o famigerado inovar. Todas as experiências, inclusive a de ser mulher, trataram de abrir novos olhares para as escritoras, fazendo com que essa recusa fosse importante para criar sua própria literatura.

Assim, é possível considerar que a construção de personagens das escritoras leva em conta esse pensar fora da caixinha, ou seja, a representação acolhe modos diferentes de narrativas para as personagens. Discutindo, portanto, que

ao representar a figura feminina, constrói-se, projeta-se e estabiliza-se a identidade social, em processos definidos histórica e culturalmente. As práticas sociais de representação vigentes de uma certa época se cristalizam em formas textuais. A ficção literária é concebida e produzida em um contexto cultural e, nessa medida, atende a certas necessidades de representação do mundo que são articuladas e atreladas aos rituais e aos símbolos da prática social ou aos conceitos vigentes sobre o objeto, o dado referencial. Estes padrões encontram-se sintonizados com toda a lógica patriarcal, atuando na reconstrução de uma política de gênero que fixa o feminino como uma categoria sexual natural e imutável e não como uma construção cultural. (RODRIGUES, 2015, p. 37)

Portanto, recusar caixinhas é questionar essa categorização de inferioridade e combater a lógica patriarcal. A criticidade e também a autonomia contidas nesse processo de recusar estar em um padrão pré-determinado ou até mesmo imposto, são elementos fundamentais da educação em direitos humanos, assim, o direito à literatura é pensando em uma perspectiva de reconhecer seus próprios caminhos e gostos, e também a oportunidade de encontrar e também fazer a sua própria narrativa:

Mas eu acho que é, isso é um problema que a gente tem em geral, que eu espero, é um dos meus objetivos tentar, enfim, é, eu tenho dois objetivos na verdade, um é tentar ajudar o máximo possível de mulheres que escrevem fantasia e ficção científica no Brasil, e o outro é tentar tipo assim, com as minhas histórias fazer as pessoas verem um pouco mais fora da caixa, tipo assim, não muito louco [risos], mas um pouquinho só... [...] Porque as pessoas acham que é tipo assim ah, tem a caixinha da economia, a caixinha de escritor e tem que ser separada. Sendo que não, não precisa, sabe, tipo, as coisas podem ser duas coisas, sabe. (Júlia)

Porque essa consciência de ler mulheres veio muito tempo depois, veio muito tempo depois. Veio, eu estava aqui em São Paulo quando eu comecei a perceber. E foi também por causa do feminismo, já do meu contato com o feminismo de pensar: nossa, quase não tem mulher na minha estante. E eu aspirando a ser escritora, por que que eu não leio mulheres? Da onde veio isso? Por que que, onde na minha, na minha, no meio início da minha história como leitora, por que que eu não tive contato com escritoras, né? (Lina)

O pensar fora da caixinha é criticar aquilo que está imposto, Júlia pretende fazer com que as pessoas não se dividam em compartimentos que abstraíam a complexidade do conhecimento que tem e Lina traz o porquê de não ler mulheres e como o feminismo a fez criticar esse comportamento. São dois movimentos que demonstram a importância do empoderamento e também da autonomia em buscar novos modos de pensar e de criar histórias.

Lina é feminista e Júlia não se auto-intitula assim durante a entrevista, entretanto, independente desse movimento de se auto-afirmar feminista, o que elas escrevem “pode contribuir para a criação de uma ‘consciência feminista’ entre o público leitor, a partir de uma identificação com suas protagonistas em confronto com o poder patriarcal” (LEAL, 2008, p. 147). Ou seja, a importância do que escrevem e da forma que narram seus mundos é importante para a representação no âmbito coletivo, assim como contribui diretamente para a representatividade na literatura.

Ademais, é importante compreender o feminismo a partir de um entendimento interseccional “para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis” (ANZALDÚA, 2000, p. 231), isto é para alinhar com outros discursos presentes no âmbito das representações, além de compreender a identidade múltipla e da diversidade das mulheres. Assim, não há somente uma definição limitadora de feminismo, de literatura, de ficção científica, o que se tem que ter é um diálogo entre diferentes formas de ser e de experimentar.

O direito à representação, portanto, é tratado aqui como fundamental para se buscar o direito à literatura. As representações precisam questionar os sistemas de opressão e o patriarcado que constantemente relegam as mulheres a um local silenciador e passivo. Questionar padrões e caixinhas – das escritoras – é abalar os sistemas de opressão a partir do fazer literário. Reivindicando, assim, narrativas para movimentar a periferia para o centro, desconstruindo a marginalização como projeto político e social que objetiva frustrar o acesso a outras histórias e a outras pessoas.

3.3 A educação em direitos humanos e o representar da diversidade de mulheres

bell hooks (2017) quando discute sobre o olhar oposicional, traz o conceito de *male*

gaze, que é um olhar de homens na construção de mulheres, objetificando-as ou menosprezando-as. O questionamento desse tipo de representação é encontrado na narrativa de Lina e de Júlia, com a adição também do olhar do outro para se intitular escritora. Esse olhar do outro não é, segundo a crítica feminista, “um ato neutro, mas uma operação submetida a uma gestão social, a um conjunto de instruções bastante precisas” (RABENHORST; CAMARGO, 2013, p. 993).

É importante mencionar que o *male gaze* proposto por bell hooks tem seu fundamento na experiência de mulheres negras:

O “olhar” foi e é um local de resistência para pessoas negras colonizadas, em escala global. Os grupos subordinados nas relações de poder aprendem, por experiência, que existe um olhar crítico que “olhar” para documentar, e que é oposicional. Na luta da resistência, o poder do dominado para afirmar o agenciamento, reivindicando e cultivando a “consciência”, politiza as “relações com o olhar” – aprende-se a olhar de certa maneira, para que se possa resistir (HOOKS, 2017, p. 485).

As relações de poder e os sistemas de opressão andam juntos no processo de marginalização de pessoas negras e de mulheres. Assim, ter o olhar oposicional como questionador, crítico e possibilitador de reivindicação de narrativas próprias é aspecto fundamental para a construção da dignidade do ser humano. Isto em uma perspectiva de direitos humanos fundamentais, dos quais o direito à literatura faz parte.

Procuero ler o autor negro, o autor descendente de latino e tal e você consegue perceber essa diferença inclusive neles tipo, eles são daquela cultura, eles cresceram naquela cultura, só que como a família deles, e a forma como ele cresceu é ligeiramente diferente, a história deles é diferente, entendeu? (Júlia)

E tem isso, né, de, essas autoras dos anos 60, anos 70, anos 80, premiadas que tão chegando aqui agora. É... E eu acho que isso influencia a geração de pessoas que escrevem, os leitores, né, e as pessoas que escrevem, se eu tivesse tido contato com essas autoras lá atrás, na época que eu lia Neil Gaiman e tudo mais, como, como seria a minha escrita, né? (Lina)

A construção da resistência no olhar oposicional (HOOKS, 2017) não é apenas relacionada à reação, há toda uma verdadeira criação em diversos níveis de construção, as mulheres negras e brancas fazem muito mais do que reagir, um exemplo é a ocupação nos papéis principais de produção cinematográfica e também da produção literária. Portanto, a literatura é um local poderoso para uma intervenção crítica pelas mulheres negras – principalmente –, brancas, latinas, asiáticas e indígenas configurando a importância de ocupar os diversos meios de comunicação e de produção cultural.

Evidentemente, o impacto do racismo e do sexismo sobredetermina de tal forma a condição de ser espectador/a – não apenas a maneira pela qual olhamos, mas também com quem nos identificamos – que espectadoras/es que não são mulheres negras

acham difícil ter empatia com as personagens principais do filme. Ficam sem rumo quando não há uma presença branca no filme (HOOKS, 2017, p. 506).

A representação, dessa forma, é fator importante para a constituição de novos tipos de sujeitos, para além de uma mera forma refletida no espelho. O conceito de bell hooks contribui diretamente para a discussão sobre representatividade e representação e a importância de se criticar a partir de uma perspectiva interseccional. As mulheres negras e seu olhar oposicional constroem resistência ativa ao poder dominante e sabem a importância de ocupar os diversos espaços.

Nesse âmbito, é importante fazer uma menção específica a escritora Lu Ain-Zaila. Falar sobre a Lu Ain-Zaila é fundamentar a importância da interseccionalidade na literatura, uma vez que em um panorama contemporâneo no qual apenas 2,5% dos autores publicados entre 2005 e 2014 são negros, e a presença de personagens negros é de 6,3%, ou seja, representação e representatividade majoritariamente de pessoas brancas, especificamente de homens brancos (DALCASTAGNÈ, 2018).

Luciene Marcelino Ernesto – Lu Ain-Zaila – é pedagoga e escritora, começando sua trajetória de publicações de histórias após não se ver no mundo literário proposto pela Bienal do Livro em 2015³⁰. O seu último livro chamado *Sankofia* foi editado e publicado graças a um financiamento coletivo, o que demonstra a possibilidade e a alternativa existentes para escritoras e escritores independentes. *Sankofia*, segundo a escritora, é firmar a presença de pessoas negras no campo literário (ERNESTO, 2018), fortalecendo, dessa forma, a identidade afrocentrada.

Os contos e as histórias de *Sankofia*, portanto, são uma ode a esses futuros possíveis a partir de uma perspectiva da negritude. O afrofuturismo é possível ser entendido como uma experimentação do ser negra e que “protagonize o seu destino ou que crie mundos onde heróis e heroínas de face negra sejam sujeitos da narrativa” (ERNESTO, 2018, p. 11). O afrofuturismo está ligado à narrativa fantástica e há outras determinações, como de Nnedi Okorafor, escritora negra de ficção científica que se auto-intitula de *africanfuturist*³¹.

Reivindicar a narrativa e trazer perspectivas diversas, moldadas a partir de experiências diferentes de sujeitos diferentes, faz a literatura oportunizar a aproximação e a relação profunda entre leitora ou leitor e a história lida. Mulheres negras que publicam e lutam contra a constante

³⁰ Para saber mais sobre a trajetória de Lu Ain-Zaila e também ler seus trabalhos anteriores, acesse o site oficial da escritora: <https://brasil2408.com.br/>.

³¹ A escritora corrigiu uma matéria de um evento do qual participou, já que a chamaram de afrofuturista, sendo que para ela o termo *africanfuturist* faz mais sentido. Para ver os comentários de Nnedi Okorafor, acesse o seguinte post feito em seu perfil oficial no Twitter: <https://twitter.com/nnedi/status/1059130871360368640>. Escolhi não apresentar uma tradução livre do termo para respeitar o conceito da escritora.

marginalização que sofrem, demonstrando assim, o papel fundamental do poder, “essa palavrinha pela qual lutavam, ‘eles’ para nos diminuir e silenciar, e ‘nós’ para nos fazer representar e aparecer” (ERNESTO, 2018, p. 23).

E que assim seja para que mulheres negras, indígenas e latinas também vejam a ficção científica e a narrativa fantástica como possibilidade a seu alcance de contar suas histórias. Lu Ain-Zaila foi a única escritora negra, brasileira e contemporânea de ficção científica que esta dissertação conseguiu achar. Imagine quantas outras escritoras brasileiras de outras raças e etnias que estão sendo empurradas para a invisibilização e a marginalização, frustrando o mundo de ter acesso a suas histórias e narrativas.

Nessa discussão, “parece difícil fazer uma observação sobre duas ou três mulheres sem transformar imediatamente numa proposição sobre todas as mulheres” (WOOLF, 2015, p. 34). Como já mencionado, a perspectiva da interseccionalidade deve estar presente em qualquer debate aqui proposto e há que se considerar as diferenças e as singularidades das mulheres que escrevem e também, claro, das que leem. É necessário atentar ao que Davis (2017, p. 26) levanta:

Tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que as líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres elevamos nossa voz para falar sobre a tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências.

Ou seja, as experiências de todas as mulheres devem ser consideradas nas buscas por direitos. Não dá para lutar por direitos humanos sem uma construção interseccional do movimento, o objetivo é não dividir essas lutas, mas compreender as posições e as experiências de cada um. No direito à literatura, é fato que há uma sub-representação de mulheres negras (DALCASTAGNÈ, 2018), tanto na autoria, quanto nos personagens. É necessário buscar meios materiais para o alcance desse direito a essas mulheres.

Para tanto, a educação em direitos humanos em uma perspectiva crítica e de leitura de mundo (FREIRE, 2013) torna-se uma aliada importante para o processo, compreendendo que “todos nós somos sujeitos da história. Temos de voltar a um estado de presença no corpo para desconstruir o modo como o poder tradicionalmente se orquestrou na sala de aula, negando subjetividade a alguns grupos e facultando-os a outros” (HOOKS, 2013, p. 186). Esse movimento de desconstruir os sistemas de opressão deve ser feito não somente nos espaços formais de educação e sim em todos os espaços de atuação política, social e cultural.

Voltar ao corpo, assim, é marcar presença ativa e crítica dentro dos sistemas de dominação para que as mulheres puxem a voz e falem sobre si mesmas. O afastamento dos sujeitos deles mesmos é fundamental para a manutenção do *status quo*, uma vez que a vivência

acrítica e o surrupio de quem somos enfraquecem nossos modos de ser e estar na sociedade. Diante disso, há uma influência da literatura nos sentimentos e nas relações, bem como no conhecimento dos sujeitos (DAVIS, 2017). A literatura se faz importante para o processo de tomada de poder, trazendo as narrativas marginalizadas para o centro, diversificando não só a literatura, mas também a identificação dos leitores:

Como Marx e Engels observaram há muito tempo, a arte é uma forma de consciência social – uma forma peculiar de consciência social, que tem o potencial de despertar nas pessoas tocadas por ela um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que as cercam (DAVIS, 2017, p. 166).

A necessidade de narrar o mundo (PETIT, 2010) e de lê-lo (FREIRE, 2013) é humana, dentre os aspectos de humanização da literatura (CANDIDO, 2011) é possível inferir que a aproximação e o fazer sentido para si do que leu faz parte desse rol. Então a literatura é capaz, como é uma forma de arte, tocar mulheres e outras minorias no sentido de se sentir representado pelo que lê, mas também enxergar possibilidades de mudança, seja como leitora ou como escritora.

Dessa forma, a autonomia de construção do aprendizado (FREIRE, 2016) combinada com aspectos de criticidade e de envolvimento subjetivo com o que se lê é possível chegar a métodos de construção da desaprendizagem de uma formação ideológica na qual a mulher é considerada universal e individualizada (SPIVAK, 2010), e também questionar os padrões e marginalização incutidos às mulheres. Assim, é ratificar e materializar que o direito à literatura é direito de todas e todos e entoar a fala de Virginia Woolf (2014, p. 109):

A literatura está aberta a todos. Recuso-me a permitir que você, mesmo que seja um bedel, me negue acesso ao gramado. Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento (WOOLF, 2014, p. 109).

Recusar-se a calar é questionar os sistemas de dominação e de opressão, é imaginar e buscar formas pelas quais as narrativas cheguem a todas, e não somente as histórias já publicadas pelo perfil homem-branco, e sim que mais mulheres tenham a oportunidade de se ler e se escrever – ou não –, que elas possam escolher sobre como e sobre o que escrever e ler. É agradecer a tantas mulheres que quebraram barreiras e colocaram sua literatura para o mundo (WOOLF, 2014) e tantas outras que não tiveram a oportunidade, e ainda outras que esperaram a morte para serem celebradas como escritoras.

Só poder falar sobre dificuldades de escrever sendo mulher, homem não é chamado pra isso, o homem pode falar do que quiser. Então eu até brinquei uma vez falando eu quero ser convidada pra eventos sobre qualquer coisa, sobre coisas que eu não entendo também [risos], não tem homem que fala sobre o que não fala, sobre o que não sabe? Por que que eu não posso falar sobre o que eu não sei? [risos] Entende? Eu quero ter esse privilégio. (Lina)

Lina transparece a questão de ser chamada para falar sobre “mulheres e escrita”, como se somente para isso sua fala fosse importante. Daí a importância de discutir sobre as caixinhas e sobre relegar à mulher um papel apenas para falar sobre ser mulher. Há outras experiências e questões das quais as mulheres precisam e podem falar e discutir. Assim como é fundamental questionar um gênero específico que a mulher pode escrever. Todos esses questionamentos e quebra de padrões fazem parte do movimento de reivindicação de narrativa.

Woolf (2014) afirma que para exercer o fazer literário, é necessário que a mulher tenha condições financeiras para tal, dessa forma, o empoderamento financeiro das mulheres é uma questão essencial, principalmente as mulheres negras por serem a base da pirâmide salarial³². Viver profissionalmente da escrita é complicado para mulheres, inclusive a maioria dos homens publicados ao longo dos anos já tinham outros livros no mercado editorial (DALCASTAGNÈ, 2012), o que significa que a lógica da editora é de publicar homens já com trabalhos vendidos.

Ademais, para dar materialidade do direito à literatura de forma ampla e democrática, é necessário levar em consideração outros aspectos das mulheres que dificultam seu acesso ou o reconhecimento como escritoras ou de sua literatura, para além da questão financeira. Ainda assim, o empoderamento financeiro e a possibilidade de se sustentar profissionalmente como escritora é básico para se dedicar à escrita.

[...] existe produção em vários outros lugares do mundo e cada lugar do mundo conta uma história de uma forma diferente. (Júlia)

Porque assim, tem uma coisa que é meio coletiva na leitura, que é essa coisa de se identificar, né... Essa coisa de é, alguém que às vezes nem é brasileira e você lê algo e você se identifica, e rola essa conexão, é, que... Então assim a gente lê já buscando uma conexão, né? A gente lê nessa busca por romper uma solidão, por mais que você esteja lendo sozinha e você tá querendo romper com a solidão aí. (Lina)

Para Júlia, alcançar e ler histórias de vários locais e escritoras é compreender que a diversidade da narrativa está intimamente ligada com as experiências e o desenvolvimento sócio-histórico de quem conta, isso, claro, se lhe é oportunizado contar suas histórias sem precisar se encaixar em um modelo padrão de literatura. Essa questão corrobora com o que Lina traz de que romper a solidão é buscar aproximação na coletividade da leitura, apesar de parecer que a leitura é um ato solitário. E também demonstra a complexidade do sujeito brasileiro que não se identifica apenas com narrativas nacionais, basta tocar e aproximar de algum jeito, às

³² Através da pesquisa publicada na Vice (https://www.vice.com/pt_br/article/wj3bey/por-que-mulheres-negras-ganham-menos-que-qualquer-pessoa) é possível acessar os dados.

vezes até de forma desconhecida, mas se tem uma relação importante com aquela narrativa.

Diante dessa perspectiva, o fazer literário é visto como uma forma de balançar e desafiar a *status quo*, uma vez que

a literatura que emprega o dissenso de forma temática ou estilística pode participar da democracia expandindo o âmbito simbólico, alterando assim o conceito de *demos* (da aglomeração cidadã) para introduzir vozes diferentes, incluindo a sujeitos que muitas vezes são ofuscados pela ordem hegemônica (LEHNEN, 2018, p. 16).

Ou seja, a democracia e a liberdade da narrativa – sem discurso de ódio, óbvio – é fundamental para se alcançar a oportunidade de participar diretamente da cultura e da política da sociedade. Assim, o direito à literatura deve ser construído a partir de uma visão interseccional para que todas as narrativas e experiências não caiam na invisibilidade ou na marginalidade.

Lutar pelo direito à literatura é também lutar mais amplamente por outros direitos humanos fundamentais, como a educação e a liberdade de pensamento, assim como assegurar o acesso democrático a todas as mulheres. Reverter a lógica patriarcal e a mercadológica editorial é importante, pois “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67).

Diante disso, transformar a atual estrutura de base é fundamental para que se tenham outras novas de criação e fazer literário. Os sistemas de opressão e de dominação continuam atuando para desmerecer e marginalizar as narrativas das mulheres, no entanto que elas precisam se dedicar a mercados independentes e publicações próprias, como Lu Ain-Zaila e Lina. É o mercado editorial fortalecendo um perfil especial, com um gênero literário específico e marginalizando qualquer outra narrativa escrita por determinada pessoa – principalmente mulheres negras.

Sobre a pessoa lutando contra isso e num sei o quê, mas tipo, não foi 100% consciente esse negócio, era só tipo questionamentos que eu imaginei ah, uma pessoa de 16 anos nesse contexto teria muita dificuldade em tipo ah, o que que ela é? Ela é refugiada, ela é [atípica], sabe, tipo, tem no terceiro livro ela até fala eu sou basicamente tudo o que todo mundo odeia, sabe, então assim, é tipo, como é você viver e tipo, sei lá, *come of age*, eu não sei falar isso em português, como é que fala em português, enfim, se tornar adulto não, sei lá, enfim, como é amadurecer, vamo. (Júlia)

Por isso que independente é pra mim é um lugar interessante porque você consegue construir, não precisa, eu não preciso ter milhões de leitores pra sobreviver, pra viver disso ou pra sentir que eu sou lida, eu não preciso disso. (Lina)

O independente se encontra, assim, com a oportunidade de abordar certas questões que a escritora imagina que serão importantes para outras pessoas. Sentir que é lida é encontrar seu

próprio público, sem precisar adequar-se a uma lógica específica de publicação. O independente, portanto, é um local importante para as escritoras marginalizadas e invisibilizadas e que têm em suas leitoras e em seus leitores o abraço da leitura que aproxima e que faz parte da profissão da escritora.

É importante ressaltar que a ficção científica e a fantasia cumprem um papel relevante no fazer literário e na própria vida das escritoras e que em suas histórias podemos encontrar uma variedade de narrativas, contribuindo para se pensar que elas podem sim criar histórias para além de pautas feministas e/ou de negritude (DAVIS, 2017). Assim, elas contribuem diretamente para a literatura nacional do país e também para o crescimento coletivo e interno dos sujeitos, já que “o avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres” (DAVIS, 2017, p. 36).

Dessa forma, a inclusão de narrativa de mulheres negras, latinas e indígenas faz com que mudanças efetivas nos sistemas de opressão comecem a aparecer. Se quisermos tais mudanças, as histórias e experiências dessas mulheres são fundamentais não só na perspectiva da diversidade da narrativa, mas também oportunizar espaços de poder para elas. Lembrando que o ser mulher e suas interconexões com outros elementos do sujeito e da coletividade faz com que seja impossível fragmentar essa pessoa (BUTLER, 2017). A complexidade das mulheres é o que faz a narrativa delas tão poderosa.

Assim, a educação em direitos humanos tratada aqui para além dos espaços formais de educação é necessária porque a “categoria de ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2017, p. 20). Como já discutido anteriormente, a produção que se faz dentro dessa lógica não escapa de reproduzir as opressões e marginalização, por isso a educação em direitos humanos em uma perspectiva de empoderamento e pensamento crítico é fundamental para oportunizar a chegada de mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Portanto, a educação em direitos humanos enquanto empoderamento, autonomia e reconhecimento, é pensar identidades, sujeitos complexos e mulherismos, sendo a narrativa importante no sentido de experienciar vozes diversas e de se ver nas histórias. O direito à literatura é o direito a experienciar esses personagens e histórias, com a possibilidade real de se ver representada nas narrativas. É o direito à literatura alinhado a um direito à representação e à representatividade.

Se não há representação, que tenhamos o direito de fazer nossas próprias histórias, experienciando desde o direito à memória até o direito à narrativa, que aqui são tratados como direitos humanos básicos para todas e todos, uma vez que esse conjunto dá dignidade

(FLORES, 2009) ao desenvolvimento do sujeito na coletividade. Assim, a compreensão da ficção científica como um “movimento de ir e vir entre centro e periferia” (GINWAY, 2005, p. 35) se alinha ao deslocamento da identidade do sujeito de Hall (2019) junto às perspectivas de falar por si (SPIVAK, 2010) em um coletivo patriarcal, racista e heteronormativo. É, mais uma vez, reivindicar que nossas histórias são importantes de serem contadas.

Tudo que conversei com elas, o livro que achamos, as histórias que elas tinham escrito, coloquei tudo no AIA WEB através de um proxy³³. Tentei contatá-las. Não consegui. Não sabia onde elas estavam, muito menos se realmente existiram. Começo a questionar minha sanidade. Pego um caderno sem pauta, velho, antigo, que estava acumulando poeira em cima da minha estante e começo a escrever novamente sobre elas, dessa vez com anotações mais longas e precisas. Mas não só sobre o que conversamos e sim sobre o quanto elas me tocaram profundamente.

Fiz realmente de tudo para encontrá-las, mas eu pensei que fosse uma necessidade minha, talvez, bem provável. Eu sabia que era mais seguro estarem no anonimato. É, realmente era minha a necessidade de estar com elas, ouvir mais sobre elas. Não queria estar sozinha neste processo de buscar essas mulheres. Mas eu poderia estar perto delas e das suas histórias, lendo ali os livros clandestinos que guardei com tanto afeto. Revisitar cada canto de suas histórias.

Foi então que senti que não estava sozinha nessa empreitada, podia contar com aquelas histórias que elas escreveram, que tinham tudo a ver comigo, cada heroína parece que falava comigo, me ajudava, me apoiava a buscar as mulheres que foram esquecidas. Mas elas não estavam esquecidas, toda uma rede de apoio na AIA WEB estava se juntando para continuar a publicação dessas mulheres.

Dias e semanas se passaram e vejo uma notificação do fórum que participava para angariar informações sobre os escritos de mulheres. Vi que era uma mensagem desconhecida. Achei que poderia ser alguma armadilha e então rodei o script³⁴ de segurança. Estava limpo. Pensei duas, três, dez vezes antes de abrir a mensagem. Mas abri mesmo assim, adorava essa adrenalina do desconhecido. E a mensagem na tela branca do computador dizia:

³³ É um serviço que permite enviar dados de forma anônima, dificultando o rastreamento da mensagem. Para saber mais, acesse: <https://tecnoblog.net/290181/o-que-e-proxy-e-qual-a-diferenca-para-a-vpn/>.

³⁴ É um texto com instruções precisas para serem executadas.

Que a gente se reencontre logo. Nunca se esqueça de quem você é. Continue hackeando.

Obrigada.

Franzi as sobrancelhas, olhei para os lados, apesar de que não tinha ninguém ali comigo. Queria muito que fossem Júlia e Lina, mas poderia ser de qualquer um. Ou não? Assim como as histórias que li delas e de outras mulheres, decidi que aquela mensagem era sim de Lina e de Júlia. Não só por fazer com que meu sentimento de culpa diminuísse um pouco, mas também por ter uma mensagem delas dizendo para eu não desistir e continuar. O que teria sido de mim se não tivesse conhecido tantas heroínas – reais ou ficcionais?

RUMO AO FINAL DESSA HISTÓRIA

Sempre que percebo que estou prestes a terminar um livro muito bom eu não faço nenhuma artimanha para me delongar no final. Ansiosa como sou, quero terminar logo, saber logo o fim e depois ficar parada olhando para o nada, tentando engolir tudo que foi feito e dito naquelas últimas páginas. Ao contrário de muita gente, minha leitura é ansiosa. E não vejo muitas qualidades nisso porque depois não consigo me lembrar direito da história, só que ela mexeu muito comigo.

Com a dissertação, a minha escrita não foi nada ansiosa, apesar de a ansiedade estar ali como um bichinho me importunando o tempo todo. Nem as leituras que eu fiz durante esses dois anos foram ansiosas. Foi uma bola lenta, difícil, desesperadora e corro o risco de dizer que até em determinados momentos não foi prazerosa. Por outro lado, me apaixonei por escritoras que nem conhecia, amei as histórias que lia, olhava para o papel em branco e uma sensação eufórica tomava conta de mim por querer colocar todo o amor que senti pelas narrativas e as mulheres que deram forma a elas.

Dito isso, foi um desafio querer criar uma narrativa ficcional para adentrar os capítulos teóricos. Aceitei o desafio como exercício terapêutico e também acadêmico. Julguei que a melhor forma de apresentar e contar um pouco sobre elas, seria criar uma história em um mundo distópico. A importância delas para a minha dissertação foi tão grande que pensei que a ideia de ficcionalizar não seria uma boa ideia, já que não sou escritora de ficção.

Fiquei, então, angustiada e achando que não conseguiria demonstrar o que elas significaram no processo. Quando decidi falar sobre as mulheres que foram esquecidas, também pensei em todas as outras escritoras que não pude entrevistar, que ainda não tinha lido. E como disse Lina em sua entrevista: “Mas talvez, talvez faz jus a construir essa, porque você vai construir uma personagem aqui”. E criei. Criei Lina e Júlia e com isso a dissertação se tornou mais leve para mim, me possibilitando outras experiências de escritas que até então não tinha vivido.

Criar um Brasil distópico e contar com a narrativa de Lina e Júlia foi fundamental não só em termos de pesquisa acadêmica, mas para compreender a resistência por meio da literatura. Coloquei muito medo na história que criei, um medo real, mas sabendo da rede de resistência que está presente na realidade brasileira. Os mulherismos, então, são pensados enquanto coletivo de mulheres que rechaça a identidade comum a todas nós. As histórias que as mulheres contam são perigosas. Por quê?

Para responder esse questionamento, melhor trazer uma escritora negra, contemporânea de ficção científica para apoiar esse momento de finalização da discussão construída até aqui:

Este tem sido um ano difícil, não é? Alguns anos difíceis, um século difícil. Para alguns de nós, as coisas sempre foram difíceis e eu escrevi a trilogia da Terra Partida para falar dessa luta e do que é preciso para viver, que dirá prosperar, em um mundo que parece determinado a quebrar você. Um mundo de pessoas que constantemente questionam sua competência, sua relevância, sua própria existência.

Eu recebo muitas perguntas sobre de onde vêm os temas da trilogia da Terra Partida. Acho que é bem óbvio que tirei inspiração da história humana de opressão estrutural, assim como meus sentimentos sobre este momento na história americana. O que talvez seja menos óbvio é o quanto da história deriva dos meus sentimentos sobre ficção científica e fantasia. Por outro lado, ficção científica e fantasia, são microcosmos do mundo mais amplo, de modo algum excluídos da mesquinha e do preconceito do mundo.

Mas outra coisa que eu tento abordar com a trilogia da Terra Partida é que a vida num mundo difícil não é nunca apenas uma luta. A vida é família, de sangue e encontrada; a vida são aqueles aliados que se provam dignos por ações e não apenas discursos; a vida significa celebrar cada vitória, não importa quão pequena. Então, enquanto estou aqui diante de vocês, sob estas luzes, eu quero que vocês se lembrem que 2018 é também um bom ano. Este é um ano em que recordes foram estabelecidos, um ano em que mesmo os privilegiados mais cegos entre nós foram forçados a reconhecer que o mundo está quebrado e precisa de conserto, e isso é uma coisa boa, porque reconhecer o problema é o primeiro passo para consertá-lo.

Eu olho para a ficção científica e fantasia como o ímpeto aspiracional do zeitgeist. Nós criadores somos os engenheiros da possibilidade. E à medida que esse gênero finalmente, embora relutantemente, reconhece que os sonhos dos marginalizados importam e que todos nós temos um futuro, o mundo também fará isso. Em breve, espero. Muito em breve.

E sim, haverá contraditores. Eu sei que estou aqui neste palco aceitando este prêmio por basicamente o mesmo motivo que todos os vencedores de melhor romance anteriores: porque eu trabalhei para caramba. Eu verti minha dor no papel quando não podia pagar por terapia, eu estudei uma ampla gama de obras de literatura e me aprofundei nelas para aprender o que podia e refinar minha voz, eu escrevi um milhão de palavras de merda e provavelmente um milhão de palavras de “meh”. E, além disso, eu sorri e acenei enquanto editores de revistas bem-intencionados me aconselharam a moderar minhas alegorias e minha raiva.

Eu não fiz isso. Eu cerrei os dentes enquanto um escritor profissional estabelecido me fez uma diatribe de 10 minutos, basicamente como uma representante de todas as pessoas negras, por mencionar a falta de representatividade nas ciências. Eu continuei escrevendo embora meu primeiro romance, *The Killing Moon*, tenha sido inicialmente rejeitado sob a suposição de que apenas pessoas negras iriam querer ler o trabalho de uma escritora negra. Eu ergui minha voz para rebater outros convidados em mesas que tentaram falar acima de mim sobre minha própria vida. Eu lutei contra mim mesma e a vizinha dentro de mim que constantemente, e ainda, sussurra que eu devia manter a cabeça abaixada e calar a boca e deixar os escritores de verdade falarem.

Mas este é o ano em que eu posso sorrir para todos os contraditores – cada um deles, medíocres, inseguros, aspirantes, que abriram a boca para sugerir que eu não pertencço a este palco, que pessoas como eu não podem merecer tal honra, e que quando eles ganham é meritocracia, mas quando nós ganhamos é por política de identidade. Eu posso sorrir para essas pessoas e erguer um dedo enorme, brilhante, no formato de

foguete na direção deles³⁵. Então, quantos de vocês viram Pantera Negra? Provavelmente, minha parte preferida é a canção tema de Kendrick Lamar, “All the Stars”. O refrão diz: “Esta pode ser a noite em que meus sonhos vão me deixar saber que as estrelas estão mais próximas”. Que 2018 seja o ano em que as estrelas ficaram mais próximas para todos nós. As estrelas são nossas. Obrigada.³⁶

O discurso acima é de N. K. Jemisin³⁷ ao receber o Prêmio Hugo de 2018 pelo livro *The Stone Sky* que faz parte da trilogia *A Terra Partida*, sendo que os dois primeiros livros desta também receberam o Hugo na mesma categoria de Melhor Romance nos anos 2016 e 2017. O Prêmio Hugo é uma das mais importantes premiações para a literatura de fantasia e ficção científica. E por três anos consecutivos uma mulher negra ganhou o prêmio de Melhor Romance.

A dissertação aqui construída demonstra o perigo que envolve pensar criticamente. Ser crítica do mundo é pensar perigosamente porque dá insumos de como subverter a realidade de marginalização dos espaços de poder. No discurso, é possível observar que N. K. Jemisin também fala sobre a literatura como subversão e transgressão, sendo possibilitadora de se construir no mundo a partir de uma posição crítica. Por isso as vozes marginalizadas importam, sendo que a literatura de ficção científica e de fantasia são formas de criação de outros mundos. Levantar a própria voz e não ficarmos caladas é brilhar por nós mesmas.

Portanto, identificar a literatura como construção e reconstrução de si mesma é compreender a sua importância no desenvolvimento subjetivo, possibilitando mudanças e crescimento. Assim, a literatura como caminho para compreender o outro através de histórias, é considerá-la também na mudança de dimensão coletiva, assim como caracterizá-la como tendo um papel humanizador. Para isso, então, a materialidade do direito à literatura como parte da dignidade humana é essencial para o debate. Inclusive se pensar o acesso à cultura escrita como ato de dividir sendo prática humana, ou seja, dividir e compartilhar histórias.

Assim, a narrativa faz parte da nossa história e do nosso cotidiano, construindo sentido, conforme foi possível observar nas memórias compartilhadas por Lina e Júlia. As vidas delas foram construídas por meio de relatos, sendo a literatura como necessária para contar essas histórias. Como a literatura foi tratada aqui como capital cultural, a partir da conceituação de Bourdieu, é possível observar que a restrição de acesso à leitura e ao fazer literário contribui para um elitismo da literatura, validando apenas um tipo de história que mereça ser publicada e contada.

³⁵ N. K. Jemisin se refere à forma física do Prêmio Hugo.

³⁶ A tradução do discurso é de autoria da Lady Sybylla e está disponível no blog Momentum Saga: <https://www.momentumsaga.com/2018/08/nk-jemisin-faz-historia-no-hugo-awards.html>.

³⁷ Para assistir ao discurso da escritora, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=8IFybhRxoVM>.

Como N. K. Jemisin aponta, há uma constante força que não só invisibiliza narrativa, mas que faz questão de demonstrar que o lugar na literatura é só para um determinado perfil de escritor. Esses esquemas elitistas são construídos para fundamentar os sistemas de diferenças, alinhando mecanismos de distinção com a hierarquização dos bens culturais, que por sua vez hierarquiza os direitos. Assim, ter o direito à literatura só é acessível para uma classe dominante, o que reforça a marginalização e o capital cultural da literatura. A pequena elite que detém os processos de distribuição e de produção do capital cultural faz a manutenção da marginalização de mulheres.

A dissertação sustenta que a literatura é bem incompressível e que, por isso, é necessária a igualdade de oportunidades no fazer literário e na leitura. Se a literatura é capital cultural, ela está no meio de disputas de poder. Sendo o lugar do feminino o subalternizado, o marginalizado, é mais que necessário reivindicar e questionar a manutenção de uma estrutura na qual as mulheres continuam sendo marcadas como inferiores. Assim, a exclusão das mulheres em suas condições de gênero, de classe e de raça no processo de criação de narrativas literárias é discussão fundamental para o direito à literatura em uma perspectiva de educação em direitos humanos.

A estreita relação entre criação de personagens femininas e escritoras corrobora os questionamentos trazidos por Lina e Júlia, já que elas escrevem mulheres. Entretanto, as próprias escritoras trouxeram pontuações que subvertem a ideia que homem pode escrever o que quiser, e assim relega o específico à mulher. Mais uma vez, a manutenção de um sistema de opressão identifica a mulher como inferior, assim somente pode escrever questões experienciadas a partir do seu gênero. É importante ressaltar que a representação de mulheres na literatura é importante, mas é mais ainda a democratização do fazer literário para que as mulheres não fiquem como expectadoras da suas próprias histórias.

A diversidade de narrativas é tida como de grande importância para esta dissertação. A partir da práxis pedagógica da educação em direitos humanos como resistência à opressão e à violação de direitos, é possível criar mecanismos de dar materialidade ao direito à literatura que tanto foi discutido aqui. É importante mencionar que materializar o direito compreende também meios de dar continuidade a ele, uma vez que os direitos podem ser violados ou retirados por práticas legais ou ilegais.

A justiça social como redistribuição do capital material e simbólico é um dos projetos possíveis na perspectiva de materialidade do direito à literatura. Como a literatura é considerada capital cultural, é necessário combater diretamente os sistemas de dominação que silenciam as minorias sociais a partir de um pensamento crítico que se indigna frente as injustiças e a

dominação cultural. A educação em direitos humanos, portanto, é práxis para esse pensamento crítico e identificação de violação de direitos. Assim, para a dissertação e a pesquisa foram trabalhados quatro elementos chaves da educação em direitos humanos, a saber: liberdade, autonomia, empoderamento e criticidade. Esses elementos perpassam toda a discussão aqui proposta e fazem parte de um projeto de leitura de mundo no qual a literatura é fundamental.

O empoderamento da própria narrativa é reconhecer a si mesma como alguém que tem algo a dizer e a ser publicado. Portanto, a Bibliotecária de Auschwitz entra em cena para demonstrar o poder da simbiose entre relatos e ficção e também para apoiar a compreensão do papel da literatura na vida das pessoas. Juntando Dita a Júlia e Lina, temos um grupo de mulheres que nos mostram a literatura como luta contra a opressão, sendo também como salvação e perigo. Salvação pela construção de si e de mudança do coletivo, perigo por apoiar o pensamento crítico e visibilizar narrativas dos marginalizados.

No entanto, para ler o mundo criticamente é necessário munir os sujeitos com ferramentas que permitam essa leitura, sendo a cultura escrita como uma delas, por possibilitar a afirmação de si mesma e buscar narrativas diversas. Dentro do escopo da práxis de educação em direitos humanos, a palavra é base, daí a literatura como forma de expressar-se no mundo, a partir do diálogo. A escrita que dá fisicalidade à memória e a materialidade do livro permite o acesso a narrativas daqueles que não fazem parte do *status quo*.

A internet, então, é espaço fundamental para Lina e Júlia, já que oferece a oportunidade de encontrar outras pessoas e publicações que gostem. Assim, as escritoras viram na internet a possibilidade de publicar da maneira que queriam, usando o blog como ferramenta de publicação. A perspectiva de democratização da publicação e da leitura na internet é real, e também funciona como visibilização do trabalho das escritoras. Assim, várias outras escritoras usam blogs e páginas pessoais na internet para viabilizar novas vozes e publicações independentes.

Dentro do universo da internet, a *fanfic* é uma das formas de questionar e de tornar visíveis histórias e personagens que não foram validados nas histórias oficiais. A internet, portanto, é espaço para construir e reconstruir suas identidades e também participar na coletividade – possibilitando o encontro entre escritora e leitora sem a necessidade da compra de um livro físico, por exemplo. Inclusive a plataforma *Archive of Our Own*³⁸ que, entre outros elementos, possui um acervo bem grande de *fanfic*, foi indicada ao Prêmio Hugo do ano de

³⁸ Para verificar os arquivos do site, acesse: <https://archiveofourown.org/>.

2019 na categoria Melhor Trabalho Relacionado. Ou seja, a *fanfic* reconhecida como ressignificação da escrita e do que se conhece como literatura.

Fanfic, para Lina e Júlia, está relacionada ao “escrever mesmo”, apesar das duas indicarem a infância e a adolescência o momento no qual fizeram seus primeiros escritos. Assim, uma forma de se escrever literatura é construída e balizada como início da profissão de escritora. Diante disso, se colocar no mundo pela literatura é almejar a liberdade dos sistemas de dominação existentes. A literatura desprende e desloca os sujeitos para que eles possam criar novas narrativas que não fazem parte do que já está estabelecido por uma elite literária.

O empoderamento em sua dimensão coletiva é inundado pelo compartilhamento de histórias, sendo que o ator social precisa pôr em prática os esquemas de subversão e de combate aos sistemas de opressão para elaboração de uma realidade mais democrática e igualitária. Termos novas protagonistas das histórias, tanto sendo representadas ou como escritoras é fundamental para a diversidade de histórias e também questionar a ausência de narrativas criadas por mulheres.

Por isso, a pesquisa *Personagens do Romance Brasileiro Contemporâneo* (DALCASTAGNÈ, 2018) é e foi fundamental para basear a falta de representação e representatividade na literatura nacional. Dentro dessa realidade, a educação em direitos humanos objetiva construir pessoas conscientes de si mesmas e do mundo. Assim, silenciar a narrativa de uma mulher é silenciar tantas outras, inclusive o mundo que é composto por vozes dissonantes e diferentes.

Daí que foi possível discutir sobre os processos de desumanização a partir do silenciamento e da restrição à leitura de mundo. É interessante, por exemplo, observar os constantes questionamentos da profissão de Júlia, que deslegitimam e não compreendem a complexidade de ser escritora, e também o fato de Lina ter sentido a necessidade de se mudar de cidade, atribuindo a sua existência como escritora ao local e ao outro.

Como o livro impresso e palavra escrita foram vistos aqui como distinção entre homens e mulheres, é de se compreender o peso e a importância simbólica e política de uma escritora ser publicada no papel. Ainda que seja necessário desconstruir a imposição de formas específicas de contar histórias, alinhada a um viés mercadológico da editora que publica aquilo que ela compreende como literatura, é necessário e importante que as mulheres ocupem esses espaços de publicação.

Assim, distinguir e hierarquizar tipos de literatura são pontos que fazem parte da violência epistêmica que conflui para um projeto de silenciamento de vozes de minoria. A invisibilidade das mulheres no mercado editorial e a falta de representação são sintomas desse

projeto, e Lina e Júlia trazem questionamentos que fazem sentido para elas como escritoras e leitoras, inclusive Lina lança a pergunta: será que é difícil para um homem se enxergar como escritor?

Dentro da lógica editorial, as escritoras buscam o mercado e um público porque é importante para elas e também porque são escritoras profissionais e precisam ser reconhecidas e serem pagas por seu trabalho. Existir na literatura a partir do papel dá a possibilidade de atingir mais pessoas e também ter e dar condições para o fazer literário. Oportunizar que mais mulheres se tornem escritoras profissionais é abrir o campo literário para histórias com novas formas de relacionamento, novos mundos e novas sociedades.

Lina e Júlia publicam histórias que não são focadas em relacionamentos amorosos, portanto não faz sentido serem relegadas a um espaço limitador. Por isso é necessário questionar a universalidade do homem que pode ser quem quiser, encaixando as mulheres em um local de especificidade, no qual se espera que escreva sobre si, outras mulheres ou relacionamentos amorosos. Como se as mulheres pudessem escrever apenas sobre o que viveram – sem contar que mulheres diferentes experienciam situações diferentes e relegar o feminino ao amoroso é mais uma das facetas dos estereótipos de gênero.

Na dissertação e também nas falas de Lina e Júlia foi possível perceber que a escrita é ato de pôr ordem no mundo, e também é necessária para visibilizar histórias e reescrever histórias que foram mal construídas. Assim, a ficção é tratada como importante para conhecer o mundo e a si mesmas, é o monstrinho que vomita tudo como ficção de Júlia e o escrever para si de Lina. O vínculo que se cria com o leitor para compartilhar essas histórias desperta emoções, contribuindo diretamente para o processo de humanização.

De acordo com o que foi discutido até aqui, a ficção científica já nasce marginal. Assim, as mulheres que escrevem ficção científica sofrem uma dupla marginalização: a do gênero literário e a do ser mulher. Para tanto, a ficção científica parece e é construída apenas com um tipo de narrador e de narrativas. O medo dessas mulheres lendo e escrevendo é real, pois a escrita revela aquilo que não querem que os marginalizados revelem, além de evidenciar a relação entre escrita e poder, já que a proposta é que o poder não é para todos.

Portanto, a ficção científica aqui é tratada como uma das possibilidades de pensar novos imaginários. Dessa forma, a literatura de ficção científica e a fantástica são perspectivas interessantes para se compreender o mundo externo e trazer questionamentos que superem os sistemas de opressão. Nesse cenário, reivindicar uma ficção científica brasileira está alinhado a compreender a tecnologia como forma de enquadrar e ler o mundo. Uma sugestão da dissertação é experienciar situações diferentes pela literatura.

Na dissertação o termo “representação” é entendido como forma de representar alguém ou alguma questão na história e “representatividade” é relacionada a quem escreve. Nesse sentido é importante compreender que onde há relações de poder, há resistência. Por isso a tomada de poder pelas margens através de um movimento de reivindicação é importante para desconstruir os sistemas de opressão e de marginalização impostos às mulheres. Lembrando que as opressões não são enfrentadas uma de cada vez, por isso a práxis crítica e empoderada de educação em direitos humanos alinhada à interseccionalidade é fundamental para essa tomada de poder.

Como não há uma única forma de ser mulher, é necessário que a diversidade esteja presente na literatura, fundamentando a ficção científica que não tenha apenas imagens de mulheres. Pensar fora da caixa e recusar caixinha é premissa de Lina e Júlia que buscam a própria voz. Essas novas formas de pensar e escrever rebatem no coletivo, modificando-o. Para tanto, a interseccionalidade precisa ser base para não invisibilizar outras mulheres.

Por isso a minha frustração em não conseguir agenda para viajar e marcar uma entrevista com Lu Ain-Zaila, uma vez que essa escritora é bem atuante nas redes sociais e publica bastante conteúdo de ficção científica e de afrofuturismo. É importante mencionar que não pude me afastar do trabalho no período do mestrado, o que dificultou o deslocamento para cidades mais afastadas. Foi necessário tirar férias para ir a São Paulo entrevistar Lina.

Júlia e Lina expressaram que não querem saber de caixinhas, e aí de mim rotulá-las como escritora de algum gênero literário específico – na dissertação permanece a menção à ficção científica pois foi levantada e discutida nas entrevistas de Lina e Júlia e também porque foi através dela que me aproximei das duas escritoras. Além do entendimento de que ficção científica é possibilitadora de novos imaginários e uma forma de ler e compreender o mundo.

É possível contar histórias de várias maneiras, seja dentro de uma aeronave em planetas estrangeiros, seja questionando os rumos políticos em uma certa configuração. Ir a campo com a proposta da entrevista narrativa me trouxe diversas surpresas, incluindo a questão do gênero literário específico. Isso se deu porque Lina e Júlia não necessariamente se intitulavam escritoras de ficção científica, ainda que Lina sempre coloque um toque não muito real em suas histórias ou Júlia que afirma ter uma vida doida e por isso a literatura fantástica é mais apropriada.

A narrativa delas foi a espinha dorsal dessa dissertação e por isso foi necessário rever conceitos e trazer questionamentos novos a partir do que elas expuseram na entrevista. Elas, então, mudaram muita coisa, não só internamente – em mim – mas também na estrutura da

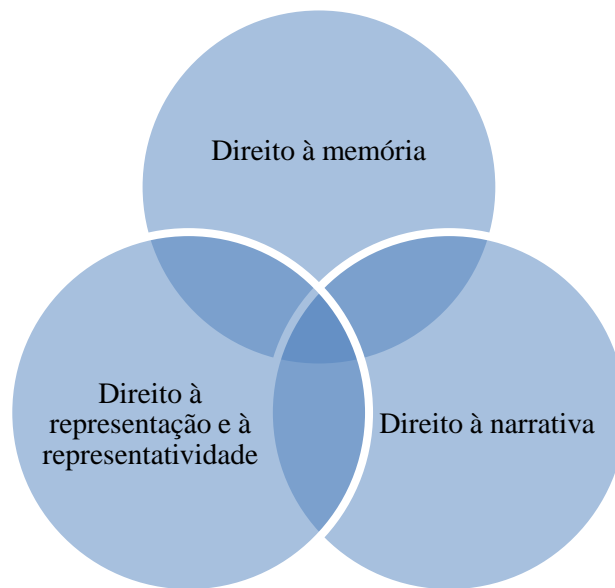
pesquisa. A maravilha da entrevista narrativa foi permitir novos caminhos e permitir que as escritoras falassem sobre o que é importante para elas.

Nesse escopo, o olhar oposicional de hooks (2017) é conceito e prática importante para se olhar de maneira crítica para a resistência dessas escritoras e também para o movimento de tomar os espaços de poder. Reivindicar, portanto, as narrativas é questionar diretamente a representação e a representatividade na literatura. O olhar oposicional é crítica e é ação. Lina e Júlia praticam esse olhar com o intuito de escrever e participar dos mais variados espaços.

A negação da subjetividade e da narrativa é processo desumanizador, portanto a educação em direitos humanos possibilita pensar meios de reverter o projeto de silenciamento. Existir na sociedade e na ficção são aspectos interessantes de se pensar conjuntamente, já que o apagamento é feito duplamente: marginalizado na sociedade e não permitido que suas histórias sejam contadas. É quando Lina fala sobre começar a existir a partir do olhar do outro e quando Júlia diz que não é um homem barbudo.

Diante disso, a representação e a representatividade na literatura contribuem para a humanização do sujeito, oportunizando a visibilidade de histórias e de pessoas diversas, tomando ao poder o direito à narrativa e à memória. A literatura constitui quem somos e permite fazermos descobertas sobre nós mesmas. Daí que a narrativa é entendida como necessidade antropológica (PETIT, 2010).

Construir a ideia de que a literatura possibilita mudanças é tê-la como guia para transformar a estrutura da base atual que marginaliza e silencia as mulheres. Buscando esses avanços para as mulheres, teremos mudanças em vários aspectos da sociedade. Viabilizando, dessa forma, o acesso a experiências e narrativas que são constantemente silenciadas. O direito à literatura, portanto, é a relação íntima e profunda entre direito à memória, direito à narrativa e o direito à representação – se ver nas histórias – e à representatividade – acesso ao fazer literário.



A tríade base para discutir o direito à literatura
Fonte: da autora

Direito à memória porque é importante resguardarmos nossas histórias e experiências, com o intuito de não cair no esquecimento ou invisibilidade. Direito à narrativa porque temos uma necessidade antropológica, sem contar que nossas vidas são permeadas por relatos e contação de histórias, ou seja, precisamos dela para nos fazer existir. Direito à representação para que tenhamos histórias bem construídas em uma diversidade de formatos e de narrativas, é o se ver na literatura; e o direito à representatividade é termos a igualdade de oportunidade de escrever nossas próprias histórias – é que o que temos para contar é relevante, importante e essencial.

A interdependências desses direitos é fundamental para viabilizar democraticamente o direito à literatura, pois não há um direito mais importante do que o outro. Inclusive dizer que o direito à literatura é menos importante para um determinado perfil social é legitimar a marginalização e validar o elitismo envolvido. Assim, as relações próximas e íntimas desses três grupos de direitos fazem a materialidade do direito à literatura, objetivando a humanização e a vida digna.

Para tanto, sujeitos empoderados, autônomos e críticos que participem ativamente do campo literário são necessários para a conquista e sustentação do direito à literatura. Seja como leitora, seja como escritora, ou os dois, as mulheres possuem alcance no coletivo e possibilitam mudanças efetivas na estrutura de dominação. Lina e Júlia transformaram as frustrações e críticas do que liam em histórias escritas baseando-se em outras construções e perspectivas.

Sendo que a intensa e íntima relação entre quem elas são e o ser escritora que contribui para o tipo de representação que fazem em suas histórias.

Já que se temos mulheres escritoras e assim temos mais chances de encontrar personagens mulheres, que elas possam escrever sobre quem quiser, revertendo a lógica que somente o homem pode experienciar na literatura outras situações. Questionando quem fala por quem e quem tem o direito de falar pelo outro, construindo formas e métodos de reverter a lógica da marginalização das narrativas e do acesso à literatura.

O direito à literatura como direito humano busca na educação em direitos humanos ferramentas para construir sujeitos que compreendem e agem perante a injustiça social. A diversidade das mulheres é fundamental para se construir narrativas diferentes, possibilitando que mais mulheres se vejam nas histórias ou busquem escrever como forma de crítica do mundo. Assim, a complexidade das mulheres é o que faz a narrativa delas tão poderosas. E, claro, perigosas também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aline Amsberg de. **A carne que resta:** manifestações do híbrido na literatura de ficção científica contemporânea. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ALMEIDA, Camila Nunes de; REIS, Helena Esser dos. A educação em direitos humanos como ferramenta de consolidação e expansão dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 6, n. 1, p. 45-59, 2018.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Cartografias contemporâneas: espaço, corpo, escrita. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O conto da aia**. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. **Análise de conteúdo:** edição revista e ampliada. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Berenice. **Transviad@s:** gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 379-405, 2010.

BORGES, Stephanie. **Cartinha de banalidades #74**. Newsletter enviada em 1º de maio de 2019. Disponível em: <<https://tinyletter.com/stephieborges/letters/cartinha-de-banalidades-74>>. Acesso em: 19 jun. 19.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____, DARBEL, Alain. **O amor pela arte:** os museus de arte na Europa e seu público. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, diversidade cultural e educação: a tensão entre igualdade e diferença. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima G.; ZENAIDE, Maria de Nazaré T.; DIAS, Adelaide Alvez. (Orgs.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

_____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5a ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Quem é o sujeito de direito? A construção científica de um conceito jurídico. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 37, p. 132-151, 2010.

CARBONARI, Paulo Cesar. Por que educação em direitos humanos? Bases para a ação político-pedagógica. In: RODINO, Ana; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica B.; ZENAIDE, Maria Nazaré. (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: UFPB, 2014.

CARDOSO, Sandra da Conceição. **Ficções científicas brasileiras e estadunidenses: uma análise comparativa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes Catani [et al.]. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Trad. Angela Figueiredo e Jesse Ferrel. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

_____. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. [Entrevista concedida a] Amanda Massuela. **Cult**, São Paulo, n. 231, p. 14-19, fev. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

ERNESTO, Luciene Marcelino. **Sankofia: breves histórias sobre afrofuturismo**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

FLORES, Joaquin Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FRASER, Nancy. **Igualdade, identidades e justiça social**. Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 59. 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>>. Acesso em: 7 jul. 18.

_____. O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**. Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do oprimido**. [ePub]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica: matriz e possibilidades de direitos humanos**. Trad. Patricia Fernandes. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINWAY, M. Elizabeth. **Ficção científica brasileira**. Trad. Roberto de Sousa Causo. São Paulo: Devir, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. O olhar oposicional: espectadoras negras. In: BRANDÃO, Izabel; LIMA, Ana Cecília (orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Mulheres, 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ITURBE, Antonio G. **A bibliotecária de Auschwitz**. Trad. Dênia Sad. [ePub]. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

JEMISIN, N. K. **The fifth season**. The broken earth: book one. [ePub]. New York: Hachette Book Group, 2015.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. **As escritoras contemporâneas e o campo literário brasileiro: uma relação de gênero**. 2008. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Departamento de Teoria Literária e Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LEHNEN, Leila. O direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle (Orgs.). **Literatura e direitos humanos**. Porto Alegre: Zouk, 2018.

LEONARDO, Edivaldo Marcondes. **A ficção científica no Brasil nas décadas de 60 e 70 e**

Fausto Cunha. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LONDERO, Rodolfo Rorato. **Futuro esquecido**: a recepção da ficção científica cyberpunk na América Latina. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e de Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MAGENDZO, Abraham. La educación em derechos humanos y la justicia social. In: RODINO, Ana; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica B.; ZENAIDE, Maria Nazaré. (Orgs.). **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**. João Pessoa: UFPB, 2014.

MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. **Fantástico brasileiro**: o insólito literário do romantismo ao fantasismo. Ilustrações de Karl Felipe. Curitiba: Arte & Letra, 2018.

MELLO, Marlova Soares. **Três leituras de ficção científica**: uma dissertação sem título. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. **Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do PNE 2014/2024**: uma crítica em torno do cenário da questão. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciência Humanas, 2016.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PESTER, Holly. Archive fan-fiction: experimental archive research methodologies and feminist epistemological tactics. **Feminist Review**, v. 114, n. 1, p. 114-129, 2017.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

RABENHORST, Eduardo Ramalho; CAMARGO, Raquel Peixoto do Amaral. (Re) apresentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 3 p. 981-1000, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROBERTS, Adam. **A verdadeira história da ficção científica**: do preconceito à conquista das massas. Trad. Mário Molina. São Paulo: Scoman, 2018.

RODRIGUES, Talita Annunciato. **Identidades em movimento**: a representação feminina e as relações de gênero na obra de Angela Carter. 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução.** Trad. Tomás da Costa. 5ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RÜSCHE, Ana. **Utopia, feminismo e resignação em *The Left Hand e The Handmaid's Tale*.** 2015. 131 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RUSS, Joanna. **The female man.** Boston and Massachusetts: Beacon Press, 2000.

_____. **To write like a woman: essays in feminism and science fiction.** Bloomington: Indiana University Press, 1995.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (Orgs). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea.** São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SYBYLLA, Lady. **Deixei as estrelas falarem.** [ePub]. São Paulo: Editora Dame Blanche, 2017.

SYBYLLA, Lady; VALEK, Aline. (Orgs.). **Universo Desconstruído: ficção científica feminista.** E-book. 2013. Disponível em: <http://universodesconstruido.com>.

_____. **Universo Desconstruído: ficção científica feminista. Volume II.** E-book. 2015. Disponível em: <http://universodesconstruido.com>.

TENNINA, Lucía. A voz e a letra da mulher na literatura marginal periférica: figurações e reconfigurações do eu. Trad. Camila Lopes Godinho. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. (Orgs). **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea.** Porto Alegre: Zouk, 2015.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas.** Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2015.

_____. **Um teto todo seu.** Trad. Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZARDO, Sinara Pollom. **Direito à educação: a inclusão de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino.** 2012. 378 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

APÊNDICE A – Apoio para as entrevistas narrativas

EIXO	PERGUNTAS
I – ELA POR ELA MESMA	<ul style="list-style-type: none">- Fale um pouco sobre sua trajetória biográfica- Conte-me um pouco sobre sua atuação profissional
II – ELA LEITORA	<ul style="list-style-type: none">- Como foi sua construção como leitora?- Quais foram as circunstâncias que te levaram a ler FC?- Como você vê a presença de mulheres escritoras na FC?
III – ELA ESCRITORA	<ul style="list-style-type: none">- Quando você começou a escrever?- Há livros ou escritor/as que você tem como inspiração?- Por que ficção científica?- Conte-me um pouco o processo de publicação da sua literatura.
IV – ELA E SUAS PERSONAGENS	<ul style="list-style-type: none">- Como é seu processo de criação das personagens?- Por que criar personagens mulheres?- Qual a importância dessas personagens nos universos criados por você?- Você teria algo a destacar que não foi contemplado nas perguntas anteriores?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade de Brasília

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada escritora,

Você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “Direito à literatura como direito humano: a literatura de ficção científica de autoria de mulheres em uma perspectiva de educação para a igualdade de gênero”. Trata-se do projeto de dissertação de Mestrado que está sendo desenvolvido pela aluna Risla Miranda, sob coordenação da professora Dr^a. Sinara Pollom Zardo.

A referida pesquisa tem como objetivo geral compreender, a partir das narrativas das autoras a relação entre ser mulher e escritora, a igualdade de gênero e a representatividade das personagens envolvidas nos seus livros.

Sua participação na presente pesquisa é muito importante e consistirá no fornecimento de informações por meio de entrevista narrativa e questionário de perfil. Caso aceite participar, concordará com o uso das informações que serão analisadas apenas para fins acadêmicos. A qualquer momento você poderá desistir de participar, sem prejuízos para sua parte, assim como você poderá ter acesso aos responsáveis pela pesquisa.

Gostaríamos muito de contar com sua colaboração. Para qualquer esclarecimento, seguem contatos: Professora Dr^a. Sinara Pollom Zardo - sinarazardo@gmail.com; Telefone: (61) 9 9284 7697.

Considerando que fui informada da relevância do estudo proposto, e da importância de minha participação, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos sejam utilizados apenas para fins acadêmicos.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Assinatura da entrevistada